

retrato **doBRASIL**

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº17

OS DILEMAS DE 2010

A candidatura de Dilma é para valer? E Serra? Pode ir contra a política econômica defendida por seu próprio partido?

"É COISA DA ABIN" A saga de Humberto Braz, do Opportunity, contada de outra forma

CEM ANOS DE UMBANDA Reportagem sobre uma religião em mudança constante

REPÓRTER ESSO Uma história do noticioso criado para servir aos interesses dos EUA



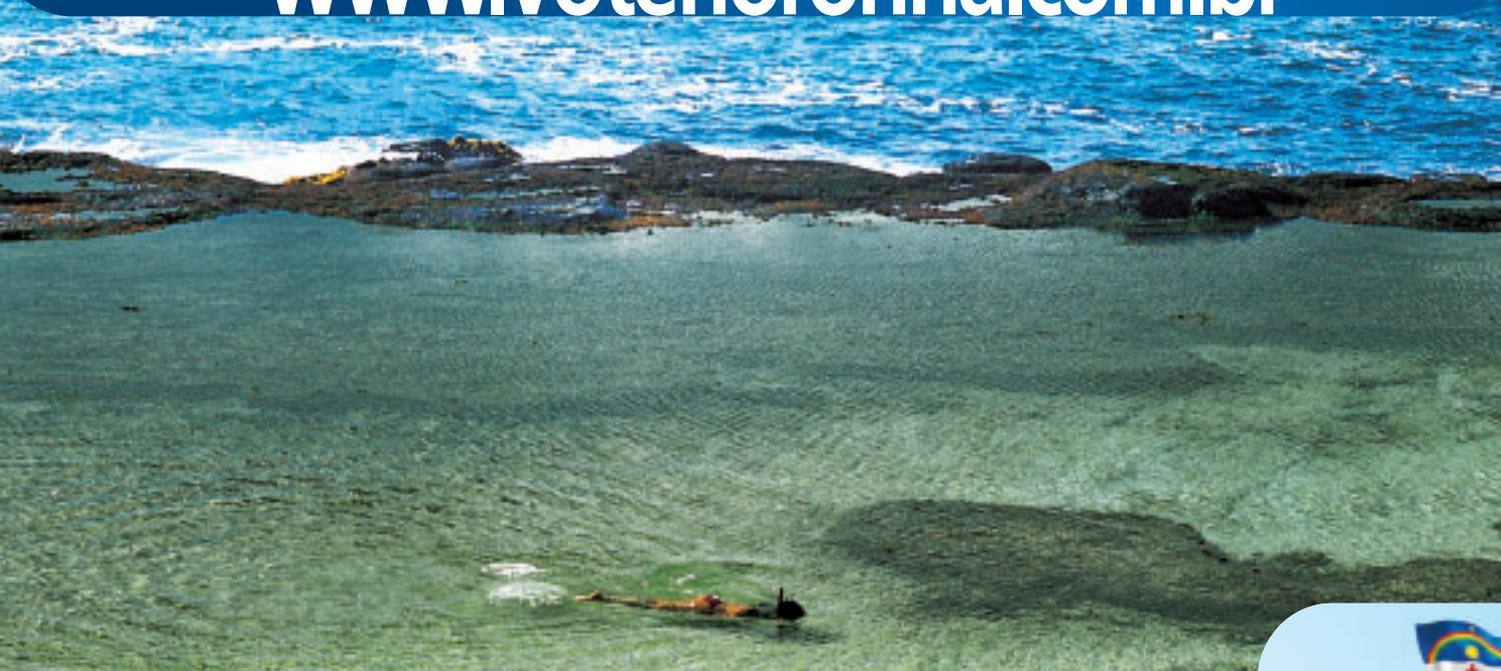




ALGUÉM DUVIDA QUE ESTE LUGAR É UMA DAS SETE MARAVILHAS NATURAIS DO MUNDO?

Sobre Fernando de Noronha, todo mundo concorda: este pedaço de terra no meio do oceano é um verdadeiro paraíso. Formado por 21 ilhas e ilhotas, repletas de história e paisagens exuberantes, Noronha é considerado pela Unesco Patrimônio Natural da Humanidade, além de ser uma das Sete Maravilhas de Pernambuco. Por tudo isso, o arquipélago merece representar o Brasil no concurso "As Sete Maravilhas Naturais do Mundo". Mas para estar entre as 77 formações naturais selecionadas, Fernando de Noronha precisa do seu voto. Mostre que você valoriza o que Pernambuco tem de melhor. Acesse www.votenoronha.com.br e participe.

www.votenoronha.com.br



SECRETARIA
DE TURISMO

SECRETARIA
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E MEIO AMBIENTE



Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

**Da resistência à liberdade,
propondo novos rumos**



Edição Especial Comemorativa. Aguarde !

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº17 | DEZEMBRO 2008 - JANEIRO 2009

Ponto de vista **DILEMAS PÓS-ELEITORAIS** Lula lançou Dilma para presidente. É para valer? E Serra? Vai continuar criticando a política econômica que seu partido defende desde a era FHC? **06**

Polícia **A PROVAÇÃO DE BRAZ** A história do homem do Opportunity que teria tentado subornar Protógenes Queiroz foi contada pelo delegado e pela TV Globo de um jeito. Vamos contá-la de outro *Raimundo Rodrigues Pereira* **08**

Esporte **A SAÚDE PODE FICAR DISTANTE** Os esportes de alto rendimento cobram caro aos atletas e muitos ficam com seqüelas físicas e emocionais *Rafael Hernandes* **23**

Reportagem **UMBANDA, EM PERMANENTE MUTAÇÃO** Em seu centésimo aniversário, a primeira religião brasileira ainda enfrenta preconceitos e prossegue em sua adaptação aos tempos atuais *Tânia Caliari* **28**

Infra-estrutura **TURBULÊNCIA EM SOLO** O governo quer privatizar aeroportos, mas encontra resistência de especialistas e de sindicalistas *Priscila Lobregatte* **37**

Colômbia **O PRESIDENTE EM APUROS** Uribe tem de responder por violações de direitos humanos e pelo fracasso do Plano Colômbia *Yuri Martins Fontes* **40**

Livros **ALÔ, REPÓRTER ESSO, ALÔ** Uma história do noticioso que precedeu o *Jornal Nacional* na defesa dos interesses dos EUA *Laurindo Leal* **43**

Pesquisa espacial **UM GRANDE PASSO...** A Índia é outro país pobre que se aventura ao espaço profundo *Flávio Dieguez* **48**

CARTAS À REDAÇÃO

Entre em contato com a redação de *Retrato do Brasil*. Dê sua sugestão, critique, opine. Escreva para cartas@retratodobrasil.com

Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las aos espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira • **EDIÇÃO** Armando Sartori • **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliari • Verônica Bercht • **COLABORAM NESTA EDIÇÃO** Flávio Dieguez • Laurindo Leal • Priscila Lobregatte • Yuri Martins Fontes • **EDIÇÃO DE ARTE** Ana Castro • Pedro Ivo Sartori • **REVISÃO** Sílvia Lourenço • Marco Bortolazzo [OK Linguística]

VENDAS [comercial@oficinainforma.com.br] **GERENTE** Daniela Dornellas • **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho • Gabriel Carneiro

Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A.

PRESIDENTE Roberto Davis • **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro • **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira

REDAÇÃO Rua Fidalga, 146 conj. 42 • São Paulo SP • CEP 05432 000 • Telfax 11 38149030 • administracao.sp@oficinainforma.com.br

ADMINISTRAÇÃO Rua do Ouro, 1.725 2º and. • Belo Horizonte MG • CEP 30210 590 • Telfax 31 32814431 • administracao.bh@oficinainforma.com.br

ASSINATURAS vendas@retratodobrasil.com • Tel 11 3813 1527 • 11 3037 7316

ATENDIMENTO AO ASSINANTE assinatura@retratodobrasil.com

ESCRITÓRIO COMERCIAL EM SÃO PAULO Daniela Dornellas • Tel 11 3813 1527 • 11 3037 7316 • daniela@retratodobrasil.com

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • SCN Quadra 01 Bloco F • American Office Tower sala 1.408 • Brasília DF • CEP 70711 905 • Tel 61 33288046 • barroncas@poranduba.com

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Grecco & Melo • Rua Chave, 614 • Barueri SP • Tel 11 4198 9860

DILEMAS PÓS-ELEITORAIS

Lula, em Roma, lançou Dilma para presidente. Para “cristianizá-la”? Por que Serra, o grande vencedor de outubro, critica a política econômica de Lula se ela é, essencialmente, a que seu partido defende desde a era FHC?

A REELEIÇÃO DE GILBERTO KASSAB para a prefeitura paulistana nas eleições de outubro foi, sob certo aspecto, paradoxal. Seu partido, o DEM (ex-PFL) perdeu força no conjunto do País. De 790 prefeituras conquistadas em 2004, o número caiu para 491 neste ano. Se tomarmos como parâmetro o número de eleitores das prefeituras conquistadas pelo partido em outubro, veremos que os democratas figuram como a quarta força eleitoral, com 15,9 milhões. Mas, se excluirmos da lista São Paulo, com seus 8,1 milhões de eleitores, o DEM se transforma num partido apenas médio, com 7,9 milhões, da mesma ordem de grandeza do PDT e do PTB. O que parece estar mais próximo de sua atual dimensão.

É justo excluir São Paulo da fatura dos democratas. Kassab herdou a prefeitura do PSDB do governador paulista, José Serra. Apesar de os tucanos paulistanos terem lançado Geraldo Alckmin como candidato à prefeitura com apoio da direção nacional do PSDB, Serra foi, sem dúvida, o principal cabo eleitoral de Kassab. E o grande vencedor das eleições municipais, quando se pensa no pleito de 2010. Com a vitória do “democrata”, provou que o a coligação governista pode ser batida no colégio eleitoral mais importante do País. Colocou na prefeitura paulistana um político que é praticamente uma criatura sua. E, dentro do ninho tucano, afastou um adversário de suas pretensões de disputar a eleição presidencial de 2010.

DILMA, A “MÃE” DO PAC

A solução de momento encontrada por Lula foi Dilma Rousseff, cuja candidatura ele embala desde o ano passado, quando do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual, segundo o presidente, a ministra da Casa Civil é uma espécie de “mãe”.

Até que ponto se pode apostar nessa candidatura? Dilma não pertence aos quadros históricos do PT. Começou na política institucional na primeira metade da década passada como secretária de Energia do governo do Rio Grande do Sul, na época comandado pelo pedetista Alceu Collares. Anos depois, quando o então candidato Lula preparava seu programa de governo para concorrer às eleições presidenciais de 2002, passou a atuar no Instituto Cidadania. Eleito Lula, Dilma assumiu a pasta de Minas e Ener-

gia, superando nomes como os de Pinguelli Rosa e Ildo Sauer, especialistas do setor e há muito mais tempo atuando no PT. Com o afastamento de José Dirceu da Casa Civil, em meio ao escândalo do chamado mensalão, Dilma assumiu o posto, que a aproximou mais do presidente.

Por que Lula teria escolhido Dilma como candidata? A preferência se explica pelo fato de que ela é uma criatura do presidente. E que, por não ter luz própria, pode ser descartada quando ele quiser. Nesse sentido, o anúncio da candidatura de Dilma, em Roma, durante visita ao papa em meados de novembro pode, ironicamente, transformar-se numa espécie de “cristianização”. O termo, próprio do vocabulário político brasileiro, refere-se ao episódio das eleições presidenciais de 1950. Na ocasião, os três maiores partidos lançaram candidatos. Pelo PTB saiu Getúlio Vargas, o PSD apresentou o obscuro Cristiano Machado e a antivarguista UDN, Eduardo Gomes. Na medida em que ficava claro que Vargas venceria, alguns dos líderes do PSD abandonaram o candidato do partido e passaram a apoiar Vargas. A partir daí, quando uma força política retira o apoio efetivo a seu candidato oficial e passa a ajudar outro com maiores chances de vitória, fala-se em “cristianização”.

O presidente não saiu das eleições municipais com muitas opções. A derrota de Marta Suplicy em São Paulo afastou o nome petista de maior visibilidade. Fora de seu partido, o tucano Aécio Neves, governador de Minas Gerais, que poderia mudar para o PMDB para ser o candidato do presidente, não se deu muito bem. A aliança que forjou com o PT de Belo Horizonte para apoiar Márcio Lacerda, do PSB, à prefeitura da capital mineira, embora vitoriosa no segundo turno, até agora provoca grande polêmica entre os petistas, de Minas e de todo o País. Ciro Gomes (PSB), outra das opções do presidente para a disputa presidencial, deu-se mal em seu estado, o Ceará. Sua ex-mulher, Patrícia Saboya (PDT), apoiada por ele, ficou em terceiro lugar na eleição de Fortaleza, vencida pela candidata petista Luizianne Lins ainda no primeiro turno.

Se Lula tem dificuldades, o caminho de Serra também não será fácil. No seu caso, o problema não é ser escolhido candidato, mas o que fazer. Aparentemente, Serra te-

ria uma vantagem. Desde o tempo em que integrou o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador paulista tem procurado formar uma imagem de que é um crítico da política econômica que, a rigor, é a mesma até hoje. Com a eclosão da crise econômica mundial, o governador paulista elevou o tom da crítica a essa política. Disse, primeiramente, que o presidente Lula - que chegou a afirmar que a crise teria o efeito de um *tsunami* nos EUA e de uma “marolinha” no Brasil - estava subestimando a gravidade da situação. Depois, atacou a política monetária e a política cambial do Banco Central.

É verdade que, de concreto, o que Serra fez até o momento no governo paulista foi, entre outras coisas, amparar, em parceria com o governo federal, as montadoras de automóveis. O que, convenhamos, não diferencia muito seu governo do de Lula no campo econômico.

Teria Serra, se eleito, uma alternativa concreta à política econômica em vigor? E teria apoio político para divulgá-la durante a campanha e, principalmente, colocá-la em prática, dado que sua candidatura terá como bases de apoio o PSDB e o DEM, forças políticas que sustentaram o mesmo tipo de política econômica posta em prática por Lula?

É claro que os resultados eleitorais deste ano não são determinantes para a definição de 2010. Ainda há quase dois anos pela frente, o País está sendo envolvido por uma crise econômica internacional profunda e muita coisa pode ocorrer. Qual será o comportamento do PMDB, por exemplo? O partido conquistou quase 1,2 mil prefeituras. Controla agora, pelo menos, 17 das 100 cidades com os maiores orçamentos do País, inclusive seis capitais estaduais. Tem sete governadores, 21 senadores e 96 deputados federais, além de 170 deputados estaduais e 7,9 mil vereadores. É o maior partido brasileiro, superando inclusive o PT, do presidente Lula, de quem é aliado.

PARTIDO COADJUVANTE

Mesmo com tal poder de fogo, no entanto, o PMDB aparece como um mero coadjuvante que, encerradas as eleições, passou a ser cortejado tanto por governistas quanto por oposicionistas. Isso porque, apesar de formalmente integrar as hostes pró-Lula, o comportamento peemedebista não é unifor-

me. Depende das lideranças políticas locais. Na escolha dos prefeitos, por exemplo, em Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte, entre outras cidades importantes, seus candidatos se opuseram aos apoiados pelo PT. E os venceram nas capitais do Rio Grande do Sul e da Bahia. Em São Paulo, os peemedebistas apoiaram Kassab. No Rio de Janeiro, a situação foi oposta: o candidato peemedebista Eduardo Paes foi ajudado pelos petistas no segundo turno e derrotou por pequena margem Fernando Gabeira, do PV, partido que faz parte da base aliada.

MAIS SERRA QUE LULA

Por enquanto, os peemedebistas parecem mais interessados em ampliar sua participação no governo Lula. Hoje, estão à frente de seis ministérios, inclusive o da Integração Nacional, comandado por Geddel

Vieira Lima, que apoiou João Henrique Carneiro, o candidato vitorioso de seu partido à Prefeitura de Salvador. O derrotado foi Walter Pinheiro, apoiado pelo governador Jacques Wagner, ambos petistas históricos.

Há, entre as lideranças do PSDB e do DEM, quem aposte que o PMDB que saiu vitorioso das urnas em outubro é mais pró-Serra do que pró-Lula. Nas capitais, entre os seis prefeitos peemedebistas recém-eleitos, são contabilizados três serristas (os de Florianópolis, Porto Alegre e Campo Grande), dois lulistas (Rio de Janeiro e Goiânia) e um neutro (Salvador). Há também quem espere do PMDB o mesmo comportamento que o partido teve em 2002, quando da primeira eleição de Lula. Na ocasião, os peemedebistas não apoiaram formalmente nenhum dos candidatos que foram ao segundo turno (Serra, pelo PSDB, e Lula, pelo PT).

Aguardaram o resultado final para negociar com o vencedor.

O presidente Lula se empenhou a fundo na eleição do prefeito de São Bernardo do Campo, cidade onde tem domicílio eleitoral. Ali, o PT jogou, em termos proporcionais, a maior verba de campanha entre todos os municípios nos quais disputou eleição, inclusive São Paulo. Acabou sendo bem-sucedido, apesar de Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, só ter chegado à vitória no segundo turno, derrotando um candidato tucano.

Tal empenho não deve ter ocorrido à toa. Se fracassar no intento de eleger seu sucessor, Lula pode aguardar a eleição presidencial seguinte e retornar à disputa. São Bernardo, berço do PT, seria então o ninho onde estaria em gestação o Lula 2014. ■



Polícia:

A PROVAÇÃO DE BRAZ



Humberto José da Rocha Braz



A história do homem que teria tentado subornar Protógenes Queiroz, famoso condutor da Operação Satiagraha, foi contada pelo delegado e pela TV Globo de um jeito. Vamos contá-la de outro

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA, o repórter da história publicada a seguir, chegou a ela a partir da Operação Satiagraha, conduzida pelo delegado Protógenes Queiroz. Pereira é amigo de Luiz Eduardo Greenhalgh, um dos mais famosos advogados de presos políticos da época da ditadura militar brasileira recente (1964-1985). Greenhalgh o procurou, no fim de julho, porque se considerou difamado pela forma de divulgação, na imprensa, de diálogos que manteve com outras pessoas e pelas interpretações dadas a esses diálogos pela equipe do delegado Queiroz.

O trabalho de Pereira não foi motivado, portanto, por um espírito olímpico, desinteressado, acima do bem e do mal. Mas fazer as coisas por interesse não é ruim, em princípio: antes, é regra da vida social. Na Idade Média, dizia-se que a política dos príncipes era guiada pela mão divina. Maquiavel, que, pode-se dizer, é o primeiro grande cientista político moderno, mostrou que a política é feita a partir de interesses terrenos. No jornalismo, também é assim. Quem diz que faz jornalismo por inspiração divina geralmente está tentando esconder os interesses que tem. O problema é definir com precisão que tipo de interesse específico leva a um trabalho jornalístico específico.

O interesse em ouvir Greenhalgh era legítimo. Ele foi advogado de *Movimento* (1975-1981), semanário de uma frente democrática e popular, um dos mais famosos e ativos na oposição ao regime militar, que Pereira editou. Hoje, Greenhalgh continua na mesma área. É defensor, por exemplo, das famílias de mortos e desaparecidos na ditadura, em litúgio contra a União pelo direito à recuperação de seus restos mortais.

Greenhalgh também tinha muita informação sobre o tema, que é de grande interesse jornalístico. Ele defende Daniel Dantas no processo de venda da participação de fundos liderados por ele na Brasil Telecom (BrT), a quarta grande empresa de telefonia fixa do País. Na BrT, os sócios se engalfinhavam em quase uma centena de ações, a maioria na área comercial, mas várias delas com ramificações no campo criminal, que é a especialidade de Greenhalgh. A venda da BrT à Oi, outra das grandes empresas de telefonia, dependia de um acordo entre os sócios – simplificada, Opportunity, Citibank, Telecom Itália e fun-

dos de pensão brasileiros. Sem a suspensão de todas as disputas intestinas, a venda seria impossível. Greenhalgh trabalhou para Dantas nos processos criminais e fez contatos com o governo, que apóia a incorporação da BrT pela Oi. Também falou em nome de Dantas com os fundos de pensão liderados pela Previ, do Banco do Brasil, dirigida por pessoas, como ele, do Partido dos Trabalhadores.

A prisão preventiva de Greenhalgh chegou a ser pedida pelo delegado Queiroz, que o considerou membro da “organização criminosa” comandada por Dantas. A imprensa publicou vários trechos de suas conversas. A imagem desta página, por exemplo, mostra a transcrição de parte da gravação de um telefonema dele para o chefe do gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, como transmitida pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Greenhalgh queria saber se a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), subordinada à Presidência da República, estava empenhada na perseguição a um dos colaboradores de Dantas, Humberto Braz, personagem central da história que Pereira conta a seguir.

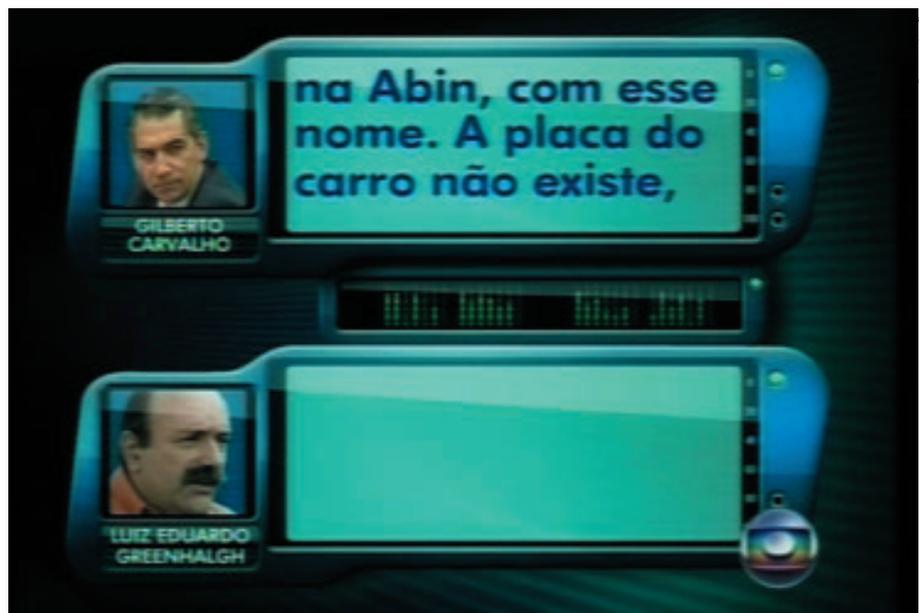
A ordem de prisão de Greenhalgh acabou vetada pela Justiça. Porém, grandes jornais e revistas, a partir da divulgação dos grampos e de suas interpretações, passaram a tratá-lo como contaminado pelos males

que se atribui a Dantas, tido como o gênio do mal na privatização das teles brasileiras.

Os dois primeiros trabalhos de Pereira sobre o caso foram uma análise do relatório de Queiroz na Satiagraha e uma avaliação das provas apresentadas contra o fundo financeiro organizado pelo Opportunity nas Ilhas Cayman, uma história que já tem oito anos. Embora sob sigilo de Justiça, o relatório é público: alguém o colocara na internet. Ao longo de alguns dias, Pereira leu suas cerca de 6 mil páginas. Depois, começou uma investigação própria. Esses trabalhos resultaram em dois artigos, “Por trás do escândalo Dantas” e “Crimes perfeitos”, publicados nas edições 13 e 14 de *Retrato do Brasil*.

Como todo jornalista, Pereira nunca fez um trabalho completamente sem falhas. O artigo que se segue nas demais 13 páginas não deve ser exceção. Porém, ele defende sua história na comparação com a divulgada pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, quando da prisão de Braz, no dia 14 de julho passado. RB fez um trabalho de quatro horas de transcrição e análise das imagens, sons e textos dos pouco mais de 9 minutos dedicados à divulgação dessa notícia pela TV Globo. O texto de Pereira ajuda a entender a “armação” de conjunto da obra da emissora dos Marinho, um dos personagens no caso da privatização das teles brasileiras.

Armando Sartori



Astra, que continuavam estacionados, ostensivamente, em frente ao prédio. Logo depois, na delegacia, aonde foi pedir mais informações, soube da frase do homem que saiu do Astra: “Tenente Marcos, oficial militar da Polícia de Minas, em missão para o gabinete da Presidência”. O delegado de plantão, que o atendeu, procurou tranquilizá-lo. Braz lembra: “Não se preocupe. Não se trata de seqüestro”. “Isso é coisa da Abin”, disse um agente, complementando o delegado e referindo-se à Agência Brasileira de Inteligência, órgão de inteligência, subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Braz, evidentemente, ficou mais preocupado ainda. A *Folha de S.Paulo* noticiara, no dia 26 de abril, que uma operação da Polícia Federal estava sendo preparada, sob a condução de um delegado de São Paulo, Protógenes Queiroz, para realizar várias prisões do grupo de Dantas. Braz desconfiava de que suas conversas telefônicas estivessem sendo gravadas.

Estavam, de fato. E os passos básicos do relato que ele faz a seguir estão confirmados pelas gravações dessas conversas. Braz ligou para Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado do Opportunity, com acesso ao Palácio do Planalto. Greenhalgh ligou para Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo informações sobre a presença da Abin na perseguição relatada. Carvalho achou estranho e foi investigar junto ao GSI. Depois, confirmou a Greenhalgh: de fato, era gente da Abin, mas Braz não era alvo, teria sido um engano.

Braz ligou também para outros advogados do Opportunity. Wilson Mirza, que o acompanhara até a delegacia, sugeriu que fossem a São Paulo, onde poderiam obter apoio de um colega seu, ex-desembargador, Pedro Rotta. É este, por sua vez, sugeriu o nome de Hugo Chicaroni, que seria professor da USP e diretor do Instituto Sagres, uma ONG com contatos com a Abin. Nos dois meses seguintes, Braz foi algumas vezes a São Paulo e conheceu Chicaroni, que era também assessor de empresas e parecia interessado em fazer negócios com o Opportunity. E, além disso, se disse amigo do delegado Queiroz.

“A certa altura, entre fim de maio e início de junho, Chicaroni pediu uma reu-

nião em São Paulo”, diz Braz. “Disse que, de fato, havia uma operação sendo feita por uma ‘organização mista’, com agentes da Abin, detetives particulares, advogados de inimigos do Opportunity e talvez até alguém da Polícia Federal.” Braz diz que Chicaroni ficou de entrar em contato com seu amigo Queiroz e ver o que poderia ser feito. Voltou dizendo que o delegado lhe passara o nome de um advogado, Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira, que teria informações sobre a tal operação mista. Deu também seu telefone, de prefixo 13, interior de São Paulo.

Braz acabou jantando com Ferreira e Chicaroni, em meados de junho. Ferreira se apresentou como advogado da tal operação paralela, diz Braz, “mas como alguém que estaria disposto a trair sua turma. Forneceria elementos para comprovar a operação ilegal que estaria sendo armada por seu grupo e chegou a falar em honorários de 1 milhão de dólares para fazer esse serviço”. Braz, a quem Ferreira mostrou, nesse jantar, a ser detalhado adiante nesta história, parte da investigação irregular, cobrou dele provas dessas ilegalidades. Ao se despedirem, conta Braz, Ferreira teria dito que precisava de um tempo para colher as provas e que ligaria para Chicaroni e voltariam a conversar.

“OLHA O DIONÍSIO! OLHA O DIONÍSIO!” Braz diz: “Eu ouvia. Os presos apontavam para mim. Mas eu não sabia quem era. Quando soube, deu um frio na espinha”

Braz saiu do hotel na manhã de terça, no 8 de julho da grande operação, logo depois que seu apartamento em Ipanema foi invadido pela PF e sua mulher o avisou pelo telefone. Na batida, levaram documentos e seu computador. Escondeu-se em um lugar que não quer revelar. De 8 a 13 de julho, começou a preparar sua defesa contra acusações que considerava absurdas, mas surgiram em avalanche nos jornais. Na manhã do domingo, 13, junto com dois advogados, foi se entregar.

A princípio, não quiseram recebê-lo na recepção da sede da Polícia Federal, na Lapa de Baixo, em São Paulo. Alegaram, diz Braz, que “o sistema estava fora do ar”. Talvez preferissem pegá-lo na rua, como acham alguns amigos que fez no presídio em Tremembé (SP), onde ficou 30 dias preso, junto com uma

Toda essa conversa está gravada no celular de Ferreira, que se apresentou falsamente como advogado, quando, na verdade, é delegado da PF, amigo de Queiroz e participante da Satiagraha.

Braz foi preso. Não junto com Dantas e outros de sua equipe, apanhados pela PF em suas casas na operação gigante, que mobilizou cerca de 300 agentes, às primeiras horas da manhã de 8 de julho. Nessa hora, Braz estava num hotel no Itaim Bibi, bairro paulistano, perto da avenida Brigadeiro Faria Lima, onde fica um escritório do Opportunity. Na manhã do dia 8, iria para Tietê, cidade paulista onde a Frango Forte, da qual Chicaroni se dizia assessor, tem uma fábrica. Acha que caiu numa armadilha. “Nós queríamos acesso à autoridade para evitar as prisões, os constrangimentos inúteis. Buscávamos saídas legais. Estávamos dispostos a prestar todos os esclarecimentos que os investigadores considerassem necessários. Não havia necessidade de prender ninguém. Com a revelação feita pela *Folha*, não havia mais o elemento surpresa.”

Chicaroni queria acesso ao Opportunity para seus negócios, seja lá quais fossem, era evidente. Braz queria informações. “Eu não sou ingênuo”, disse a *RB*. Era um jogo. Que Braz perdeu.

dezena de policiais graduados, a maioria da PF. Mas seus advogados pressionaram para que ele fosse recebido. Um deles avisou o outro, na recepção da PF, que estava no fórum e protocolava a entrega do cliente. Braz contou isso aos policiais. E o “sistema” rapidamente voltou, diz ele.

“Passei a noite na custódia da PF na Lapa, na ‘Alphavela’, um alojamento superlotado. No dia seguinte, de manhã, disseram que me levariam para o ‘Alphaville’. E, de fato, fiquei por duas ou três horas num alojamento do mesmo tipo, em outro corredor, mas sozinho, onde pude tomar um bom banho. De repente, porém, me algemaram e levaram, em disparada, com grosseria e certa violência, para o Centro de Detenção Provisória II de Guarulhos.”

O CDP II de Guarulhos é um depósito de presos numa área cercada de favelas no município contíguo a São Paulo, à margem da rodovia Presidente Dutra. Para se entrar no CDP, passa-se, primeiro, pelo meio de dois canis com alguns *rottweilers*. Antes de ser internado, o preso fica por algumas horas na administração, logo a seguir, à direita, do outro lado de um parlatório, onde os presos mais antigos recebem advogados, visitas. Braz foi internado com outros seis, na cerimônia conhecida como “a inclusão”.

Foram conduzidos juntos por um corredor largo, fechado, longo – uns 50 metros, ele estima. A passagem tem duas faixas amarelas nos lados, como duas pistas. Por uma se vai, pela outra se vem. Uma espécie de recepcionista fez uma preleção para os novatos. Um agourento discurso de boas-vindas teria desencado a todos, que foram chamados de ladrões e coisas do gênero. “Foi um momento sinistro”, diz Braz. “Você sente que, de fato, entrou na prisão.”

Outro sinal, mais grave ainda, de sua

situação, ele, na hora, não percebeu. “Olha o Dionísio! Olha o Dionísio!”, diziam presos que passavam pelo corredor. Mais tarde, Greenhalgh lhe explicou. E ele diz que sentiu um frio na espinha.

Dionísio é um dos personagens na história do seqüestro e morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, em 2002. Foi considerado testemunha-chave nas investigações sobre a autoria do crime, pelo então delegado da polícia paulista que o prendeu, Robson Tuma, hoje Secretário Nacional de Segurança Pública do governo do presidente Lula. Foi internado no CDP II de Guarulhos, onde morreu, poucos dias depois (para uma história completa de Dionísio e do significado político da investigação sobre o assassinato do ex-prefeito, leia *CartaCapital*, edição 421, e *Retrato do Brasil*, edição nº4).

A última etapa da inclusão de Braz foi sua aceitação, junto com outros seis, na cela onde os novatos ficam por dez dias, a qual já contava com 16 pessoas. Um não foi aceito. Depois que os funcionários saíram, um dos vários presos já internados, os quais ficavam em celas abertas para um pátio fechado, grande, chamado de raio, aproximou-se da cela dos novatos. E, quase com o rosto colado, pelo lado de fora, à porta de ferro gradeada, comandou: “Novatos em fila!”. Todos lhe obedeceram. Braz foi o sexto no alinhamento.

Aos gritos, o “comandante” começou, com uma rotina, a “inclusão” final dos presos. Primeiro, diz Braz, perguntava se o preso tinha alguma coisa contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), a principal facção do crime organizado paulista: “Qual é a bronca? Alguma coisa contra o PCC?”. O preso dizia que não; ele buscava conferir. “Joãozinho, vem cá. Esse cara não é da favela tal, que fez isso e aquilo?” Joãozinho vinha, dissipava a suspeita do chefe, e o preso era considerado incluído.

Chegou a vez de Braz. “E aí, coroa? Advogado do PCC?”. “Não, eu sou o cara que apareceu na televisão, na tal da Operação Satiagraha.” A reação do “comandante” foi a melhor possível, diz Braz. “Ah, tudo bem, pode ficar tranqüilo. Depois eu passo para a gente conversar mais.” E aí chegou a vez do último, conta Braz. “Ele já estava tremendo. O chefe o fez tremer mais: ‘Por que você está tremendo? Olha no meu olho, cara. Fulano, vem cá. Você conhece esse?’ O fulano conhecia. Disse

Alex Silva



que ele tinha aprontado não sei o que contra o PCC. O chefe, então, com a mão enfiada pela grade da porta, na nuca do preso, puxou a cabeça do novato violentamente contra a parede. Ele caiu, sangrando. Foi espancado por três dos presos. Até que o chefe deu a ordem que significa o fim da tortura”, conta Braz. “Agora, bate caneca, seu filho da puta. Bate caneca!” O preso recusado, então, bateu, com força e rapidamente, contra a porta da cela, a caneca esmaltada que cada um recebe ao entrar no presídio, num barulho horrroso, que ecoou pelo corredor, conta Braz. Os funcionários vieram e carregaram o infeliz para fora.

Braz passou apenas uma noite no CDP II de Guarulhos. Na manhã do dia seguinte, foi levado de volta a São Paulo, para um interrogatório na sede da Polícia Federal. A viagem, conduzida por agentes da PF, transcorreu com a mesma grosseria da ida, diz Braz. Com a agravante de que o levaram no banco posterior de um carro pequeno, com os assentos da frente estendidos para trás, algemado com as mãos nas costas e com suas pernas – longas, ele tem 1,81 metro – encolhidas, o que o teria feito sofrer câimbras violentas por 40 minutos, diz, sem que os seus condutores concordassem em algemá-lo com as mãos para a frente.

Mas o interrogatório a que foi submetido o reanimou. “Porque revelou que a investigação era muito estúpida”, diz ele. Braz tinha recomendação de seus advogados para não responder a qualquer pergunta. E assim fez. Mas os interrogadores – dois dos principais auxiliares do delegado Queiroz, Karina Murakami e Carlos Eduardo Pellegrini – exigiram que ele ouvisse e comentasse duas gravações feitas nas escutas telefônicas. A primeira é de uma conversa com sua ex-mulher, que os delegados comentaram que seria uma das evidências do crime de lavagem de dinheiro, que teria sido cometido por ele. “Era uma estupidez”, Braz explica. Ele havia se separado havia alguns anos. Na partilha dos bens do primeiro casamento, dividiu-os meio a meio. Deixou metade do seu salário com a ex-mulher. E assinou documento para que o dinheiro fosse transferido diretamente da empresa que o pagava, a BrT, para ela. Ele comenta: “Lavagem pressupõe a origem ilícita do dinheiro. Como se pode falar em lavagem num caso desses? Tive vontade de dizer para a



delegada Karina: ‘Você devia era me premiar, como marido, por ter o comportamento que tive’”.

A segunda gravação já era conhecida do repórter, que tinha lido sua transcrição nos autos da Satiagraha. Nela está registrado um diálogo entre Braz e um tal de “Giba”, no qual se fala sobre certa Andréa, um “ele” não identificado e uma misteriosa “Conta do Curral”. Nos autos do processo, os investigadores sugerem que Giba é Gilberto Carvalho, o chefe do gabinete do presidente Lula. Andréa seria Andréa Michael, da *Folha*. O “ele” poderia ser José Dirceu, o ex-chefe da Casa Civil de Lula. E “Conta Curral” seria um pagamento ilícito no exterior.

Comentando o fato, o repórter escreveu em *RB* que o erro não era ter feito essas hipóteses. Errado foi não tê-las levado a sério. Se, nos autos, está gravado um diálogo que sugere uma trama para levar dinheiro para o exterior, na qual estariam eventualmente envolvidos um dos principais executivos de Daniel Dantas, José Dirceu, uma jornalista da *Folha* e o chefe do gabinete de Lula, por que, então, nem o delegado Queiroz nem o promotor Rodrigo De Grandis nem o juiz Fausto De Sanctis, que, em princípio – porque o assinam para lhe dar curso – leram os relatórios e os comentaram, não ordenaram que os autores da hipótese, investigadores profissionais por suposto, fizessem o mínimo de investigação para comprová-la ou desconsiderá-la?

O repórter investigou. Conheceu “Andréa”, que não é a repórter da *Folha*, mas Andréa de Oliveira e Souza, secretária de Braz há sete anos. “Giba” é Gilberto Massarente, que trabalha com Braz desde

1990, quando ele era executivo da Andrade Gutierrez. “Conta do Curral” é, de fato, uma má transcrição e um delírio de teoria conspiratória: na gravação ouve-se Ponta do Curral, um empreendimento imobiliário na Bahia, entre Valença e Guaibim, que está sendo tocado por Dantas, Braz e Massarente com a ajuda do “ele”, um agrônomo que cuida da aprovação dos planos de manejo do terreno pelos órgãos ambientais.

A investigação de *RB* não foi muito difícil, embora trabalhosa. Antes de escolher a história de Braz como exemplo das evidências que lhe sugeriram que o inquérito do delegado Queiroz tem irregularidades graves e parece imprestável, o repórter leu os autos da Satiagraha. Viu dezenas e dezenas de hipóteses levantadas. Bateu à porta do Opportunity para confirmar algumas que lhe pareceram mais graves. E constatou que muitas, mas muitas mesmo, eram ridículas, como a da trama Dantas-José Dirceu-Gilberto Carvalho-Conta do Curral. Dois outros exemplos:

- O relatório de Queiroz acusa o Opportunity de comprar a imprensa, e uma das evidências que apresenta é o *e-mail* de uma pessoa do arquivo do banco, que encomenda, de um serviço de arquivamento comercial, artigos já publicados.

- O relatório diz que o banco pode ter infiltrado uma pessoa para defender seus interesses nas Forças Armadas brasileiras e identifica o elemento, que trabalharia para o Opportunity e também para o Exército, em Brasília. O repórter encontrou o cidadão, almoçou com ele: é um rapaz recém-formado no Instituto Militar de Engenharia.

ria (IME), primeiro aluno da classe, que, nos papéis que teve de assinar na escola, fez opção para continuar no Exército, em Brasília. Só que nem ficou no Exército nem conhece a cidade. E, desde que se formou,

é operador de *open-market* no Opportunity, onde ganha bem. E coça a cabeça desconsoado pelo fato de os “arapongas” terem lido toda a correspondência sua, com o pai, com a namorada, com os amigos.

“VOCÊ FOI VÍTIMA DE UMA ‘MINEIRA’”

Braz leva a sério o que lhe disseram vários policiais, amigos que fez durante o mês que passou no presídio em Tremembé

Humberto Braz começou a trabalhar em 1979, como *office-boy*, na empreiteira Andrade Gutierrez, onde ficou 23 anos. É bacharel em comunicação social. É pós-graduado em administração de negócios na USP. Agora, inscreveu-se para um curso de direito, para entender dos problemas que tem pela frente.

Quando retornou do interrogatório na sede da PF para o CDP II, foi levado para o presídio de Tremembé, a meio caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo, perto de Taubaté, no Vale do Paraíba. Foi para um pavilhão reservado aos que têm curso superior, como era seu direito, desde o início. O CDP tinha sido uma espécie de tortura, para assustá-lo.

No seu apartamento em Ipanema, Braz mostra ao repórter a pasta onde guarda cartas, endereços, papéis de tarefas que se comprometeu a cumprir para os amigos que fez na prisão. Um tem direito ao regime semi-aberto, mas não conseguia sair por falta de alguém que encaminhasse as petições devidas aos órgãos competentes. Braz diz que já fez isso e acha que, em breve, ele vai poder sair. “A filha tem casamento marcado, mas diz que só casa com o pai presente.”

A mãe de um jovem de sua antiga cela teria chorado quando Braz transmitiu a ela um pedido do filho e disse, ao telefone, que havia sido solto. Ela achava que o filho, preso com droga numa *rave*, tinha em Braz um apoio. “Mas eu tinha de sair, dona H...”, ele respondeu.

Braz conta também a história de um delegado da Polícia Federal do interior paulista que está preso por conta de 500 reais que teria desviado, não para si mesmo, segundo lhe relatou, mas de uma função para outra, o que não era permitido pelo regulamento. O telefone do delegado foi grampeado, e “arapongas” descobriram que

ele tinha, além da mulher, algumas amantes. Na sentença, diz Braz, o juiz agravou a pena do policial sob dois argumentos: por considerar que seu comportamento era ruim, quando deveria ser um exemplo para a comunidade, deixando de lado que adulterio não é crime, e, além disso, por crime de peculato, sob a justificativa de que o delegado era funcionário público. “O peculato, por definição, é crime cometido por funcionário público”, diz Braz. “A condição de funcionário público não pode ser agravante para um crime de peculato. A decisão do juiz é o equivalente a um pleonasma.”

Em Tremembé, havia sete ou oito agentes e delegados da própria Polícia Federal. Para eles, Braz foi vítima de uma armação. Braz não sabe ao certo, ainda, quem “armou” contra ele, diz. Mas está convencido de que a arapuca existiu. Seus argumentos são razoáveis, é a opinião do repórter depois de ouvi-los e analisar os vários elementos da história em que Braz aparece como instrumento de Dantas para corromper o delegado Queiroz.

Veja-se o comportamento dos delegados Queiroz e Ferreira, seu auxiliar na chamada Ação Controlada (AC), ordenada pelo juiz Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, onde corre o processo de corrupção no qual Braz é acusado. Uma AC consiste em postergar uma prisão em flagrante, ato a que um policial estaria obrigado ao presenciar um crime. A AC visa aprofundar a investigação. Só existe com autorização judicial. E não pode ser realizada contra um cidadão, ou dois, ou três, mas apenas contra “organizações criminosas” – definidas por lei como quadrilhas, ou seja, integradas por, no mínimo, quatro pessoas, com uma estrutura de organização.

A regra central da AC é o registro e controle, pelo juiz, de toda a interação entre a

autoridade policial e o criminoso. Todos os encontros do policial com o suspeito, além de registrados e comunicados ao juiz, sempre que for possível, devem ser filmados e gravados. Nos casos de corrupção, isso é ainda mais importante, porque o policial não pode induzir o acusado a propor a corrupção. Se o policial faz isso, se leva o acusado a lhe apresentar uma propina, por exemplo, a Justiça considera isso “extorsão”. O culpado é, então, o próprio policial.

No processo em andamento, os acusados inicialmente foram três, não quatro ou mais: Daniel Dantas, Braz e Chicaroni. Quem propôs a AC, no dia 11 de julho, segundo disse em depoimento, foi o delegado Ferreira. Foi ele que teve os seus telefonemas gravados durante a AC. E ele, não o delegado Queiroz, é que ficou obrigado a relatar ao juiz todos os seus contatos com os supostos criminosos. Ferreira não era, formalmente, da Operação Satiagraha. Entrou nela por ser amigo de Queiroz, é o que afirmou em depoimento. Disse também que Queiroz não foi consultado sobre o pedido da AC.

Não é o que Queiroz disse ao juiz De Sanctis, também em depoimento. Ele afirmou que decidiu pedir a AC depois de um jantar com Chicaroni, numa pizzaria em Brasília, no dia 10 de junho. Disse também que passou a Chicaroni os telefones de Ferreira, para que os repassasse a Braz. Ferreira o contradisse: no depoimento a De Sanctis, informou que foi sua a iniciativa de pedir a AC, motivada por um telefonema de Braz, que queria marcar um encontro. Ferreira imaginou que isso poderia ser parte de um plano para suborno.

Braz argumenta que isso foi uma manobra para tentar evitar que as grandes relações entre Queiroz e Chicaroni fossem reveladas. Para desvendá-las, sua defesa pediu a De Sanctis a quebra do sigilo das ligações de Queiroz. Não conseguiu.

Mas a defesa de Chicaroni ajudou. Afirmou que ele trabalhou para Queiroz, a seu serviço. A defesa disse – e Chicaroni confirmou, durante seus dois depoimentos ao juiz De Sanctis – que o delegado foi quem definiu os pedidos de propina: primeiro, 50 mil reais, recebidos de Chicaroni, de fato, já no primeiro encontro que este teve com Ferreira e Queiroz no dia 18 de junho. Depois, de 1 milhão de dólares, que seriam pedidos no jantar de Braz, Chicaroni e Ferreira, ocorrido pouco depois.



A defesa solicitou - e De Sanctis deferiu - a quebra do sigilo das ligações feitas e recebidas por Chicaroni. Este dizia que era amigo de Queiroz havia sete anos. Por sua vez, Queiroz dizia que, de fato, o conheceu tempos atrás, mas que mantinha com ele apenas contatos esporádicos. Não foi o que a quebra de seu sigilo telefônico mostrou. No período investigado, de 4 de janeiro a 8 de julho deste ano, há 76 ligações entre os dois. Partidas de Queiroz, são 18.

A matéria da *Folha*, de Andréa Michael, prevendo a prisão do grupo de Dantas, saiu num sábado. Na segunda-feira seguinte, 28 de abril, Chicaroni ligou para Queiroz e ambos conversaram durante 234 segundos, diz o laudo da PF. No dia seguinte, Chicaroni chamou Queiroz no telefone 42 vezes. Aparentemente, conversam em 4 das tentativas. As conversas de Queiroz e Chicaroni se multiplicam em maio e junho, mês dos encontros deste com Braz, em São Paulo. E há evidências de que Queiroz estava no comando do processo. Por exemplo: no dia do jantar na pizzaria em Brasília, véspera do pedido da AC, Chicaroni e Queiroz se comunicaram cinco vezes. Queiroz foi o primeiro a ligar. Essa foi a ligação mais demorada.

Ferreira diz que foi ele quem pediu para Queiroz chamar Chicaroni para o encontro entre os três, em 18 de junho. Contudo, no dia anterior, Queiroz convidou Chicaroni para um encontro pela manhã,

no quartel-general que o delegado montou para a Satiagraha, num andar alugado do hotel Shelton, no centro velho de São Paulo. Quando, em seu depoimento, falou de suas relações com Chicaroni, Queiroz omitiu esse encontro. Essa omissão foi usada pelos advogados de Chicaroni em defesa da tese de que ele agiu a mando de Queiroz. Além disso, nesse mesmo dia, Chicaroni e Queiroz falaram-se 11 vezes, entre as 15h23 e as 21h36.

Em 24 de junho, Queiroz jantou com Chicaroni no restaurante Rubayat. Nesse dia, houve seis ligações entre os dois. No dia seguinte, o do jantar entre Braz, Chicaroni e Ferreira, houve dois telefonemas entre Chicaroni e Queiroz, ambos por volta da hora do almoço. Primeiro, Chicaroni ligou para o delegado e se falaram por 256 segundos. Depois, Queiroz ligou para Chicaroni, e o diálogo dessa vez durou 394 segundos, seis minutos e meio.

Nenhuma conversa ou encontro entre Queiroz e Chicaroni foi objeto de relatório ou gravação para a AC. A defesa de Braz perguntou, insistentemente, por que Chicaroni não teve seus diálogos grampeados pelo pessoal de Queiroz, que escutou tanta gente. Queiroz argumenta que Chicaroni não era, de início, alvo da investigação, o que não faz sentido. Chicaroni era o principal ativista no oferecimento da propina, o intermediário da entrega do dinheiro. A casa dele é que es-

tariam chegando as parcelas do suborno supostamente enviadas pelo Opportunity.

Além disso, Queiroz pareceu proteger Chicaroni. Braz foi enviado para o CDP II de Guarulhos enquanto Chicaroni permaneceu na custódia da PF na Lapa de Baixo. Queiroz ligou para o filho de Chicaroni e o visitou na prisão. Perguntado pela defesa de Chicaroni, o delegado confirmou esses fatos.

Braz garante que jamais ofereceu propina a Ferreira e que não há qualquer frase sua com esse significado na longa e única conversa que ele e o delegado, que se apresentou como advogado, tiveram no jantar do dia 25, o qual, curiosamente, também não foi filmado nem gravado profissionalmente pela PF, embora fosse o ponto culminante da AC. A gravação foi feita pelo celular do delegado Ferreira. E a filmagem, sem som, é de apenas 4 minutos e quarenta segundos, feita por dois agentes da PF.

A defesa de Braz pediu ao juiz De Sanctis que fosse feita uma transcrição pericial da gravação feita por Ferreira. O repórter de *RB* ouviu essa gravação, de péssima qualidade. De Sanctis indeferiu o pedido. Argumentou que isso não era necessário, como se a gravação pudesse ser ouvida com facilidade. Ele mesmo, no entanto, no interrogatório de Ferreira, perguntou o que o delegado disse no tal jantar com Braz.

Pior ainda foi o fato de a Polícia Federal, em evidente vazamento do processo que corria sob sigilo de Justiça, ter realizado as principais prisões de 8 de julho com ampla cobertura da Rede Globo, avisada antes de todos sobre os principais lances da opera-

ção. A Globo também recebeu o filme do jantar em que teria sido feita a proposta de propina. Recebeu diálogos das gravações dos suspeitos, para exibir junto com as imagens. Esse trabalho conjunto PF-Globo é o tema da parte final desta história.

SE A GLOBO JÁ CONDENOU... Até um juiz do Supremo Tribunal Federal acha que quem a Globo condena não merece *habeas corpus*

Braz foi solto por um *habeas corpus* obtido no Supremo Tribunal Federal por decisão do ministro Eros Grau. A decisão do STF ficou famosa pelo confronto entre Grau e outro ministro, Joaquim Barbosa, que se insurgiu contra ela. “Como é que você solta um cidadão que apareceu no *Jornal Nacional* oferecendo suborno?”, disse Barbosa, referindo-se às imagens da Rede Globo que mostravam trecho do filme feito pela PF do jantar entre Ferreira, Chicaroni e Braz, no restaurante El Tranvia, em São Paulo.

O JN, o principal noticioso da Globo, visto diariamente por dezenas de milhões de pessoas, editou essas imagens de várias formas, ao longo dos dias. A primeira, divulgada em 8 de julho, era uma imagem congelada, na qual apareciam, na mesa do jantar, num canto do restaurante, três pessoas: Braz, de costas para a câmera, e, de frente, Ferreira e Chicaroni – este, destacado num círculo. A impressão é de que, na pressa, os editores se enganaram: queriam destacar Braz e destacaram Chicaroni.

Nos dias seguintes, surgiu um trecho do filme, de uns 15 segundos, no qual Braz se levanta e Chicaroni também. Eles trocam de lugar: Braz fica de frente para as câmeras, e Chicaroni, de costas.

Em diversas edições dos vários noticiosos da Globo, entre os dias 8, das prisões, e 14 de julho, quando Braz se entregou, junto com a cena do senta-levanta, um locutor aparece dizendo explicitamente, ou sugerindo, que as imagens que o espectador via revelavam um flagrante de corrupção. No jantar, Braz teria oferecido 1 milhão de dólares para que a PF livrasse Daniel Dantas da prisão.

RB viu o filme feito pela PF no tal jantar e ouviu a gravação do áudio original que acompanha a filmagem. O som é um

barulho difuso, do ambiente, com algumas palavras, provavelmente dos filmadores. A impressão que fica é a de que os agentes queriam pegar o momento em que Braz se levanta e vai ficar, de frente para a câmera, ao lado de Ferreira. Nesse instante, uma pessoa, talvez um dos encarregados da filmagem, diz o que parece ser: “Pegou? Pegou?”

Braz diz a RB que está absolutamente seguro de que nenhuma vez ofereceu dinheiro nem sequer concordou com a questão dos honorários que Ferreira propunha para entregar provas da tal operação mista ilegal que existiria contra o Opportunity. Como o juiz De Sanctis indeferiu seu pedido de transcrição pericial da gravação do jantar feita pelo celular de Ferreira, cuja cópia – precária – lhe foi dada junto com os autos, Braz encomendou a um perito essa transcrição e tem o direito de incluí-la em seu processo, como uma apelação, caso a sentença de De Sanctis, que poderia ser apresentada entre o fim de novembro e o início de dezembro, condene-o. Braz diz a RB que assistiu aos diálogos entre Ferreira e Chicaroni – que falavam em honorários, em dinheiro – sem dizer nada por que tinha interesse em obter informações para o grupo de Dantas, ao qual pertencia e pertence. Esse foi o seu jogo, pelo qual está pagando um preço alto.

Braz parece ter razão num ponto crucial, no entanto. Na acusação contra ele, como prova de que ofereceu propina para livrar Daniel Dantas da cadeia, só foi apresentado, até o momento, o depoimento do delegado Ferreira. A denúncia contra Braz apresentada a De Sanctis pelo Ministério Público inclui a gravação e a transcrição de um diálogo telefônico entre Dantas e Braz que teria ocorrido em 5 de maio. Consta que esse teria sido o momento em que Dantas

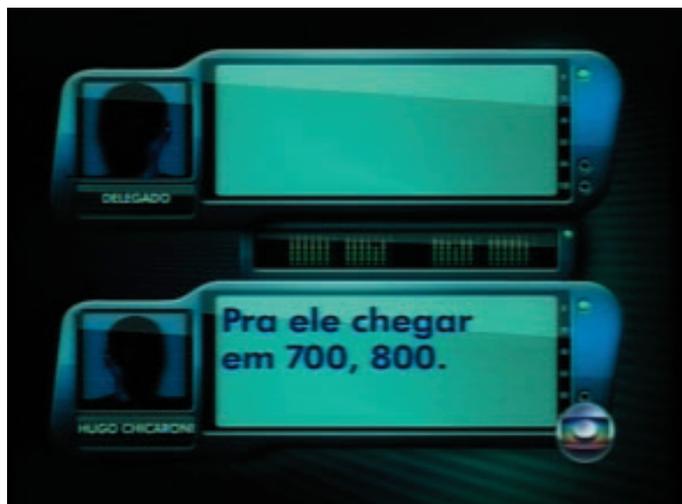
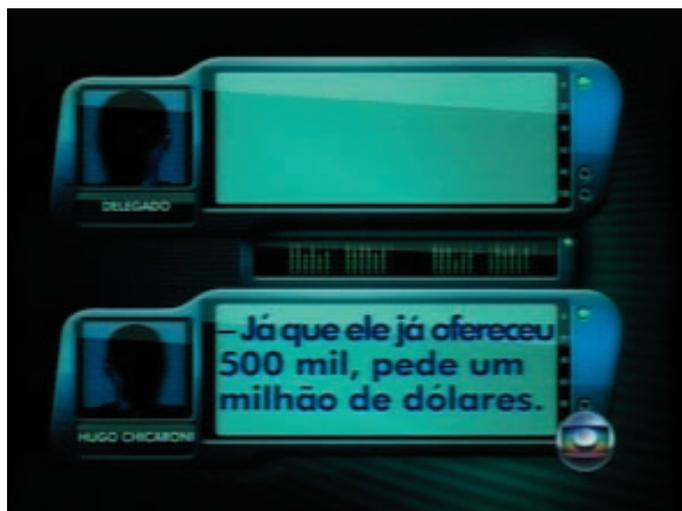
“determinou” a Braz que “mantivesse contato” com Queiroz para o “oferecimento de vantagem em troca de favorecimento da organização criminosa”. O repórter de RB leu esse argumento quando começou sua investigação, em agosto. No dia 15 de setembro, esteve no Opportunity e pediu a Dantas que esclarecesse o diálogo. De fato, no diálogo citado pela acusação, Dantas menciona que “quem tá responsável é esse Protógenes mesmo...”. E pergunta a Braz: “Se a gente já sabe quem é o endereço... senão, podia entrar em contato”. Mas essas frases, ao contrário do entendimento do Ministério Público, não são claramente uma ordem de Dantas para que Braz procure Queiroz, muito menos que faça isso para fins ilícitos. No conjunto, o trecho transcrito nos autos é bem mais complicado. São cerca de 2 mil caracteres. Entre a menção de Dantas a “Protógenes” e sua sugestão para “entrar em contato”, há várias frases, dele e de Braz. Nesses trechos intermediários, é mencionado, por exemplo, um Otávio de quem um certo “ele” “teria recebido uma orientação oposta”.

Braz diz ao repórter que o Otávio é “Otávio Azevedo”, diretor da Oi, que está comprando a BrT. E todo o diálogo entre ele e Dantas citado pela acusação gira em torno do acordo feito entre as partes, até então em litígio dentro da BrT, para cessar as hostilidades. Azevedo será o novo chefe da empresa resultante da compra da BrT pela Oi e teria instruído o pessoal da BrT, hoje sob o controle dos fundos de pensão das estatais, a cessar a briga com o Opportunity. Mas Azevedo ainda não mandava na BrT.

Em 19 de novembro, quando apresentou suas razões finais para julgamento ao juiz De Sanctis, a defesa de Daniel Dantas voltou ao diálogo citado, com mais argumentos. Apresentou uma perícia da gravação, o Parecer Técnico IBP6507, do Instituto Brasileiro de Peritos (IBT). O laudo tem resultados surpreendentes. Diz que os elementos de controle das gravações do Guardião, o sistema de gestão e armazenamento de dados das interceptações feitas pela Polícia Federal, mostram que o telefonema foi feito no dia 29 de abril, às 15h43, mas que o arquivo de áudio dessa chamada que a defesa tem em mãos foi gravado em 5 de maio, às 17h56. Diz ainda que, após a frase na qual Dantas diz que “quem tá responsável é esse Protóge-

UMA ARMAÇÃO

O repórter da Globo mostra a cena do jantar no El Tranvia com o diálogo ao lado. Como se Chicaroni e Ferreira estivessem tramando elevar a soma pretendida de Braz diante do próprio Braz. O absurdo decorre do fato de que a cena mostrada é uma e os diálogos que a acompanham vieram de outra data



nes mesmo”, há um corte na gravação, que “separa falas distintas”. Os diálogos, antes e depois do corte, não têm conexão, diz a perícia. Não há, também, uma linha de custódia do documento. Diz o IBP: “Órgãos policiais e peritos de todo o mundo adotam a cadeia de custódia, uma espécie de trilha de auditoria que ajuda a evitar erros nos procedimentos e serve para atestar a origem e autenticidade das provas. Não há identificação de quais foram os laboratórios e peritos habilitados que realizaram o trabalho de análise e manipulação das interceptações telefônicas e das gravações ambientais, como é regra para esse tipo de material, a fim de acompanhar todos os seus passos desde o documento original e garantir que não houve manipulação”.

A diferença nas datas é vista como crucial pela defesa. O telefonema teria ocorrido no dia 29 de abril, e não em 5 de maio. Foi, portanto, logo depois da publicação do artigo de Andréa Michael na *Fórmula*, no dia 26, que cita Protógenes Queiroz. Humberto Braz, que trabalhou na Andrade

Gutierrez, procurou Azevedo, presidente da Oi e também dirigente da empreiteira, porque advogados a serviço da BrT em causas contra o Opportunity se julgavam prejudicados com o acordo interno na companhia e queriam compensação. Quando fala em “entrar em contato”, Dantas estaria se referindo a esses advogados. E Braz procurou Azevedo porque este sabia que, sem o acordo interno na BrT, a compra pela Oi não ocorreria. O “endereço” para entrar em contato é o desses advogados.

Nenhum desses detalhes – tanto das inconsistências da Ação Controlada quanto das gravações das conversas dos acusados – é sequer minimamente levado em conta pela Globo. Esse desprezo por fatos claramente relevantes tem um exemplo especial no *Jornal Nacional* que foi ao ar no dia 14, um dia depois que Braz se entregou à PF. O jornal é apresentado por Renato Machado, que anuncia a reportagem de César Tralli.

Machado diz, na abertura: “Exclusivo: gravações de conversas telefônicas feitas Polícia Federal revelam como dois investi-

gados na Operação Satiagraha tentaram corromper um delegado para livrar o banqueiro Daniel Dantas das acusações de crime financeiro e de lavagem de dinheiro”. Ele se refere à novidade – a prisão de Braz – e passa o comando da matéria para César Tralli, o mesmo repórter de tantos outros furos da Globo a partir de ações da PF. Tralli recebeu, de modo privilegiado, por exemplo, as imagens do dinheiro apreendido no caso dos chamados “aloprados” do Partido dos Trabalhadores, feitas irregularmente por um delegado da PF e exibidas pela Globo na véspera do primeiro turno da eleição presidencial de 2006.

Tralli, que foi o apresentador das imagens também exclusivas da prisão de Dantas e seus executivos, no dia 8 de julho, fala em *off*, e as imagens se sucedem. Mostram, aparentemente, um presídio à frente de outro, no meio uma avenida movimentada. “É nesta cadeia, em Guarulhos, na Grande São Paulo, que está preso Humberto José da Rocha Braz”, diz o repórter. Na tela aparece foto 3x4 de Braz, depois, um prédio, à noite, com o nome



Reprodução

Tralli: reportagem com inúmeros erros e montagem equivocada

Polícia Federal. E Tralli diz, em *off*, que Humberto “se entregou ontem à noite na sede da Polícia Federal”.

A seguir, surge a imagem já citada, do jantar de Braz, Chicaroni e Ferreira no El Tranvia. Braz, de costas para a câmera; Ferreira, meio encoberto, sentado à frente de Braz. E Chicaroni, também de frente para a câmera, à direita. Tralli narra, em *off*: “Humberto e o amigo Hugo Chicaroni, professor universitário, foram flagrados em encontros e telefonemas oferecendo propina para um delegado federal. Toda a negociação foi monitorada com autorização da Justiça”.

Começam a aparecer painéis na tela, um em cima, outro embaixo, com duas fotos, escuras, irreconhecíveis, com as legendas “delegado” e “Hugo Chicaroni”. Nos painéis, aparecem textos que reproduzem o que dizem as vozes associadas a cada figura. Tralli continua, em *off*. Diz que a gravação é exclusiva e que “Hugo Chicaroni e Humberto Braz tentam manipular a investigação, segundo a polícia”. O repórter da Globo diz que o objetivo dos dois é “deixar de fora o banqueiro Daniel Dantas e parentes dele. É o que indicam as gravações”. No letreiro correspondente a Chicaroni, surge a frase “A história de só livrar três tá bom”. A seguir, outra: “Tá ótimo”. As frases parecem pronunciadas por vozes diferentes, mas a edição da matéria não parece se preocupar com esses detalhes.

A seguir, mais imagens gravadas no El Tranvia. Depois, por 32 segundos, são exibidas imagens de fachadas e vistas do prédio da Justiça Federal e do Fórum, de São Paulo, e do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, de Brasília. Tralli, em *off*, começa dizendo: “As interceptações mostram que, segundo Chicaroni, o banqueiro estava preocupado com a Justiça Federal em São Paulo”. Nos painéis e no áudio, Chicaroni diz: “Ele resolve. STJ, STF... ele resolve. O cara tem trânsito político ferrado”. E Tralli conclui: “Hugo Chicaroni se refere ao STJ, Superior Tribunal de Justiça, e ao STF, Supremo Tribunal Federal, as mais altas cortes do judiciário brasileiro”.

Novamente, a cena do El Tranvia. Voz de Tralli, em *off*: “As conversas também falam em propina. Hugo transmite ao delegado a oferta de suborno, proposta, segundo ele, por Daniel Dantas e oferecida por Humberto Braz, o assessor do banqueiro”. A seguir, voltam os painéis, com a transcrição da fala de Chicaroni, ao fundo: “Ele falou: Eu tenho 500 mil dólares para tratar desse assunto”. Depois, fala o delegado: “500 mil?” E, de novo, Chicaroni: “É. 500 mil dólares”. E, em seguida, imagens de maços de notas de 50 reais.

Tralli aparece ao vivo, pela primeira vez, após 3 minutos e 15 segundos de reportagem. Diz: “Além do pagamento em parcelas, o valor do suborno dobrou de 500 para

1 milhão de dólares. É o que apontam as gravações de um segundo encontro aqui, em São Paulo, entre os dois homens que diziam representar Daniel Dantas e o delegado federal. Foi nessa mesma segunda conversa que o delegado Vitor Hugo Rodrigues Alves [Ferreira] apresentou documentos sobre o banqueiro. Fichas cadastrais e fotos de Dantas foram exibidas durante um almoço em que o assunto era a propina”.

Retornam as imagens dos três homens no restaurante. Braz, que estava ao lado de Ferreira, levanta-se e troca de lugar com Chicaroni. Tralli diz, em *off*: “As imagens mostram o exato momento em que Humberto Braz, de frente para a câmera, troca de lugar com Hugo Chicaroni, para analisar melhor os documentos. O delegado não tem pressa”. Ouve-se a voz que seria do delegado. No painel, a transcrição: “Pode ver com calma, que eu não vou deixar esses documentos. Tem sonegação, tem lavagem, tem evasão de divisa, tem outros crimes [...]”.

A sequência se completa com novas imagens dos três homens no El Tranvia e a voz de Tralli, ainda em *off*: “Logo em seguida, o assunto passa a ser propina. Hugo Chicaroni fala em 1 milhão de dólares”. E retornam os painéis. No de Chicaroni, lê-se: “Já que ele ofereceu 500 mil, pede 1 milhão de dólares, para ele chegar em 700, 800”.

A quantidade de erros factuais cometidos por Tralli é enorme. A hipótese deste repórter é a de que o colega da Globo recebeu as imagens e os áudios da PF sem muito tempo para fazer uma pesquisa maior. Braz não se entregou à PF à noite, mas de manhã. O CDP II de Guarulhos não é a “cadeia” que ele apresentou. O que Tralli mostrou foi uma das duas penitenciárias que ficam próximas à rodovia Presidente Dutra, às margens da avenida que sai da rodovia Ayrton Senna e segue para o aeroporto de Cumbica.

Tralli diz, duas vezes, que a filmagem do ato do suposto suborno é de um almoço, mas, na verdade, trata-se de um jantar. Diz que Chicaroni e Braz se encontraram “uma segunda vez” com Ferreira, mas foi uma vez só. A cena em que Braz, pela segunda vez, levanta-se, agora para voltar ao seu lugar inicial, é exibida como sendo o momento em que ele sai para ver os papéis. O instante em que Braz examina os papéis é outro: é aquele em que ele sai de seu lugar inicial, troca de lugar com Chicaroni, para sentar-se ao lado do delegado Victor Hugo,

quando, então, pode ver os papéis que estavam sobre as pernas do delegado.

Pior que esses pequenos erros é a estrutura da montagem do noticiário. As imagens principais são do filme de 4 minutos e quarenta segundos do jantar de Braz, Chicaroni e Ferreira, vídeo feito pela Polícia Federal e entregue, de alguma forma, à Globo. É dele que foram tiradas – não se sabe se diretamente pela PF ou pelos editores da Globo – as seis seqüências que aparecem no *JN* de 14 de julho. Porém, as conversas, que são reproduzidas como se tivessem sido gravadas nesse encontro dos três homens, não têm relação com as imagens. Em uma dessas cenas, inclusive, isso fica evidente, devido a um absurdo. Chicaroni aparece tramando com Ferreira uma forma de elevar a proposta

de suborno de 500 mil para 1 milhão de dólares. E é evidente que não fez isso à mesa, diante de Braz, que, segundo a PF, é quem daria o dinheiro.

Possivelmente, apenas uma das gravações é do jantar dos três: aquela de quando Ferreira diz que vai mostrar os papéis que tem. Para isso, pede a Braz que troque de lugar com Chicaroni e sente-se ao seu lado, porque os papéis, como conta Braz, estavam sobre suas pernas. A locução de Tralli, como já vimos, no entanto, confunde as coisas. A imagem que Tralli apresenta como o “exato momento” no qual Braz vai ver os papéis é, na verdade, o instante em que Braz se levanta para retornar ao seu lugar, após já ter visto os papéis.

Em nenhum momento ouve-se a voz dele. Nos painéis que transcrevem as falas, não

aparecem sua imagem nem seu nome. O que transforma a matéria na denúncia de um suborno proposto por Braz é a montagem e a palavra do locutor, que sempre afirma: “Ferreira disse que...”, “Chicaroni disse que...” ou “Braz disse que...” O que não se sabe ainda é quanto da armação veio pronta da PF e quanto é contribuição própria da Globo.

As três filmagens de dinheiro que aparecem na notícia do *JN* também são estranhas. De onde vieram? A primeira, as imagens de maços de notas de 50 reais que aparecem numa mesa com teclado, monitor e mouse de um computador, são seguidas por voz de Tralli, em *off*. Ele diz: “Segundo a investigação, do dinheiro mandado por Humberto Braz, parte foi paga 20 dias antes da operação que levou os envolvidos para a cadeia”.



OUTRA ARMAÇÃO

O repórter da Globo mostra o prédio onde mora Chicaroni. A imagem aparece acompanhada de um diálogo, que teria ocorrido entre ele e o delegado Ferreira, por ocasião do primeiro recebimento de dinheiro, de 50 mil reais. Mas são duas pessoas que recebem o dinheiro: Ferreira e o delegado Protógenes Queiroz. A frase



Reprodução

Tralli está sugerindo que aquele é o dinheiro enviado por Braz? Trata-se de um absurdo, porque, nos depoimentos ao juiz De Sanctis, Chicaroni diz explicitamente que essa parte do dinheiro era dele. A segunda imagem de dinheiro mostra uma caixa de papelão com maços de notas de 50 reais que são retiradas por uma mão não identificada. Tralli, em *off*, diz: “As conversas também flagram mais uma parcela da propina. Quase 80 mil reais foram entregues ao delegado federal na garagem do prédio de Hugo Chicaroni”. O que ele quer dizer com essa frase curiosa? Que as falas são um flagrante da apreensão do dinheiro?

A última imagem é de uma sacola de lona da qual é retirado um saco plástico transparente com maços de reais, aparentemente. O dinheiro é despejado sobre uma

mesa. Tralli, em *off*: “Segundo a polícia, a maior parte da propina foi apreendida no dia da prisão de Chicaroni, na semana passada. No apartamento dele, os policiais encontraram 1 milhão e duzentos mil reais em dinheiro vivo”. A cena não é a da apreensão, evidentemente. Parece ser uma exibição de dinheiro para as câmeras. Mais estranho ainda é o fato de as cédulas apreendidas nas três vezes não terem sido identificadas antes de seu depósito judicial. E a identificação faz parte dos procedimentos normais da PF nesses casos.

A Globo fez esse tipo de cobertura por algum interesse? Quem são os interessados em considerar que os erros na privatização das teles brasileiras serão aplacados com a demonização de Daniel Dantas e das pessoas que estejam próximas a ele, como Braz?

TODOS OS PIRATAS DA “PRIVATARIA”

Dantas navegou nas águas da privatização num barco privilegiado, o do Citibank. Mas há outros marujos espertos nesta história

A história da privatização das empresas do Sistema Telebrás tem sido contada a partir da divulgação, em 1998, de diálogos entre Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ricardo Sérgio de Oliveira, André Lara Rezende e Pêrsio Asrida, entre outros. À época, tratava-se, respectivamente, do ministro das Comunicações, do diretor do Banco do Brasil, do presidente do BNDES e do diretor da empresa de gestão de fundos do Opportunity.

Nas conversas, eles falam da necessidade de garantir a venda da Tele Norte Leste, uma das empresas em que o sistema estatal foi dividido, ao grupo do Opportunity, de Daniel Dantas. Os diálogos, até hoje, servem como prova da “privataria”, a bandeira de corrupção e acertos políticos que teria sido a venda das empresas de telecomunicação brasileiras ao capital privado no fim do primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso. E Dantas é visto como o personagem central da patifaria realizada. Desde então, para resumir, ele é “o bandido”, como o chamou recentemente o delegado Queiroz.

O repórter crê que a privatização das teles brasileiras foi ruim para o País. Acredita também que os homens fazem a história, mas não nos termos em que a idealizam, mas, sim,

dentro de circunstâncias determinadas. Para reconstituir a história da privatização das teles brasileiras, Dantas é, sem dúvida, um personagem importante. Mas é preciso partir de um ponto de vista mais amplo: há outros personagens, de igual relevância, e existem condições históricas concretas, que impulsionam e impõem limites às ações dessas figuras. Fiquemos, por ora, nos personagens.

Dantas teve, por alguns anos, o que se pode chamar de um grande favorecimento: ele foi o portador do dinheiro do Citibank, o banco americano que representou, a partir de 1982, o capital estrangeiro na renegociação da dívida externa brasileira da época do regime militar. Em 1996, dois anos após a longa renegociação da dívida do País, o Citi escolheu Dantas para comandar a aplicação, no Brasil, dos títulos da dívida externa brasileira que tinha em carteira.

Dantas falava em nome do Citi nas intrincadas negociações que formaram os poderosíssimos consórcios que disputaram as teles brasileiras nas privatizações. Dantas também teve, embora por um prazo mais curto, o apoio dos principais fundos de pensão brasileiros, como a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, a Funcef, dos da Caixa Econômica Federal, e o Petros, dos

da Petrobras. E, sobre esses dois pilares, Citi e fundos de pensão, e mais um terceiro, fundos organizados por ele e seus sócios, fez um consórcio, um compromisso por oito anos, prorrogáveis por mais dois, para investimento e desinvestimento conjunto, basicamente para a compra de estatais nas privatizações brasileiras.

O consórcio era um fundo de *private equity*, no nome em inglês. Empreendimentos desse tipo tinham se tornado famosos no capitalismo americano de anos recentes, no qual as empresas foram deixando de ser comandadas diretamente pelas famílias fundadoras e passaram a ser geridas por profissionais. E os proprietários das grandes empresas e pessoas ricas, de um modo geral, também passaram a contar com serviços profissionais para gerir seus rendimentos, como esses fundos. São sociedades por ações, mas fechadas. Não se entra nelas como nos fundos de ações comuns, que os grandes bancos, por exemplo, têm às dezenas, chamados de fundos públicos, acessíveis aos de certa renda, é claro, mas abertos a qualquer um nessas condições.

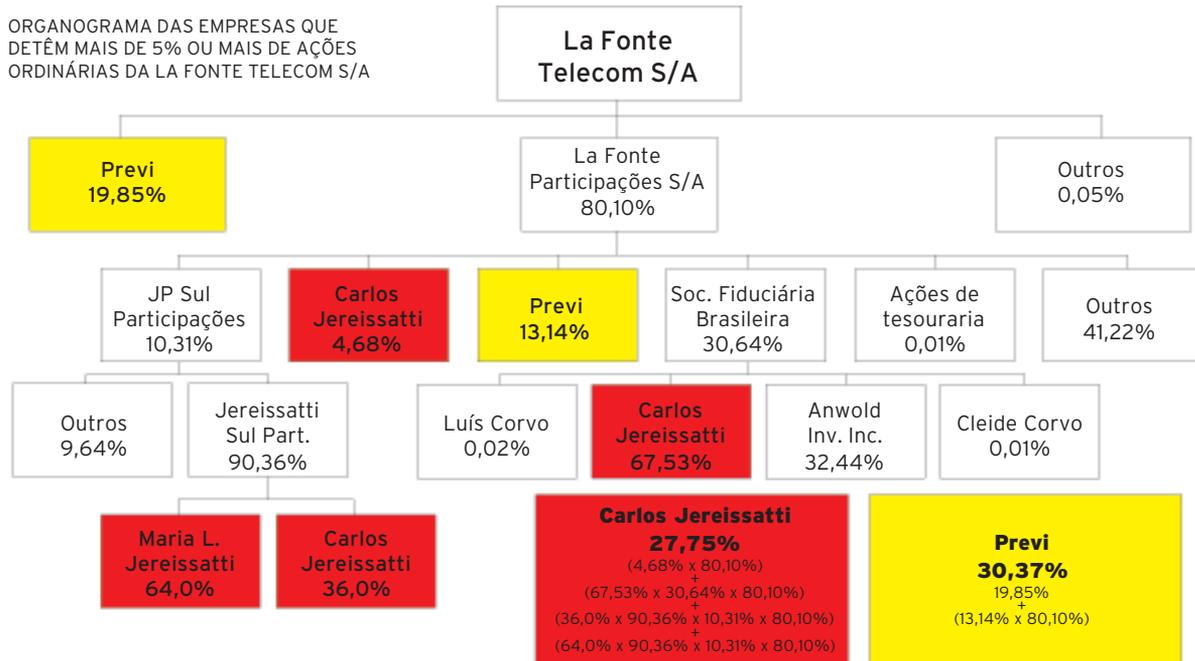
Dantas é um especialista na gestão de fundos privados, de *private equity*. Mas nem nisso pode-se dizer que ele seja o gênio do pedaço. Por exemplo: o regulamento de vários de seus fundos ele copiou do grupo Garantia, de Lehman, Telles e Sicupira, talvez os três mais famosos banqueiros brasileiros do setor, que fundiram Brahma, Antarctica e muitas outras empresas e acabaram criando o que muitos pensavam que era a múlti verde-amarela das cervejas, a atual Inbev, belga.

Não se pode dizer que Dantas seja, sequer, o gênio da esperteza, enquanto os gestores dos fundos de pensão brasileiros, por exemplo, seriam os representantes ingênuos dos trabalhadores pobres e de seus órfãos e viúvas. Esses dirigentes, sabe-se, não têm a fortuna de Dantas e muitos são militantes abnegados do Partido dos Trabalhadores. Mas são profissionais, bem remunerados e têm grande influência na vida econômica do País.

Além do grupo de Dantas, três outros devem ser destacados numa lista dos grandes personagens na história da disputa pelas teles brasileiras. O primeiro é o grupo da Oi, que é comandado por profissionais como Dantas: Sérgio Andrade e Carlos Jereissati, uma dupla de administradores de capitais. Andrade, da empreiteira Andrade-Gutierrez,

UM TEM MAIORIA, OUTRO MANDA A Previ tem 30,37% das ações de mando da La Fonte. Carlos Jereissatti tem 27,75%. Mas é ele quem manda

ORGANOGRAMA DAS EMPRESAS QUE DETÊM MAIS DE 5% OU MAIS DE AÇÕES ORDINÁRIAS DA LA FONTE TELECOM S/A



Fonte: CVM, dados de 31/12/2007

é mais político. Na lista oficial dos contribuintes para a última campanha do presidente Lula, a Andrade-Gutierrez é a maior doadora, com 6,4 milhões de reais. Andrade é considerado um dos mais influentes entre a meia dúzia de grandes empresários com amplo acesso ao Palácio do Planalto. Prova disso é a presença do presidente Lula no seu aniversário de 60 anos, no último 18 de novembro.

Jereissatti, empresário com negócios muito fortes com a Previ, por exemplo, o maior fundo de pensão das estatais, é o administrador da fortuna da família, de grandes políticos cearenses. Seu irmão, Tasso, foi presidente do PSDB, é senador e foi governador do estado. A La Fonte Telecom é o braço de negócios de telecomunicações da família. Jereissatti controla a La Fonte, em certos aspectos, mais ou menos como Dantas e diversos outros empresários do País: tem várias empresas, em cascata, uma controlando a outra, de modo tal que, com uma pequena fração do capital, manda nas empresas operacionais que interessam. Grande parte do capital da La Fonte Telecom é dos fundos de pensão. A Previ é o maior acionista da La Fonte no bloco do capital votante, mas não manda na empresa, em função da estrutura societária e de acordos de acionistas.

O controle da administração das empresas do grupo Oi – que inclui companhias de telefonia fixa, de celular, portais na internet, redes de comunicação de dados e outras – é garantido por acordos societários que subordinam o capital do Estado e dos fundos à dupla Andrade-Jereissatti. Estado e fundos de

pensão são, de fato, os majoritários no capital votante, com 55%: BNDES, 25%; Banco do Brasil, 10%; e os fundos de pensão, 20%.

Quando se lê o diálogo entre Luiz Carlos Mendonça de Barros e Ricardo Sergio de Oliveira sem demonizar Daniel Dantas, vê-se claramente que a conversa não foi gravada nem divulgada por ele. O mais sensato é dizer que, mesmo que o conteúdo do diálogo mostre claramente a preferência de vários financistas do PSDB por Dantas, tanto a gravação clandestina quanto sua divulgação foram feitas por inimigos dele. Não é razoável usar o diálogo entre Mendonça de Barros e Oliveira para afirmar que o Opportunity foi favorecido na compra da atual Oi, pela simples razão de que o consórcio liderado pelo banco maldito não comprou a ex-Telemar. Quem a comprou foi o grupo da dupla Andrade-Jereissatti. Esse, aliás, é um grupo que pode ser chamado de favorecido na disputa pelas teles brasileiras.

Para formar a chamada tele verde-amarela, o governo Lula vai ajudar ainda mais a dupla Andrade-Jereissatti. Ela já comprou, dentro da Oi, com ajuda de empréstimos estatais, mais 22,5% do capital votante da empresa, que estavam divididos igualmente entre um consórcio Citibank–Opportunity e o banco Garantia. E, para formar a tele patriótica com pretensões multinacionais, por enquanto chamada de BrOi, sob o mando Andrade-Jereissatti, foi feito, no dia 25 de abril deste ano, o grande acordo que fez que fossem retirados da Justiça todos os processos que tinham sido movidos pelos acionistas

do bloco majoritário da BrT uns contra os outros. Esse bloco majoritário é formado por Citibank, Opportunity e o consórcio de fundos de pensão brasileiros. A Telecom Itália era do bloco, mas vendeu sua parte aos fundos e ao Opportunity.

As três entidades que restaram se engalfinhavam em dezenas de ações comerciais, algumas das quais tinham transbordado para o campo policial. A paz na BrT é indispensável para o nascimento da BrOi. A Oi disse que não poderia comprar a BrT se tivesse de herdar as dezenas de conflitos intestinos que ela carregava, alguns dos quais avaliados em algumas centenas de milhões de dólares.

O segundo grupo de grande influência na privatização das teles brasileiras é a Telecom Itália. A ex-estatal italiana foi quem formalmente entregou à Polícia Federal brasileira, em meados de 2004, a acusação de que Dantas estava espionando ilegalmente, por meio da empresa Kroll, pessoas como o então ministro de Assuntos Estratégicos do governo Lula, Luiz Gushiken, e o então presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb.

Mas que credenciais tem a Telecom Itália para se apresentar como campeã da moralidade? Um diretor da empresa no Brasil, encarregado de assuntos de segurança, Ângelo Janone, que fez a entrega à PF brasileira dos documentos contra Dantas, esteve preso na Itália, numa investigação promovida pela Promotoria de Milão, acusado de espionagem contra políticos, empresários e jornalistas italianos. No inquérito, *hackers* da equipe de Janone dizem como assaltaram, pela

internet, o computador de um dos encarregados de serviços da empresa Kroll para a Brasil Telecom e como copiaram todos os seus arquivos. Relatam também como enfiaram “animaleto”, bugs eletrônicos de espionagem,

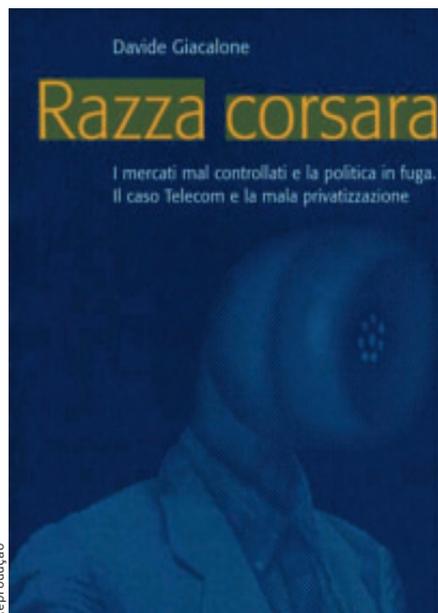
nos computadores de toda a direção do Opportunity e seus auxiliares. Definitivamente, a batalha pelas teles brasileiras não foi uma disputa entre cavalheiros na qual se infiltrou um cidadão de maus modos.

O PRESENTE ITALIANO DA GLOBO

No auge da crise da internet, a Telecom Itália comprou participação na Globo.com, que, poucos meses depois, valia 40 vezes menos

A Telecom Itália (TI) é um mau exemplo na história das privatizações. O monopólio estatal das telecomunicações italianas, formado desde o pós Segunda Guerra Mundial, a partir de diversas companhias estatais do setor e consolidado na Telecom Itália em 1994, foi privatizado, em 1997, pelo governo centrista de Prodi e Ciampi. A promessa era a de formar um núcleo acionário estável, composto por grandes empresários que, com 6,6% das ações, no conjunto, e apoio do Estado, com 3,5% das ações e uma *golden-share*, controlaria e daria estabilidade para um núcleo técnico-administrativo criar uma verdadeira companhia pública, no sentido pretendido pelo governo de ter uma administração técnica e a propriedade acionária em mãos de amplas camadas da população italiana.

Raça de piratas: negócio TI-Globo sob suspeita



O sucesso pareceu, inicialmente, estrondoso. Entre 20 e 24 de outubro de 1997, dois milhões de pessoas compraram títulos da companhia. E, somado o que se arrecadou nessa venda, com uma cota de investidores institucionais, como fundos de pensão, mais o bloco do chamado núcleo estável, mais uma fração de 1,2% do capital reservado para concluir uma aliança estratégica com a americana AT&T visando o mercado global, o Tesouro italiano arrecadou 11,82 bilhões de euros. Dois anos depois, no entanto, o esquema do novo tipo de companhia pública ruiu. Com 21,5 bilhões de dólares articulados entre diversos fundos e empresas pelo JP Morgan Chase, a Olivetti, sete vezes menor que a TI, adquiriu, por meio de oferta hostil, a ex-estatal e a transformou praticamente numa exceção global: a única empresa controlada por uma única pessoa jurídica, ao lado das sociedades anônimas como a AT&T americana e estatais como a Deutsche e a France telecoms.

Dos negócios da TI, diz Davide Giacalone, em *Razza corsara* (*Raça de piratas*, tradução livre, Rubbettino Editore, 2004), livro sobre a privatização italiana, o da compra de 30% da Globo.com é, não apenas “um dos mais desastrosos” da história da ex-estatal, mas ainda “de uma estranheza que merece investigação”. Numa época em que grandes alianças estratégicas como a da TI com as Organizações Globo eram anunciadas com apresentações espetaculares e conferências midiáticas, o negócio dos italianos com o portal da família de Roberto Marinho é um buraco negro, “como aqueles que se localizam nas regiões insondáveis do universo”, diz Giacalone.

A compra da participação na Globo.com foi anunciada em junho de 2000 pela TI. Àquela altura, a Globopar, empresa controladora dos negócios da família Marinho, naufragava em dívidas de mais de 2 bilhões de

dólares. Iam mal os negócios da TV a cabo, que fora muito superestimado. A compra do novo parque gráfico da empresa, que resultou numa grande dívida em dólares, levou a um custo em reais insuportável, devido à desvalorização da moeda brasileira. E o portal Globo.com, como muitas fantasias ponto-com da época, começava a cair na realidade, com receita mínima e custos máximos. A TI avaliou a Globo.com, em que aportariam fantásticos conteúdos noticiosos e novelescos do sistema de informações e da teve da empresa brasileira, em 2,7 bilhões de dólares e pagou por 30% desse valor, 810 milhões de dólares. Em 2001, o portal da Globo valia menos de 30 milhões de dólares. E, em 2003, já não valia nada.

O portal tinha surgido em março, menos de três meses antes. Pretendia expandir-se por toda a América Latina, a despeito de ser feito no Brasil, falado e escrito em português e todos os demais países latino-americanos serem hispânicos. O neonascido Globo.com concorreria com vários portais já estabelecidos no mercado, diz Giacalone: o Terra, da Telefônica, espanhola; o Starmedia, americano; El Sítio, argentino. O portal argentino, que tinha entre seus investidores a Hicks Muse e a Intel e que poderia ter algum tipo de comparação com o da Globo, valia apenas 0,5 bilhão de dólares. O Starmedia, americano, valia 1,5 bilhão de dólares.

Para onde foi o dinheiro do portal apenas prometido e já pago de antemão? É a pergunta que faz Giacalone. A Globo devia ao Chase, que foi o banco que agenciou o empréstimo para a Olivetti comprar a TI. No balanço do ano seguinte ao do negócio do portal, a Globo anunciava uma redução de seu endividamento numa quantia próxima de meio bilhão de dólares, diz Giacalone. Ou seja, o Chase teria pago a si próprio num acordo com a TI, que fez o serviço para a Globo por outras razões.

Quais seriam elas? Giacalone especula que, na mesma época da compra do portal supervalorizado, TI e Globo tinham feito vários e complexos acordos, por meio de empresas *off-shore*, de paraísos fiscais, para a formação de outra empresa, a Datacom, que permitiria à TI driblar a regulamentação do setor de telecomunicações da Itália. Investigar essa especulação, no entanto, não cabe neste artigo. O repórter só espera que, quem for investigar, o tema não faça como o jornalismo da parceria Satiagraha-Rede Globo. ■

A SAÚDE PODE FICAR DISTANTE

As modalidades esportivas de alto rendimento cobram caro: após longos períodos de prática, ex-atletas ficam com seqüelas físicas e emocionais | *Rafael Hernandes*

Esporte faz bem à saúde, certo? Nem tanto, é o que dizem especialistas. São inegáveis os benefícios ao corpo humano produzidos pela atividade física moderada, dosada corretamente. Isso vale especialmente para a vida sedentária urbana. Não é todo exercício, entretanto, que traz ao praticante uma vida mais longa e saudável.

Os profissionais da área não têm medo de apontar o esporte competitivo de alto desempenho como um grande vilão, que produz inúmeras seqüelas físicas e psicológicas. “Se considerarmos rigidamente os conceitos de saúde, o esporte de competição não pode ser considerado uma prática saudável”, diz o fisiologista Turíbio Leite de Barros, que trabalha no São Paulo Futebol Clube e coordena o Centro de Medicina da Atividade Física e do Esporte da Universidade Federal de São Paulo (Cemafe/Unifesp).

Paulo Zogaib, Paulo Zogaib, médico do Cemafe, concorda com o colega. Segundo ele, quando se começa a prática de uma atividade esportiva normal, o organismo recebe estímulos e reage se adaptando ao

novo ritmo de atividade. Ou seja, exige-se do organismo uma adaptação que melhore sua capacidade aeróbica (de absorção, transporte e utilização de oxigênio), sua resistência, força, potência, gasto de gordura, para que seja capaz de realizar o que lhe é exigido. Essas adaptações acabam beneficiando o corpo como um todo, que se torna mais saudável. Na atividade de alto rendimento, entretanto, a exigência pode superar a capacidade de adaptação. “Por isso, o esporte competitivo não tem a ver com saúde. Ninguém disputa o esporte competitivo para ganhar saúde, é para ganhar dinheiro”, diz Zogaib.

O PESADELO DE BARBOSA

Cristiano Miranda Barbosa caminha com dificuldade pelo *campus* Campo Limpo da Universidade Bandeirante (Uniban). Ex-jogador profissional de futebol, Barbosa conta que foi vítima de um acidente de trabalho: fraturou a tíbia e a fibula da perna direita durante um treino de sua então equipe, Persikabo Bogor, clube da primeira divisão da Indonésia. Cirurgia para implante

de pinos e placas, infecções, nova cirurgia para correção da primeira, fisioterapia diária, perda de movimentos do pé, rigidez nas articulações, um ano e meio de tratamento sem data marcada para encerramento. Esse é o pesadelo em que se transformou o sonho de criança de Barbosa de se tornar jogador profissional. Vítima de um problema físico, ele também sofre emocionalmente. “Está sendo muito difícil me desvincular da carreira de atleta. É uma vida, minha família sempre me apoiou para isso. Era disso que eu gostava”.

Barbosa, praticamente anônimo para a mídia esportiva, é apenas um dos muitos exemplos de um lado pouco descrito e comentado do esporte. Algo que também atinge celebridades, gente como Gustavo Kuerten, Ana Moser, Ronaldo Fenômeno, que também pagaram, de uma forma ou de outra, seu preço pelos títulos, pela glória, pela fama.

“Vejam os casos das meninas da nossa ginástica olímpica”, diz Francisco Xavier de Vargas Neto, diretor do curso de educação física da Faculdade São Judas Ta-

Rodolgo Buhner / Folha Imagem

deu, em Porto Alegre. “Elas sofreram uma carga de treinamento assombrosa para participarem das Olimpíadas de Pequim, e os resultados estão aí. Quase toda a equipe feminina está machucada, se recuperando ou com dificuldades em se recuperar”. “Não sei até que ponto isso são os riscos naturais do esporte ou realmente uma busca sem limites da performance”, pondera a ex-ginasta Luisa Parente, que participou dos Jogos de Seul (1988) e Barcelona (1992). “Até porque você olha no exterior, nos torneios internacionais, a própria campeã olímpica, Nastia Liukin, competiu sem nenhuma bandagem, nenhuma dor”.

Dentre as seqüelas físicas que o esporte competitivo pode gerar, são duas as principais. Uma atinge o aparelho locomotor, que é o primeiro a ser prejudicado e o que mais sofre devido ao esforço repetitivo e intenso. Articulações, ligamentos, músculos, cartilagens são severamente exigidos, levados até além de suas capacidades. É o fenômeno denominado *overuse*, que significa literalmente “uso excessivo”. As lesões específicas no aparelho locomotor relacionam-se ao tipo de atividade praticada. No judô, é o ombro. No futebol e no salto, o joelho. No tênis, o cotovelo. São lesões causadas pelo

MORTES SÚBITAS CAUSA PRINCIPAL É PROBLEMA FÍSICO DO ESPORTISTA, NÃO O RITMO INTENSO DOS TREINAMENTOS E COMPETIÇÕES, AVALIA ESPECIALISTA

Seria os treinamentos cada vez mais intensos a causa das mortes espetaculares que ocorrem, às vezes, diante de milhares de testemunhas que assistem aos eventos esportivos? Como no caso de Serginho, o zagueiro do São Caetano falecido após se sentir mal durante uma partida de futebol há cerca de quatro anos? Ou o do brasileiro José Carlos Gomes, falecido momentos após completar a última edição da Maratona de Nova York, no início de novembro?

De acordo com os especialistas, essas situações não são causadas pela prática esportiva em si, mas por doenças e limitações preexistentes do corpo do atleta. Paulo Zogaib explica que nos casos fatais há um “defeito de base, alguma alteração clínica de base que aquela exigência exagerada a qual [o esportista] foi submetido” acaba trazendo à tona. “Todos os atletas que vimos sofrerem mortes súbitas, como no caso do Serginho, tinham doenças de base.”

Exames comprovaram que o zagueiro do clube do ABC paulista era portador de miocardiopatia hipertrófica, doença que causou um aumento da musculatura do coração, gerando uma alteração do impulso nervoso dentro do órgão o que provocou arritmia cardíaca. Durante o jogo, o esforço excessivo fez desencadear a arritmia que levou à parada cardíaca seguida da morte.

impacto maior sobre determinadas partes da anatomia.

O outro tipo de seqüela afeta o corpo como um todo. É causada pelo excesso de treinamento (*overtraining*) e pode provocar vários desajustes, como alterações fisiológicas, psicológicas, imunológicas, hormonais e bioquímicas. Nesses casos, é comum

a redução do desempenho esportivo, dores musculares, perda do estímulo competitivo e da determinação, alterações de apetite e perda de peso, mudanças do padrão do sono, distúrbios de humor, como ansiedade aumentada, depressão, irritabilidade, nervosismo, e maior suscetibilidade a gripes e resfriados.

O OBJETIVO É A COMPETIÇÃO

Zogaib explica que a medicina esportiva e os profissionais envolvidos na preparação de atletas (fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, etc.) ajudam a reduzir esse tipo de impacto. “Um atleta de alto nível passa por uma série de avaliações para manter [os riscos] sob controle. Tentar evitar fadigas crônicas ou sobrecargas exageradas, para obter o desempenho máximo. Não é produtivo fazer algo que vá lesar o atleta, tenta-se deixá-lo o maior tempo possível competindo”.

Segundo Zogaib, um indivíduo mais saudável provavelmente terá melhor desempenho. É por isso que os atletas de ponta são submetidos a dietas balanceadas, com suplementos, vitaminas e minerais. Dessa forma, procura-se evitar que fiquem doentes. Assim, tornam-se, desse ponto de vista, mais saudáveis, embora a intenção inicial seja unicamente obter melhor desempenho esportivo.

Os atletas de ponta também contam com materiais esportivos de alta qualidade. Utilizam, por exemplo, calçados que absor-

Barbosa: na Indonésia, fratura na perna acabou com a carreira



Rafael Hernandez

vem cada vez mais os impactos, para reduzir as lesões nas articulações. Utilizam-se tabladros de ginástica que dão mais impulsão e, ao mesmo tempo, mais proteção ao atleta nas quedas. Mesmo que planejados exclusivamente para o desempenho, ajudam também a minimizar os efeitos negativos para a saúde de quem compete.

Se os equipamentos modernos reduzem os danos, por outro lado os treinamentos são cada vez mais duros, mais puxados. “Os níveis de treinamento têm aumentado”, avalia Vargas Neto. “Exige-se cada vez mais [dos atletas], e algumas modalidades estão aumentando a frequência dos treinamentos, chegando a duas vezes por dia, num total de até sete ou oito horas de exercícios intensos”. Luisa Parente conta que em seu tempo de atleta profissional, além das lesões esporádicas sofridas durante a carreira (luxações de cotovelo e joelho, torções, distúrbio de crescimento), sofria muito com as dores. Diz que só após parar de competir profissionalmente as coisas mudaram e as dores físicas finalmente cessaram.

Se para a ex-ginasta os problemas físicos cessaram, surgiram outros e de um novo tipo. “O período de transição é terrível para o atleta”, diz, referindo-se à etapa seguinte ao encerramento da carreira. “Estava acostumada com oito horas diárias de treino. De repente, pára tudo. Engordei dez quilos quando parei de competir”. Depois, lembra, foi a vez de decidir o que fazer da vida profissional, pois, com apenas 22 anos, ela já era ex-atleta. O que fazer a seguir? “Na verdade [tinha] vontade de não fazer nada, de tanto que já tinha feito”, diz Luisa.

“A vida do atleta é muito voltada para a atividade física, só se faz aquilo o dia inteiro, todos os dias. Quando pára de fazer isso ele fica perdido, mesmo emocionalmente, psicologicamente”, diz Zogaib. Esse parece ser o caso do ex-jogador Casagrande, da seleção brasileira de futebol e do Corinthians. Em recente entrevista ao programa *Altas Horas*, da TV Globo, ele falou de seu afastamento do posto de comentarista da emissora, do período de um ano de tratamento em uma clínica de reabilitação para dependentes químicos e da transição do profissionalismo para a aposentadoria esportiva. “Parei de jogar querendo mesmo, mas não estava preparado. A gente sente falta da adrenalina. E sempre gostei de viver no limite”, disse. O jogador revelou que começou a usar drogas ainda no período

de que jogava e que intensificou o consumo com o fim da carreira.

“Essa busca pode existir devido a esse vazio que é criado”, diz Zogaib. “O que ele vai fazer agora? Se o atleta já possuía um passado instável, isso acaba facilitando o uso de drogas, não necessariamente ilícitas. Pode acontecer com o álcool”.

Barbosa também sofreu com a interrupção repentina e violenta de sua carreira. Ele conta o abalo emocional de, aos 26 anos, quando teve a contusão, ver sua carreira interrompida na metade. “[Quando me contundi] achei que nem voltaria a andar. Depois de um ano de tratamento, eu acreditei que poderia voltar a jogar profissionalmente ou, ao menos, jogar uma pelada. Mas, pelas condições de hoje, tenho quase certeza de que não vou poder fazer nem isso”. Para continuar no esporte, iniciou o curso de educação física. Que, no começo, parecia servir principalmente para combater o tédio. “Eu queria algo para ocupar meu tempo, porque eu não conseguia mais ficar em casa o dia inteiro sem fazer nada”, lembra.

ADULTOS “PEQUENOS”

Vargas Neto chama a atenção para outro tipo de vítima do esporte de alto rendimento: as crianças. Na ginástica olímpica e no futebol, por exemplo, elas são recrutadas cada vez mais cedo. Estudo realizado por ele e os colegas Rogério Voser e Lisete Machado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), expõe quatro grandes problemas aos quais as crianças são expostas: físico, psicológico, motriz e esportivo. Uma das mais importantes constatações do estudo é a percepção de que os treinos e competições esportivas infantis são baseados nos mesmos modelos dos adultos. As crianças são tratadas mecanicamente, como se fossem simplesmente adultos “pequenos”, sem grande preocupação com as complexas diferenças de fase física e psicológica.

“Por tradição, a competição infantil é uma cópia da competição adulta. E, para nós acadêmicos que estudamos o assunto, achamos que não precisaria ser assim”, diz Vargas Neto. Os professores sugerem alterações que poderiam amenizar esses impactos, como aumentar o tempo de recuperação durante as atividades mais intensas, evitar cargas elevadas sobre a coluna, aumentar o trabalho de flexibilidade nos treinamentos de força, além de valorizar o aspecto lúdico das atividades, etc.



Rubens Cavallari / Folha Imagem

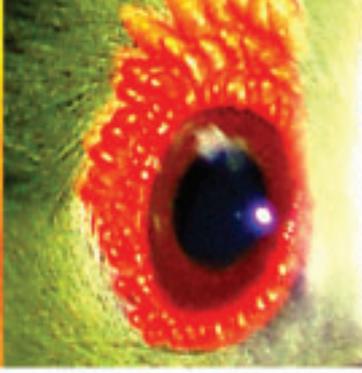
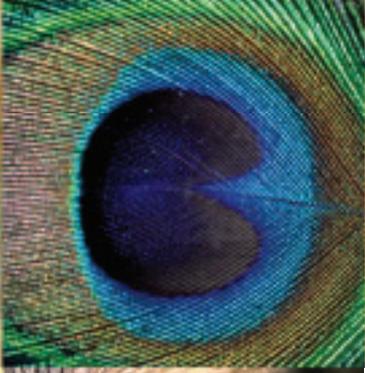
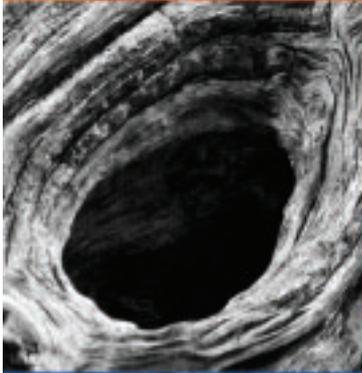
Judô: o *overuse* afeta, principalmente, os ombros

A preocupação maior, diz Vargas Neto, não é com a saúde da criança agora. “Ela é muito resistente, consegue se desenvolver”, explica. A questão, diz, é “o futuro, daqui a 10 ou 15 anos, quando essa criança for adulta”. Ele menciona seu próprio caso. Vargas Neto, quando jovem, foi judoca, participou de várias competições profissionais, no País e no exterior, mas não lhe restaram lembranças muito agradáveis desse tempo. Há 18 anos, com 40 anos de idade, teve diagnosticada uma artrose de quadril. “Fiquei durante 10 ou 12 anos passando por dores horríveis. Então, coloquei uma prótese. A peça passa por dentro do osso quase até o joelho esquerdo”, descreve. No ano passado, teve de fazer o mesmo doloroso procedimento na perna direita. “Isso foi causado pelos treinamentos muito intensos, de um desgaste das articulações também causado pelo impacto e pelo esforço repetitivo”, diz, convicto.

“Isso não quer dizer que eu seja contra a prática esportiva. Sou professor de educação física e treinador esportivo. Meus dois filhos são esportistas”, diz. Para Vargas Neto, o importante é discutir a questão, o que “não ocorria até um tempo atrás”. E mostrar que o esporte é algo muito bom para a saúde, mas quando dirigido à finalidade de promover o bem-estar físico e mental das pessoas. ■



**Terceiro ano consecutivo
no Índice Dow Jones
de Sustentabilidade.**





É, tem muita gente vendo o trabalho da Petrobras.

A Petrobras conquistou novamente o direito de figurar entre as empresas mais sustentáveis do mundo. Pelo terceiro ano consecutivo, ela faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, uma das principais referências do mundo para os investidores. E não pára por aí. A avaliação da Petrobras este ano subiu três pontos em relação ao ano passado. Quando uma empresa se destaca em questões como gestão de marca, recursos humanos, cidadania e meio ambiente com transparência, todo mundo vê o resultado.

Reportagem:

UMBANDA EM PERMANENTE MUTAÇÃO

Em visita a terreiros e em conversas com pais-de-santo e intelectuais, RB foi ver como, ao completar cem anos, a primeira religião brasileira, que introduziu nos cultos as figuras do povo pobre, ainda enfrenta preconceitos e prossegue em sua contínua adaptação aos tempos atuais | Tânia Caliari

É sexta-feira de manhã. A “casa” está aberta. Toda azul, lembra uma igrejinha, com pequena torre, nave, altar ao fundo, imagens de santos. Mas é uma tenda de umbanda, construída há 58 anos no bairro de Pinheiros. É uma das mais tradicionais de São Paulo. O pai-de-santo fundador continua a comandar a “casa”. Pai Jamil Rachid, homem de tez muito branca e olhos azuis esbugalhados, é o médium que recebe o preto velho Pai Benedito e outras várias entidades. Leva adiante a ação de cultivar e propagar a umbanda por meio da “caridade”, que, nessa crença, significa dar a oportunidade aos humanos de se comunicarem com espíritos evoluídos que, como acreditam os fiéis, descem de Aruanda com toda sua sabedoria sobre a verdade divina e orientam os que sofrem e pedem ajuda.

A maioria dos que chegam ao templo tira os sapatos, recebe um passe, escuta um conselho, faz uma oração e vai embora. Elisabete foi buscar mais que isso. Foi se filiar à União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Brasil, uma das maiores federações umbandistas do estado de São Paulo, com 4,5 mil terreiros afiliados e que tem sede no templo. Elisabete quer obter o reconhecimento oficial de seu terreiro como entidade religiosa e garantir seu funcionamento. O terreiro de Elisabete fica na Chácara Santana, no Jardim Ângela, na zona sul da cidade.

Freqüentadora da umbanda desde os 18 anos, Elisabete incorporou pela primeira vez uma entidade há 27 anos, quando estava num supermercado. Exu “desceu” para lhe avisar que tomasse cuidado naquele dia, pois seu marido poderia ser assassinado. Elisabete preveniu o marido e, à noite, o suposto assassino foi morto na porta de sua casa, alvejado por um desconhecido. Desde então, ela aprimorou sua mediunidade e, anos mais tarde, abriu o seu próprio terreiro.

Na umbanda é assim. Uma vez que são desenvolvidos por um pai-de-santo, os médiuns de um templo podem, sob ori-

entação dos espíritos que os guiam, fundar novas tendas. Isso faz da umbanda uma religião de pequenos grupos que se reúnem em torno de uma mãe ou pai-de-santo, em terreiros autônomos, que não seguem doutrina única nem são subordinados a ninguém. O que resultou numa religião com variadas formas de expressão.

Na noite de sábado, primeiro dia de novembro, não há muito movimento nas ruas pobres da Chácara Santana. O vaivém da rua José Sedenho se concentra apenas numa pequena *LAN house* e na Tenda de Umbanda Iemanjá, Oxosi e Caboclo Sete Flechas, comandada por Elisabete. As pessoas se acomodam no salão onde um dia funcionou uma pizzeria. Os antigos fornos agora abrigam velas acesas e imagens de pretos velhos. Por toda parte há imagens de santos católicos – São Jorge, São Sebastião, Cosme e Damião –, de caboclos de umbanda e até uma foto do padre Marcelo Rossi, líder católico carismático. No altar, estão Oxalá, orixá representado numa imagem de Jesus Cristo, além de Iemanjá e Nossa Senhora Aparecida.

A “ESQUERDA”, DOS EXUS

Nesta noite, o culto é da “esquerda”, termo usado na umbanda para designar os rituais dedicados aos exus e pombajiras que, diferentemente do divulgado por alguns grupos cristãos, não são demônios, mas espíritos elevados e ambíguos, que tanto podem agir para o bem como para o mal. Mas não ali, diz Elisabete. Ela afirma que sua tenda não acolhe pedidos de maldades.

De joelhos, testa ao chão, Elisabete evoca Deus, pede pelas almas, lê uma oração, cita Moisés e puxa uma ave-maria e um pai-nosso. Durante os cantos que se seguem, ritmados pelos atabaques, os orixás são saudados um a um. Elisabete solta os cabelos e dança incorporando Iemanjá, o orixá que rege sua cabeça e é sua mãe no culto umbandista. Na seqüência, desce Vovó Maria, preta velha que faz Elisabete andar pesadamente curva e res-

mungar. Com a partida da preta, é a vez de incorporar uma cabocla, uma índia na tradição umbandista. Ela pula, grita, e bate no peito no meio da jira, área diante do altar onde os médiuns podem “girar” e dançar ao incorporar os espíritos.

As entidades continuam sendo saudadas pelas canções. O ponto agora é para Exu Tiriri. “Exu Tiriri é muito *bão*, toma conta da casa e do portão”. É nessa hora que uma médium incorpora um exu. Seus dedos se curvam como garras, que ela arrasta no chão. Depois, a moça incorpora uma baiana, figura debochada e bonachona, que faz questão de cumprimentar o público, que assiste a tudo passivamente. Outra médium incorpora mais um exu e, finalmente, Elisabete recebe outro, soltando gargalhadas. Na sala, estão agora presentes Exu Capa Preta, Exu da Cruz e a baiana, prontos para falar com o povo.

Uma mulher tira de um saco uma roupinha azul, de criança, com escritos num papel para apresentar a exu. “Isso aqui é minha obrigação, meu particular”, diz, se furtando a dar detalhes. Outra quer falar com a baiana, queixa-se de dor nas costas. Veio agradecer o emprego que pediu e conseguiu. Um rapaz avisa: “quero passar com o Seu Capa”. Uma moça copia o nome de um juiz de uma carta de intimação do Tribunal de Justiça paulista e se dirige à jira.

À jornalista de *Retrato do Brasil*, Exu da Cruz garante o sucesso desta reportagem, uma pequena investigação sobre a umbanda, religião brasileira que comemora cem anos de fundação neste ano. Essa religião se caracteriza pela diversidade, que encontramos em diversos rituais nas zonas norte, sul e oeste de São Paulo, e que se reflete nas variadas explicações sobre como funciona a umbanda. Num ponto, os entrevistados concordam: todos dizem que a missão da umbanda é ajudar na evolução dos espíritos encarnados na Terra, provendo a intermediação, por meio dos médiuns, entre as pessoas e os guias, espíritos elevados.

Essa definição vai ao encontro do que teria proclamado em 1908 o espírito fundador da umbanda. Consta que o Caboclo das Sete Encruzilhadas, espírito de um índio que se incorporou num jovem médium na cidade de Niterói, definiu a umbanda como “a manifestação do espírito para a caridade”. Considerada desde então uma religião brasileira, a umbanda é uma crença composta de ritos, divindades e mitologia herdados de várias religiões, sobretudo do espiritismo kardecista e do catolicismo cristãos, do candomblé, de origem africana, e dos rituais indígenas, genericamente chamados de pajelança.

Há várias interpretações para a palavra umbanda, como a arte de curar, colhida do idioma banto, e “Conjunto das Leis de Deus”, que se baseia na interpretação do vocábulo *aumbhandba*, tido por alguns teóricos da religião como originário do adâmico, um alfabeto primitivo.

A idéia da busca pela evolução virtuosa dos espíritos vem do espiritismo, doutrina racionalista cristã sistematizada em meados do século XIX na Europa pelo pedagogo e médium francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), popularmente conhecido como Allan Kardec. Dele, a umbanda herdou também a idéia evolutiva da reencarnação, que faz parte de várias outras religiões como o hinduísmo e o budismo.

INTERAÇÃO ESPIRITUAL

A umbanda, no entanto, afasta-se de Kardec ao adotar como guias espirituais entidades de origem negra e índia. Esses guias, que incluem ainda entidades variadas, como crianças, boiadeiros, africanos, baianos, marinheiros, orientais, ciganos e outros, são lideranças de inúmeras entidades que militam pela evolução espiritual

sob sete diferentes linhas de orixás, divindades tomadas da tradição africana.

A mediunidade, um dom que, segundo as religiões espiritualistas, nasce com a pessoa, manifesta-se, sobretudo, pela possessão – há, entre outras formas de manifestação, a psicografia, a audição, a vidência e a pintura. A mediunidade é considerada um instrumento para que se possa interagir com os espíritos, o que, geralmente, ocorre nos rituais de consulta nos terreiros.

Apesar de cultuar os orixás, os umbandistas não titubeiam em afirmar o caráter monoteísta de sua religião. Zambi, ou Olorum, é o seu deus supremo, criador do universo.

O sociólogo Reginaldo Prandi, veterano pesquisador do universo mitológico afro-brasileiro, alerta que mesmo as religiões politeístas têm um deus superior, um deus criador do mundo e dos ou-

Tenda de mãe Elisabete: apesar da ambigüidade dos espíritos na umbanda, aqui não se acolhem “pedidos de maldades”



Paulo César Lima

tros deuses. “Ao mesmo tempo em que a umbanda se abastece na tradição politeísta incorporando os orixás, ela tem uma orientação monoteísta, quando confunde Olorum com o Deus judaico-cristão-muçulmano, pois considera que é dele que tudo emana e que ele tem uma ação total sobre a humanidade”. Prandi explica que no candomblé não é assim. O deus criador não se mete com os homens, que são relegados aos orixás, que, por sua vez, também são deuses. “Ninguém reza para ele, porque ele é inacessível”, explica.

Outro distanciamento da umbanda em relação ao candomblé se dá ao lidar com os conceitos de bem e mal. Nas várias culturas africanas e no candomblé não há a idéia do bem separado do mal. Tudo é bom e tudo é mau. “A umbanda se forma entre duas visões de mundo: de um lado, há o kardecismo, que segue a visão judaico-cristã do bem e do mal em eterno conflito. E, de outro lado, você tem a idéia de que essa luta não adianta nada, porque uma coisa não existe sem a outra”, explica Prandi. Segundo ele, essa questão foi amplamente desenvolvida por seu colega acadêmico Lísias Negrão, em *Entre a cruz e a encruzilhada* (Edusp, 1996), livro em que afirma que, para resolver essa contradição, a umbanda adotou a idéia de que seus guias são todos voltados para o bem. E conservou em separado e escondido, na chamada quimbanda, a presença do mal, que não pôde ser desprezada, por ser fundamental.

Assim, durante muito tempo, a umbanda foi feita apenas com guias da “direita”, os caboclos, pretos velhos e crianças. Os rituais para exu e pombajira eram realizados à parte. “Muito recentemente, quando a própria sociedade se torna mais flexível em relação às diferenças, essa divisão total foi perdendo o sentido e hoje o exu é aceito”, diz Prandi.

Essa assunção do ente do “mal”, no entanto, teria feito da umbanda um dos alvos preferenciais da intolerância religiosa, contribuindo para a diminuição do número de seus seguidores no País, que, nos últimos 30 anos, tornou-se menos católico, menos afro-brasileiro e mais evangélico.

Prandi, que nos anos 1970 trabalhou num dos primeiros mapeamentos de religiões feitos no Brasil, diz que, atualmente, é difícil dimensionar o número preciso de adeptos da umbanda. Segundo os dados



Paulo César Lima

Médiuns se preparam para ritual, deitados diante do altar

de 2000 do Censo Demográfico, último levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a contemplar as religiões, os seguidores das religiões afro-brasileiras, a umbanda e o candomblé, somavam apenas 0,34% da população brasileira, ou pouco mais de 571 mil pessoas. Os umbandistas eram a grande maioria, 75%.

O número de seguidores dessas religiões, além de ser relativamente pequeno, caiu nas duas últimas décadas do século XX. Em 1980, equivalia a 0,57% da população e, em 1991, a 0,44%. Essa queda, entretanto, não atingiu de forma equilibrada as duas religiões. No movimento descendente, o que se verificou foi o crescimento do candomblé. Entre 1991 (quando, pela primeira vez, o Censo especificou as religiões afro) e 2000, o candomblé saiu de 107 mil para quase 140 mil adeptos. Um crescimento de 31,3% num período em que a população brasileira como um todo cresceu 15,7%. No mesmo intervalo, a umbanda, que tinha 542 mil seguidores, caiu para 432 mil, uma perda de 20,2%.

PENTECOSTAIS SÃO CONTRA

Esse fenômeno é atribuído por estudiosos ao crescimento das religiões cristãs pentecostais, que combatem explicitamente os cultos afro-brasileiros, apesar de terem absorvido alguns de seus elementos, como o chamado “descarrego”. Além de usar seus pastores e fiéis no dia-a-dia desse combate, determinadas igrejas usam poderosos meios de comunicação de massa, incluindo uma rede de televisão, na disputa pelo mercado religioso. É a etapa mais recente da discriminação às religiões baseadas na cultura africana, que sobreviveram à perseguição do Estado (só em 1964,

o registro dos terreiros de umbanda na polícia deixou de ser obrigatório) e às campanhas da Igreja Católica (sobretudo até os anos 1970).

Analisando as narrativas do mito fundador da umbanda, pode-se afirmar que o que houve em 1908 foi uma “invasão” de uma sessão espírita kardecista por espíritos que já vinham se manifestando há tempos nos diferentes rituais religiosos populares – candomblés de caboclo, macumbas, cabulas –, sobretudo no Rio de Janeiro. A então capital federal recebera, no fim do século XIX, levas de imigrantes de outros estados, que se juntavam à multidão de ex-escravos, africanos ou descendentes, recém-libertos.

Segundo os relatos consolidados pelos seguidores da umbanda, em 15 de novembro de 1908, na federação espírita de Niterói, um jovem branco de 17 anos, Zélio Fernandino de Moraes, filho de militar, foi levado a participar de uma mesa branca, como são chamadas popularmente as sessões de recebimento de espíritos, por apresentar um comportamento fora do comum. Ele falava resmungando em línguas estranhas, andava curvado ou apresentava trejeitos de felino. Na mesa kardecista, presidida por um militar, Zélio se encontrava entre os membros do estrato social ao qual pertencia. Ao serem iniciados os trabalhos, entretanto, espíritos que se identificaram como Caboclo das Sete Encruzilhadas e Pai Antônio se manifestaram em Zélio. Os kardecistas pediram para que esses espíritos se retirassem, pois seriam, a seu ver, “atrasados”. Caboclo das Sete Encruzilhadas teria dito então que voltaria a incorporar Zélio no dia seguinte e que, dali em diante, haveria “uma mesa posta” a toda e qualquer enti-

dade que quisesse se manifestar, independentemente do que tivesse sido em vida. “Todos serão ouvidos”, teria dito Caboclo das Sete Encruzilhadas. “Nós aprenderemos com aqueles espíritos que souberem mais, ensinaremos os que souberem menos e a nenhum viraremos as costas nem diremos não”.

“O que houve foi uma invasão de território espiritual”, diz Prandi, que avalia, da mesma forma que a socióloga Patrícia Briman, em estudo feito nos anos 1980, que, naquele momento, houve uma mudança na concepção de poder, a grande novidade trazida pela umbanda. Se até ali os espíritos iluminados que baixavam nas mesas do kardecismo eram de pessoas bem-sucedidas e conceituadas em vida, como médicos, jornalistas, escritores e advogados, na nova religião a idéia era de que o poder não vinha mais pela posição social ou escolaridade, mas pela vivência. “O poder agora reside na origem escrava, índia, subalterna, mas digna. É o grande guerreiro indígena, o velho negro sábio, que apanha a vida toda, mas é conhecedor dos segredos da vida”, diz Prandi.

Apesar de ter recebido caboclos e pretos velhos, Zélio praticou uma umbanda cristã, com doutrina baseada no Evangelho e rituais sem atabaques ou adereços afros. Fora dali, porém, as manifestações religiosas populares não tardariam a influenciar a umbanda, à qual foram incorporados esses e outros elementos.

IRMÃ DO SAMBA

Nessa época, havia uma grande convivência da população carioca com o chamado candomblé de caboclo, de origem banto, vindo da Bahia. “Esse é o um tipo de manifestação cultural que vai dar origem também ao samba, às escolas de samba”, diz Prandi. “Os pais do samba são todos ligados às chamadas casas de baianas e à macumba. Macumba é uma expressão carioca da tradição de candomblé de caboclo, que também contemplava entidades indígenas”.

Segundo o sociólogo, grandes nomes, como Pixinguinha, João da Baiana e outros, ou eram de terreiros ou ligados a eles, por serem parentes das mães ou amigos da “casa”.

“No começo da produção discográfica no Brasil, foram gravados muitos pontos da macumba”, diz Prandi, que, em seguida,



Paulo César Lima

Mãe Elisabete: Exu avisou que João (em pé) seria assassinado

cantarola um clássico de Noel Rosa para mostrar a tensão que existia entre dois grupos pioneiros do samba carioca: o das favelas dos morros, com os seus pontos de macumba, e o dos jovens boêmios do subúrbio de Vila Isabel, como o próprio Noel. “Feitiço da Vila”, de Noel e Vadico, enaltece o samba que eles faziam nos seguintes moldes: “A Vila tem um feitiço sem farofa, sem vela e sem vintém, que nos faz bem. Tendo o nome de princesa, transformou o samba em um feitiço decente, que prende a gente.” Segundo esses autores, ambos brancos, na Vila o feitiço era musical e decente, diferente do da turma dos morros.

Uma importante interpretação a respeito da umbanda, do fim dos anos 1970, de autoria do sociólogo Renato Ortiz, discípulo do francês Roger Bastide, estudioso da cultura negra no Brasil, afirma que a umbanda se originou na classe média e destaca que seu aparecimento coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial no País. Esse mo-

mento exigiu enorme adaptação dos afrodescendentes, em evidente desvantagem para se inserirem no mercado de trabalho capitalista.

Segundo essa análise, do livro *A morte branca do feiticeiro negro* (Vozes, 1978), as transformações do mundo simbólico afro-brasileiro se deram para acomodá-lo aos valores da sociedade da época, que se pretendia branca e amparada pela moral católica. Nesse processo, teria havido uma desagregação de memória coletiva das nações africanas, resultando em novas expressões de religiosidade: a feitiçaria em São Paulo, a macumba no Rio de Janeiro, o candomblé de caboclo em Salvador. A umbanda, segundo Ortiz, teria surgido para canalizar esse processo de degradação da memória negra e moldá-la à ideologia dominante, associando-a aos santos católicos e à doutrina espírita.

Pode-se ver esse movimento de forma diferente. Prandi considera que a umbanda foi muito além da classe média

“TÁ TUDO FORMOSO” UM DIÁLOGO ENTRE A REPÓRTER DE RB E PAI LUCIANO, INCORPORADO POR SEU GERALDO

Diante do altar do pequeno templo na zona norte de São Paulo, seu Geraldo põe suas guias coloridas em honra a Xangô, seu santo de cabeça, um gorrinho branco com estrela bordada, volta-se para as imagens de pretos velhos, caboclos e santos católicos e começa a rezar baixinho. Um estremeamento e um gesto de se curvar indicam a chegada de Pai Luciano por meio da incorporação em Geraldo, negro com seus 63 anos bem conservados.

RB O senhor desceu no médium Geraldo?

Pai Luciano É. Temos os orixás, que são fontes de luz, que se aproximam e trazem vibrações para o médium. O orixá é quem determina as correntes de incorporação que vão atuar nesse médium.

RB De onde o senhor vem?

Pai Luciano Eu venho de Aruanda, que é a faculdade espiritual. Sempre procuramos conhecimento, estudo, aprendizado, a perfeição.

RB Como é Aruanda? Têm árvores, rios?

Pai Luciano Ali tudo se gera através de energia, vamos dizer dessa forma. É uma camada onde só existem fontes de luz. Nessa luz está o conhecimento em várias línguas. Tem espíritos de Aruanda atuando em vários países, em religiões diferentes.

RB O senhor viveu na Terra antes de ser preto velho?

Pai Luciano Meu último desencarne foi a 420 anos, na Bahia, onde cheguei como escravo vindo do Congo. Mas eu tive muita faculdade antes de ser preto velho. Tive sete vidas, fui cocheiro, senhor de engenho, médico, administrador... Minha missão já estava cumprida na Terra e me deram outra missão, pela vontade divina, que foi orientada por Orumilá, orixá do sentido. Trabalhei 33 anos só com os espíritos em Aruanda.

RB Quando o senhor veio à Terra só como espírito?

Pai Luciano Minha primeira incorporação se deu na Bahia, para reconhecimento do campo terrestre, há 82 anos. Aí foi determinado que eu desceria no Geraldo para formar falanges, grupo de entidades seguidoras de uma corrente de vibração. É uma corrente de pretos velhos que se apresentam com o nome de Pai Luciano e que está à disposição para ajudar as pessoas. Já foram criadas falanges aqui, no Rio Grande do Sul, na Bahia e no Rio de Janeiro, tendas em meu nome, que me representam.

RB Por que o senhor escolheu o Geraldo?

Pai Luciano O Geraldo era um menino que começou a desenvolver sua mediunidade aos 8 anos, depois de ver um amigo fazendo várias brincadeiras usando seus poderes mediúnicos. Ele morava numa fazenda no interior de São Paulo. Geraldo começou a desenvolver sozinho sua mediunidade, com meditação, até que um dia encontrou uma velhinha sentada numa mina de água. Eles conversaram no [nível] espiritual. Depois ele disse ao irmão e aos amigos que catavam lenha que tinha conversado com a vovó, mas os meninos não viram vovó nenhuma ali. Mas ela tinha pedido para ele acreditar na espiritualidade e disse que ele ia ter uma cumbuca nas mãos, eram mãos de cura. O primeiro benzimento que fez foi para o pai dele, que cortou o dedo indicador profundamente sem poder estancar o sangue. O menino correu no campo e colheu três ervas e pediu em nome de Deus e as correntes do espaço para estancar o sangue. Quando chegaram ao hospital, o médico disse que tinha sido um milagre. A partir daí, começou a fila de gente pra ele curar.

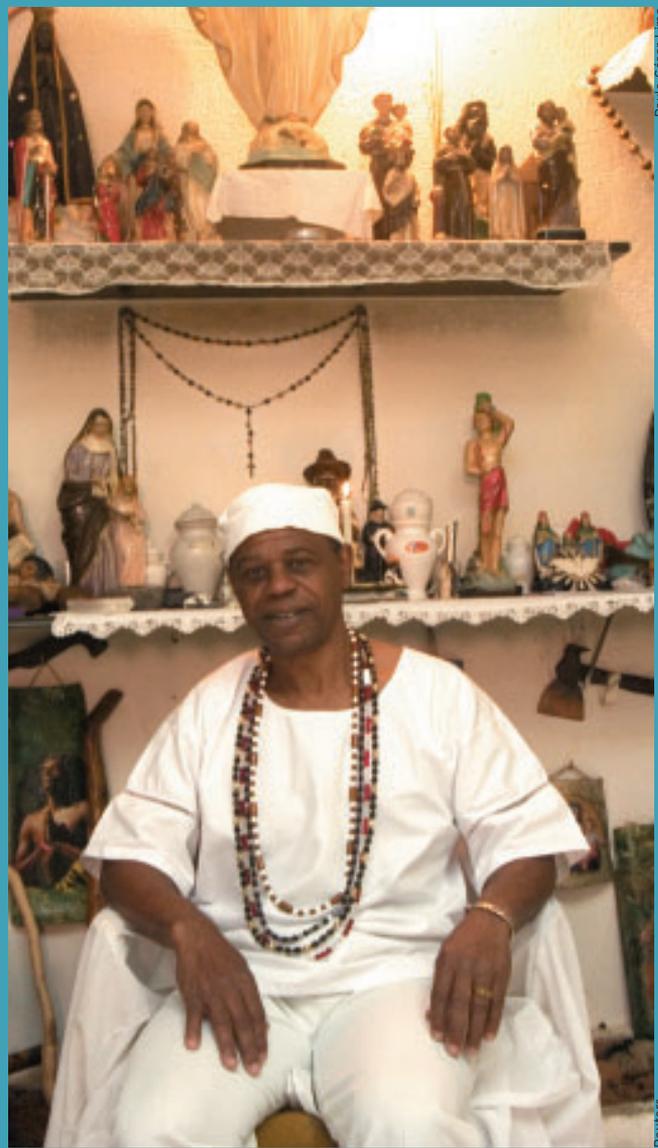
Imediatamente há saudações ao velho, pedidos de bênção. Alguém se apressa em lhe acender um cachimbo. A partir daí, a conversa sobre a umbanda seria, no consenso dos fiéis ali presentes, com Pai Luciano, um preto velho, uma das entidades-símbolo da religião. De quando em quando, ele fumava e cuspi num pequeno tabuleiro de madeira e dizia, satisfeito: “Tá tudo bom, fia, formoso”.

RB O senhor só desce no Geraldo?

Pai Luciano Desço em outros. Já atuei em mesa branca, em sessões de elevação e descarrego, auxiliando os trabalhos.

RB Como o senhor avalia o mundo hoje?

Pai Luciano O mundo hoje está muito melhor do que eu vi quando vim fazer o reconhecimento terrestre há 82 anos. Pouca gente ali tinha a força da voz, o restante era submisso. Hoje, as coisas estão mais abertas. Tem abertura muito grande no campo dos estudos, do conhecimento, da ciência. O povo tem cabeça mais aberta, o que está auxiliando muito a evolução espiritual.



Paulo César Lima

Reuters



Prandi: a umbanda pôs fim a um monopólio

e promoveu a integração de idéias excluídas pelas classes hegemônicas do Brasil, trazendo elementos religiosos negros e indígenas para uma civilização que se tornava urbana e cosmopolita, cuja população era mestiça. Já o candomblé, religião de características marcantemente africanas, se restringia a capitais periféricas, como Salvador, Recife e São Luiz.

“É só com o movimento cultural que sai em busca de velhas tradições nos anos 1960 que o Brasil vai olhar para a Bahia e descobrir a mãe-de-santo nos terreiros de candomblé”, diz Prandi. “Se, nessa época, os Beatles foram à Índia atrás de gurus e a contracultura dos países desenvolvidos olhou para o Oriente, os artistas brasileiros, desde Vinícius de Moraes até os da Tropicália, se voltaram para a Bahia”. “Só aí o candomblé chega à metrópole”, avalia.

Segundo Prandi, a umbanda trouxe outra novidade importantíssima: a ruptura com a velha tradição religiosa brasileira, que era do catolicismo. “Até 1940, todo mundo que nascia no Brasil nascia católico. Ser brasileiro e ser católico eram a mesma coisa. Com a umbanda, abre-se a possibilidade de o brasileiro escolher sua religião. E isso é extremamente importante na formação da cidadania”.

MUITAS UMBANDAS

As diferentes fontes que deram origem à umbanda resultaram numa religião que nunca foi codificada numa doutrina única, imposta hegemonicamente por um poder central, como se vê, por exemplo, no catolicismo. Isso levou o sacerdote Etiene Sales, do Rio de Janeiro, a concluir que “a umbanda não é uma religião única, mas um conjunto religioso diverso e plural, que se cons-

tituiu de pequenas sub-religiões ou escolas umbandistas”. Sales é membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, formada por várias ONGs e que promoveu passeata em defesa de liberdade religiosa no fim de setembro no Rio de Janeiro.

Sales, administrador de empresas especializado em análise de negócios e pós-graduado em Ciências da Religião, pesquisa o assunto desde 1987. No início deste ano, realizou, por meio de um site na internet, uma enquete que ajuda a constatar a diversidade dos cultos da umbanda. Esse trabalho permitiu especificar, grosso modo, 12 tipos de cultos. São três de “umbanda branca”, três de “umbanda popular”, dois de “umbanda esotérica” e dois de “umbanda iniciática”. Há também o da chamada “umbanda pura” e o conhecido como “umbandomblé”.

As chamadas umbandas brancas seguem, na íntegra ou não, a doutrina de Zélio de Moraes ou a doutrina espírita, e só recorrem a entidades como pretos velhos, caboclos e crianças, excluindo dos rituais os exus. As umbandas populares são fortemente marcadas pelo sincretismo afrocatólico ou por raízes africanas – como a omolocô, que enfatiza os orixás. Pertence à corrente popular o culto que segue as obras de Rubens Saraceni, pai-de-santo de São Paulo que enfoca a magia e o caráter místico da religião.

Na umbanda esotérica, estão os que se baseiam nas obras de W. W. Matta e Silva. A umbanda iniciática, uma espécie de derivação da esotérica, aglutina os que seguem, na íntegra ou não, as obras do pai-de-santo Francisco Rivas Neto, que buscam um sentido universalista da religião.

A umbandomblé, como o próprio nome indica, é uma mistura com o candomblé. E a umbanda pura, na interpretação de Sales, é uma doutrina que não existe, mas que é assim denominada por pessoas que acham que têm uma ligação direta com o “astral superior” e que não se misturam com os demais rituais.

“Em termos de umbanda não existe nada puro”, diz Sales, sacerdote de uma umbanda identificada por ele como umbanda de preto velho, uma vertente do culto omolocô. “Sempre existirá alguma mistura, pois as diversas correntes doutrinárias se utilizaram do sincretismo como forma de construção. Foi esse sincretismo que permitiu a montagem de todas elas”.

O pesquisador admite que poucos umbandistas tenham consciência de estar seguindo um tipo específico de culto. “A maioria nem sabe de onde surgiu o que pratica ou de onde surgiu a própria umbanda”. Segundo Sales, os seguidores da escola iniciática estão entre os que mais se preocupam em estudar e entender as diferentes escolas e a origem da umbanda.

É no Campo Belo, bairro de classe média da zona sul paulistana, que está instalado o templo da Ordem Iniciática do Cruzeiro Divino (OICD), fundada em 1970 por Pai Rivas Neto, o cerne da pioneira Faculdade de Teologia Umbandística (FTU), a primeira faculdade de teologia não-cristã reconhecida pelo MEC.

SEM ESTEREÓTIPOS

É contagiante o batuque dos atabaques bem tocados e a coreografia discreta, mas constante, dos mais de 80 médiuns que se preparam para o ritual. A fumaça espessa do incensório infesta o ambiente com um perfume forte e agradável. Há crianças pequenas na sala, que os pais médiuns tentam controlar. Há também muitos jovens que parecem “noviços”. O grupo ali reunido parece ser formado por gente instruída de classe média, em sua grande maioria branca.

Homens de um lado, mulheres de outro, como em outras tendas de umbanda, os dois grupos de médiuns usam batas brancas bordadas com símbolos conhecidos, como sinais riscados da pomba (um giz bruto), que, em composições diferentes de traços básicos, identificam a entidade que cada médium costuma receber. No altar do templo, riscados representando orixás são gravados em placas de madeira, num arranjo de muito bom gosto. Não se vê imagens de santos católicos e ninguém reza ave-maria e pai-nosso durante o culto.

A noite desta sexta-feira é dedicada aos caboclos. Após uma longa e harmoniosa preparação dos médiuns, a assistência toma os bancos do amplo salão. Sentada na primeira fila, Carolina, jovem advogada que é mãe-pequena de um templo no interior do estado, onde incorpora uma preta velha, explica os detalhes da cerimônia e identifica alguns médiuns e outros participantes da jira.

O excelente curimba, o “cantor” da cerimônia de umbanda, que incansavelmente puxa os pontos com entusiasmo e ritmo, é neurologista e diretor da FTU. Um caboclo grandão, que fuma charuto e dá passes,

também é médico, ginecologista. Há muitos outros médicos e profissionais liberais entre os médiuns. Ao contrário da apatia do ritual na Chácara Santana, as pessoas se integram ao culto, cantando e dançando.

A jira é tomada por vários caboclos e caboclas que se apresentam aos saltos e gritos, fumando charutos sem parar. Parte dos médiuns ajuda a amparar os possuídos mais descontrolados, que podem rodar e cair. Outros passam recolhendo as cinzas dos charutos. Descalças, as pessoas fazem filas para as consultas. É a hora da caridade dos caboclos.

“Nesse templo, não usamos imagens de santos justamente porque é o templo ligado à faculdade, que não quer privilegiar a influência católica”, diz Pai Rivas, dias depois, na sede da FTU. “Em outros templos da OICD temos imagens mais tradicionais, contemplando esse sincretismo, que muitos acham necessário para ter uma melhor percepção do mundo espiritual”. A FTU, que promoveu em meados de novembro o primeiro

Congresso de Umbanda do século XXI, abre anualmente 50 vagas para o curso de bacharelado em Teologia. “Temos 11 médicos que lecionam na FTU”, diz Rivas, incluindo ele mesmo, que é cardiologista. “Por que um médico não pode ser da umbanda? Temos que confirmar o estereótipo de ignorante do umbandista?”.

“EÊ, PRETO VELHO”

Muito antes de ser médico, aos 12 anos de idade, Rivas já se dedicava aos cultos afro-brasileiros, freqüentando o terreiro de candomblé do seu tio Ernesto, um espanhol. Aos 21 anos, chefiava um terreiro em São Paulo e se tornou discípulo de W. W. Matta e Silva, fundador da umbanda esotérica.

Ainda jovem, Rivas, sob orientação do caboclo Ubiratão da Guia, seu santo de cabeça, desenhava uns riscados de pomba diferentes dos feitos por outros médiuns. Ele se surpreendeu ao ver no livro *Umbanda de*

todos nós (Freitas Barros, 1956), de Matta e Silva, riscados bem parecidos com os seus. Resolveu procurá-lo.

“Fui até a livraria Freitas Barros, no Rio. Cheguei lá, passei pela porta e um senhor de chapéu falou: ‘eê, preto velho’. No balcão, disse que queria o endereço do autor daquele livro. O rapaz disse: ‘o senhor passou por ele na porta’. Era o Matta e Silva, um homem branco, miúdo, pernambucano de Garanhuns, professor primário. Quando fui falar com ele, me disse: ‘como você demorou para chegar!’”. Rivas pediu para ser iniciado na umbanda esotérica. Passou a ir ao Rio a cada 15 dias. Freqüentou a casa de Pai Matta até quando este morreu, em 1988.

Woodrow Wilson da Matta e Silva, médium com nome de presidente americano, foi um dos primeiros a propor a umbanda como ciência e filosofia, criando a umbanda esotérica em 1940, em sua casa simples na cidade de Itacurussá, no interior

Ritual em templo da Escola de Síntese: a corrente universalista busca contemplar várias tradições, praticando diferentes tipos de rituais



fluminense. Para falar do berço da umbanda, seu livro remete às religiões primitivas da humanidade. “A umbanda não veio das religiões africanas, mas todas as religiões vieram da umbanda, a Lei da Religião Original”, escreveu.

Ao mesmo tempo em que repele a origem africana da umbanda, desdenha os que a praticam usando preces espíritas e católicas. Ele afirma que a verdade de Deus foi revelada à raça vermelha, habitantes originais de Atlântida, o lendário continente que desapareceu submerso no oceano, e passada aos sacerdotes da raça negra, que, quando subjugados pela escravidão, perderam o seu significado.

Tratando-se de religião, não é de se espantar a busca de uma origem ancestral para a umbanda. “Toda religião se diz eterna e imutável”, diz Prandi. “Como a religião é ‘o’ conhecimento da verdade, é um fato que não se pode contestar. É uma revelação divina, uma sabedoria que vem diretamente dos deuses.”

Pai Rivas: *big bang* é fruto de “influxo espiritual”

Faculdade de Teologia Ubandista



Prandi destaca que todo fundamento religioso é baseado “em verdades nas quais você acredita ou não”. “É por isso que se é religioso. Na mitologia dos orixás, por exemplo, se diz que os guerreiros ou deuses vieram do leste. A gente sabe que a cultura ioruba, da costa oeste da África, é uma civilização formada por processos de imigração do leste, então tem gente que diz que esse leste é o Egito, outros podem dizer que é a Caldéia, terra de Abraão... mas é sempre um espaço que não se domina. Daí você está a um passo de dizer que os deuses e sua religião vieram de um disco voador”. “A idéia é sempre essa, de que a verdade vem de muito longe, de um mundo desconhecido, inteiramente inacessível a nós hoje e, portanto, não dá pra comprovar nada”, diz.

UNIVERSALISMO

Pai Rivas recebeu do guia de Pai Matta, o preto velho Pai Guiné, a missão de continuar sua escola. Hoje, Rivas não concorda com muitas coisas de Matta e Silva, como as restrições que fazia a outras maneiras de expressão da umbanda. Por isso, fundou a Escola de Síntese, que procura contemplar várias tradições, praticando diferentes tipos de rituais.

A finalidade, segundo seus seguidores, não é fazer uma bricolagem dessas linguagens, mas aceitar na prática a legitimidade dessas correntes. Com isso, pretende enfatizar que vale mesmo a essência da religião. A umbanda, segundo Pai Rivas, e nisso ele segue Pai Matta, não é um apêndice das tradições africanas, mas uma religião universalista, que busca restaurar, segundo suas palavras, a “religião cósmica”.

Essa religião, para a qual a evolução espiritual estaria nos levando, seria uma volta da humanidade à *Aumbbandhan*, a unidade que orientava a raça solar (novamente a raça vermelha) vinda de outras pátrias siderais, em obediência ao “Senhor do Verbo dos Iluminados”, para ajudar a Terra e a humanidade a evoluírem.

Na composição desse caráter universalista da umbanda, entram vários elementos e conceitos existentes em outras práticas religiosas, sobretudo orientais, como carma, chacras, tantra, mantra, iantra.

Numa videoaula disponível no site da FTU sobre a cosmogênese, a origem do cosmos, Rivas se esforça para acoplar religião e ciência. “Nossa teologia tem uma

forma muito próxima da ciência a respeito da cosmogênese. Num determinado instante, e é aí que começa a se contar o tempo, houve uma explosão, o *big bang*, que gerou três fenômenos: movimento, luz e som, que se perpetuam no universo, num processo de expansão. O ponto que concentrava toda a energia e a matéria explodiu quando recebeu um influxo espiritual, que chamamos de princípio espiritualizante do orixá, que atuou sobre ele e se tornou poder volitivo, poder da vontade do orixá, que se concretizou em ritmos e ciclos, em energia com vários graus de densidade”.

Rivas prossegue a aula explicando, com base no conhecimento científico, o surgimento do planeta, dos seres vivos e do homem. Em sua exposição, esses acontecimentos estão sempre subordinados à vontade dos orixás, sob a inspiração de um deus superior.

O exercício intelectual e religioso da Escola de Síntese para se aproximar da essência da religião e dar a ela um caráter universal pode implicar o afastamento da umbanda de seu berço e contexto brasileiros, expressos em suas múltiplas formas. Ir à essência é, de certa maneira, afastar-se das formas.

Esse pode ser um movimento legítimo dentro de uma religião sem dogmas. No entanto, o amálgama com elementos de outras tradições para estabelecer esse diálogo universal pode representar um risco de diluição de sua bagagem local e mesmo um risco de espantar seguidores mais tradicionais da fé, arraigados na identidade da umbanda criada na realidade brasileira, carregada de matizes regionais, ao gosto de seus praticantes.

Se seguir sua dinâmica centenária, porém, a umbanda poderá acomodar mais essa tendência. É de muita repercussão nos meio umbandistas a idéia de religião em construção. E a de que a umbanda, não codificada e hierarquizada até hoje, deve continuar assim, sendo construída pela dedicação de cada médium, que é orientado por seus guias e se apóia em alguns poucos conceitos básicos. Acredita-se mesmo que a força dessa religião está no fato de servir de diferentes formas a seus seguidores e às pessoas que a ela recorrem eventualmente, em busca da caridade dos espíritos. ■

TURBULÊNCIA EM SOLO

Alexandre Vieira/Ag. O Dia

O governo quer privatizar aeroportos, mas encontra resistência de especialistas e de sindicalistas, para quem Lula está quebrando promessas eleitorais | Priscila Lobregatte

Desde a inauguração do primeiro aeroporto do País, o Santos Dumont, em 1936, o Brasil não vivia um momento tão turbulento no campo aeroportuário. Iniciado com a chamada “crise aérea”, a ele vem somar-se a discussão sobre a privatização da operação dos aeroportos brasileiros. A justificativa, nesse último caso, está calcada na escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de futebol de 2014.

Um primeiro passo para colocar nas mãos da iniciativa privada o aparato hoje administrado pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) foi dado quando do anúncio feito pelo governo federal, em setembro último, de que a concessão da operação dos aeroportos Antônio Carlos Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro, e Viracopos, em Campinas – além do quarto aeroporto do estado de São Paulo, a ser construído – ficaria a cargo de empresas particulares.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, argumentou que o aeroporto carioca deveria ser preparado para a Copa e para as Olimpíadas de 2016. O Galeão apresenta problemas no terminal 1 e necessita de reformas. Atualmente, ele recebe investimentos da ordem de 600 milhões de reais, destinados a obras que devem ser concluídas em março do próximo ano.

No caso de Viracopos, o maior terminal de cargas da América Latina, o motivo alegado pelo governo é a necessidade de ampliar, com maior rapidez, suas instalações – que, anualmente, recebem cerca de 1 milhão de passageiros e movimentam 720

mil toneladas de carga. A intenção seria desafogar Congonhas e Guarulhos. Com relação ao quarto aeroporto paulista, a ideia inicial é que ele pertencesse à União, mas a execução de seus serviços seria concedida a empresas privadas.

Para dar prosseguimento à decisão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está capitaneando um estudo que indicará o formato da concessão. A expectativa é de que o edital seja apresentado ainda no primeiro semestre do ano que vem.

ESTUDOS PRELIMINARES

Uma primeira experiência de privatização já foi iniciada e poderá servir como laboratório para casos futuros. Trata-se do aeroporto São Gonçalo do Amarante, em Natal (RN), que, por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi incluído no Programa Nacional de Desestatização. O aeroporto, ainda não concluído, deve ficar pronto apenas em 2010.

Apesar da pressa para reformular o sistema aeroportuário, ainda não há consenso sobre o futuro dos aeroportos, e os estudos a respeito ainda estão em fase preliminar. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) também acompanha tais levantamentos. De acordo com Anderson Ribeiro Correia, superintendente de Infraestrutura Aeroportuária do órgão, há no país 740 aeroportos públicos. “Antes de se fazer qualquer ação em um desses aeroportos, será preciso analisar o impacto nos demais”, diz. “A agência e o BNDES vão se basear em critérios econômicos, técnicos, sociais e políticos.”

Correia diz que “o plano dará bases para todas as demais ações nessa área”. Ressalta, no entanto, que “a decisão de quais aeroportos irão para a concessão será tomada pelo governo”. Ele também afirma que, no momento, não se discute a concessão de toda a Infraero, como alguns comentaristas do assunto chegaram a propor.

A assessoria de imprensa do Ministério da Defesa confirma o que diz Correia sobre a empresa. “Não há nenhuma iniciativa para a privatização da Infraero”, informa. “O que existe são estudos para reestruturar a empresa, para que ela se torne ainda mais eficiente.” Após a reestruturação, “existe a possibilidade de abertura do capital, mantendo-a sob controle federal, para capitalizá-la e permitir que preste serviços cada vez melhores à sociedade brasileira”, informa o ministério.

De acordo com a pasta comandada por Jobim, os três aeroportos – Galeão, Viracopos e o que será construído em São Paulo – “continuarão sendo patrimônios da União”. Não se trata, portanto, de uma transferência de propriedade dos aeroportos para os futuros gestores privados. Esses concessionários terão de exercer a gestão “de acordo com as normas da concessão que vierem a ser definidas pelo Estado, por meio da Anac”.

O ministério informa que os demais aeroportos “continuarão sendo administrados pelos seus atuais gestores – Infraero, estados e municípios. Garante também que “os funcionários dos dois aeroportos já existentes que serão concedidos não deverão sofrer prejuízo com a mudança do gestor”.

330 MILHÕES DE PASSAGEIROS

Para o Ministério da Defesa, “a concessão não trará prejuízos ao Brasil”. “Justamente por serem os aeroportos bens estratégicos para a nação, é importante que eles estejam adequados às necessidades do País e contribuam para a preservação de sua soberania.” O ministério parece atribuir as dificuldades de manutenção de alguns dos principais aeroportos do País ao fato de o sistema aeroportuário ser estatal. Nos últimos dois anos, explica a assessoria, “a Infraero enfrentou diversas dificuldades na continuidade de algumas obras, devido às características inerentes ao setor público, como as divergências de interpretações com o Tribunal de Contas da União (TCU)”.



Crise aérea: para o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, a responsabilidade principal é das companhias

A Infraero foi criada em 1972, com o objetivo de formar uma rede uniforme de aeroportos e melhorar a infra-estrutura deles. Até então, os aeroportos eram administrados isoladamente por estados e municípios. A Lei 5.862, de 12 de dezembro daquele ano, autorizou o Poder Executivo a constituir a nova estatal, estabelecendo como sua finalidade “implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária que lhe for atribuída pelo Ministério da Aeronáutica”.

Nascida com um crédito da União de 10 milhões de cruzeiros, a moeda da época, a empresa hoje se sustenta – conforme indica seu estatuto – principalmente por meio de tarifas aeroportuárias, remuneração pela prestação de serviços de telecomunicações aeronáuticas e de auxílio à navegação aérea e receitas provenientes da cobrança pelo uso de suas áreas.

A Infraero é responsável atualmente pela gestão de 67 aeroportos, 80 unidades de apoio à navegação aérea e 32 terminais de logística de carga, o que significa dizer que 97% do movimento do transporte aéreo regular do Brasil é feito pelas instalações administradas pela empresa. Entre profissionais orgânicos e terceirizados, conta com um total de 28 mil funcionários em todo o País.

Estima-se que, a cada ano, cerca de 330 milhões de pessoas passem pelos aeroportos da estatal. No Brasil, o tráfego doméstico apresentou crescimento médio anual de 7,1% no período 1999-2005, taxa superior à da média mundial no mesmo período, que foi de 4,6%.

O sistema de rede adotado pela empresa permite aos aeroportos que dão prejuízo, boa parte deles situados na região Norte, funcionarem adequadamente. Dessa forma, os aeroportos lucrativos ajudam a sustentar os deficitários. Nesse ponto, reside uma das principais preocupações com o processo de privatização – ou de concessão, termo que tem sido usado com maior frequência pelos órgãos governamentais envolvidos.

“Não creio que fazendo concessões de aeroportos lucrativos como Galeão e Campinas estaríamos indo pelo melhor caminho”, diz Sérgio Gaudenzi, presidente da Infraero, que defende a abertura de capital nos moldes da Petrobras. “Você sabia que o aeroporto de Campinas sustenta cerca de 30 aeroportos?” Gaudenzi diz que, dos aeroportos administrados pela empresa, só 15 são lucrativos. E salienta que os considerados deficitários não podem deixar de existir. “Como ficaria o aeroporto de Cruzeiro do Sul ou o de Tefé? Muitos locais preci-

sam do aeroporto para sobreviver, pois é a única forma de ir e vir. Isso é integração nacional”, avalia.

“Creio que, para privatizar aeroportos lucrativos, não vai faltar pretendente”, diz o dirigente da estatal. “Observo isso com preocupação, pois, em pesquisa recente, aeroportos brasileiros estão muito mais bem avaliados do que os de Orly, Charles de Gaulle ou mesmo de Frankfurt.”

FALTA DEBATE

O futuro dos aeroportos brasileiros tem causado preocupação fora do âmbito governamental, principalmente pela maneira como os debates a respeito do novo formato de concessão estão sendo conduzidos e pela possibilidade de entrega de aparelhos da União aos interesses meramente comerciais.

“A meu ver, a discussão tem sido feita de uma forma pouco transparente”, diz Luiz Alexandre Fuccille, professor e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. “Não vejo com bons olhos essa proposta do governo federal, de concessão ou privatização dos aeroportos brasileiros.”

Fuccille defende a abertura da Infraero, transformando-a numa sociedade anônima, possibilitando, segundo ele, “os investimen-

tos necessários para ampliação e modernização, o que, nos aeroportos brasileiros, se faz mais do que necessário”.

O pesquisador aponta como um dos principais problemas da empresa a escolha de seus dirigentes com base em critérios meramente políticos. “A empresa tem sido, muitas vezes, usada como moeda de troca política, no mau sentido da palavra. Tem sido vítima do fisiologismo mais abjeto.” Para ele, a abertura do capital, com ações negociadas nas Bolsas de Valores, levaria à maior profissionalização da gestão da Infraero.

Argumentos contra a privatização surgem até mesmo do setor privado. No caso, da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês). No ano passado, seu diretor internacional, Giovanni Bisignani, disse que a privatização dos aeroportos na América Latina foi “um fracasso”. Segundo ele, a forma como foram vendidos só “garante lucro, sem qualquer estímulo para investir em eficiência ou melhorar suas instalações”. A IATA representa os interesses de 230 companhias aéreas em todo o mundo, as quais, segundo Bisignani, pagam cerca de 2,5 bilhões de dólares aos aeroportos e prestadoras de serviços.

Um mau exemplo de privatização na América Latina ocorreu na Argentina, onde

os 32 maiores aeroportos foram colocados nas mãos de particulares em 1998, durante a presidência de Carlos Menem. Houve aumento na tarifa e piora nos serviços. Agora, o governo argentino quer rever os contratos firmados.

O alto custo das tarifas cobradas nos aeroportos brasileiros é um dos argumentos que têm sido apresentados para justificar a privatização. De acordo com informações da Anac, no entanto, as tarifas cobradas das companhias aéreas pelo uso das instalações nos aeroportos nacionais estão abaixo da média internacional, que gira em torno de 4% do valor da passagem. No Brasil, esse valor é de 1,5% para viagens internas e de 1,9% nas internacionais.

COMPROMISSOS ESQUECIDOS

Segundo Francisco Lemos, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina), a privatização não significa necessariamente a melhora dos serviços prestados aos passageiros. Ele cita exemplos de aeroportos estrangeiros cuja administração é privada. “O aeroporto de Londres, por exemplo, é lindo, mas cerca de 1.200 bagagens são extraviadas por dia. O Charles de Gaulle, em Paris, teve parte de seus serviços privatizada, e, em 2004, caiu [um pedaço do] teto na cabeça de duas passageiras, matando-as.” O

Sina tem sido um dos mais ferrenhos opositores à privatização.

Embora o governo federal tenha concordado em não fechar nenhuma proposta sobre o assunto sem antes ouvir o setor, Lemos vê com preocupação a sinalização positiva que tem sido dada por ministros e pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Sina – que conta com mais de 5 mil sindicalizados e representa mais de 11,7 mil trabalhadores – questiona, por exemplo, o que tem considerado falta de coerência da atual administração. Aponta os compromissos firmados na Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, e a campanha de 2006 – quando Lula, candidato à reeleição, procurou se diferenciar de Geraldo Alckmin pregando justamente a não-privatização.

“Para nós, a possibilidade da privatização dos aeroportos foi uma grande surpresa”, diz Lemos. Segundo ele, a privatização corresponde a “uma posição do governo, e não do ministro Jobim”. A oposição a essa tendência foi apresentada pelos sindicalistas em outubro, durante reunião entre o secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sindicatos do setor.

Para Lemos, os maiores problemas da aviação brasileira não estão na rede aeroportuária, mas no setor aéreo. “A infraestrutura está dando conta do recado, sim”, afirma. “A crise a que assistimos foi motivada pelas companhias aéreas que, por exemplo, permitiram que, a todo momento, ocorresse *overbooking*, a prática de vender mais assentos do que a capacidade da aeronave. Lemos também aponta a responsabilidade da Anac. “A agência não tem fiscalizado e regulamentado da maneira como deveria.”

Do ponto de vista dos trabalhadores, diz o dirigente sindical, privatizar uma empresa como a Infraero significaria “jogar fora profissionais preparados há 35 anos para administrar aeroportos” para contratar outros “com menos experiência e salários menores”, o que, por si só, “já causaria impacto no serviço”. Ele avalia que “o momento vivido atualmente, marcado pela crise financeira, trouxe de volta ao Estado a responsabilidade por setores estratégicos”. Porém, lamenta que o governo brasileiro, “infelizmente”, esteja “na contra-mão dessa tendência”. ■

Galeão, no Rio: o governo quer privatizar um dos maiores aeroportos do país



Alexandre Vieira/Ag. O Dia

O PRESIDENTE EM APUROS

Obrigado a afastar três generais por suspeita de envolvimento em assassinatos, Uribe tem agora de responder pela péssima avaliação do plano antidrogas financiado pelos EUA | Yuri Martins Fontes

Nem bem Barack Obama foi declarado presidente eleito dos EUA no início de novembro, veio a público uma análise parlamentar solicitada pelo seu vice, Joseph Biden, afirmando que o Plano Colômbia não atingiu suas metas. Esse acordo econômico-militar bilionário bancado pelos EUA foi supostamente elaborado visando à repressão ao narcotráfico no país sul-americano. Sua principal função, entretanto, tem sido a de reforçar o Exército colombiano no combate às guerrilhas socialistas que, há mais de quatro décadas, mantêm oposição armada contra os governos da aliança liberal-conservadora.

O plano foi posto em prática em 2000, no governo de Andrés Pastrana, o qual, meses depois, mandou invadir a área neutra de San Vicente de Caguán – território desmilitarizado no sul colombiano, então reservado às discussões de paz entre o governo e os grupos rebeldes, com a participação de mediadores internacionais. Passou a vigorar a prática da guerra total.

Em oito anos de vigência, o Plano Colômbia já despendeu cerca de 5 bilhões de dólares e produziu 55 mil vítimas – segundo os tímidos e contestados dados oficiais. Apesar dos prejuízos de todos os gêneros, a estratégia de enfrentamento bélico iniciada por Pastrana foi aprofundada no governo de Álvaro Uribe – eleito pela primeira vez em 2001 e reeleito no ano passado – que elevou o percentual gasto com o setor de Defesa de 4,4% do PIB, em 2000, para 6,2% em 2008 (segundo estimativas, em 2009 esse índice chegará a 6,7%).

De acordo com a análise do Congresso estadunidense, a produção de cocaína não foi reduzida em 50%, conforme o planeja-

do inicialmente há seis anos. Pior, cresceu 4%. E as áreas de cultivo da folha de coca, por sua vez, aumentaram em 15%. O documento recomenda ao futuro governo comandado por Obama um corte nas verbas destinadas ao Plano, além de exigir mais transparência quanto ao uso dos fundos por

parte do governo colombiano. A Colômbia é o país que, depois de Israel, mais recebe verbas dos EUA.

A aliança EUA-Colômbia, abalada pela péssima avaliação do relatório parlamentar, sofreu novo baque poucos dias depois, quando estourou um escândalo envolven-

SEIS DÉCADAS DE CONFLITO EM 1948, TEVE INÍCIO A GUERRA CIVIL. NOS ANOS 1960, NASCERAM AS FARC E OUTROS GRUPOS GUERRILHEIROS

Na década de 1940, a Colômbia era governada com mão-de-ferro pelos conservadores, aliados dos EUA. Foi quando as primeiras multinacionais estadunidenses produtoras de cítricos chegaram ao país andino, quebrando os pequenos produtores rurais e agravando a crise econômico-social que se aprofundara desde a crise de 1929.

Em 1948, a ingerência dessas corporações na Colômbia chegou a tal ponto que os liberais (de tendência nacionalista) aliaram-se a pequenos grupos socialistas e deram início a uma guerra civil contra o governo conservador. As cenas da barbárie governamental durante as primeiras tentativas de repressão aos subversivos estão registradas na História por meio do realismo fantástico de Gabriel García Márquez no clássico *Cem anos de solidão*.

Passados 16 anos de luta guerrilheira, os liberais conquistam espaço político e estabelecem acordos com os antigos inimigos conservadores, visando frear os avanços revolucionários que fugiam ao seu controle. Traíram seus aliados socialistas, cujas forças haviam crescido inesperadamente sob a influência do triunfo revolucionário cubano de 1959.

Em maio de 1964, dezenas de milhares de militares foram enviadas para a cidade de Marquetália para reprimir 48 camponeses comunistas rebeldes – entre eles, Manuel Marulanda, o Tirofijo, líder histórico das Farc, falecido em março por conta de um enfarte, com quase 80 anos. Os rebeldes acabariam por se refugiar nas selvas e montanhas da alta floresta amazônica. Essa é data de fundação do maior e mais antigo grupo guerrilheiro da América, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que chegaram a contar com 30 mil homens e, hoje, um tanto enfraquecidas por recentes e importantes baixas, seguem sua luta com cerca 18 mil homens, segundo as últimas estimativas.

Nessa mesma época de repressão estatal, surgiram outros grupos comunistas, que permanecem combatendo até hoje. São eles o Exército de Libertação Nacional (ELN), com 5 mil guerrilheiros, de orientação guevarista, próximos a Cuba, e o Exército Popular de Libertação (EPL, 1,5 mil guerrilheiros), com origem nas concepções maoístas da Revolução Chinesa.



John Vizcaino / Reuters

do o Exército colombiano – episódio que contribuiu para desgastar ainda mais a já debilitada imagem de Uribe no campo dos direitos humanos. Uma investigação apresentada por comissão do Ministério da Defesa colombiano afirma que as Forças Armadas do país estão envolvidas com o assassinato de “ao menos cem civis inocentes”, apresentados pelos militares como “guerrilheiros mortos em combate”.

Organizações humanitárias denunciam há alguns anos que a política de premiação do Exército – dinheiro e dias de folga por inimigo abatido – promove esse tipo de prática pelos militares. Segundo relatos de familiares, boa parte desses mortos e outros tantos “desaparecidos” eram jovens desempregados das periferias de grandes cidades que haviam se dirigido ao norte do país em busca de trabalho, e logo sumiram. Embora Uribe tenha tentado no início defender os militares envolvidos – “estes jovens não foram lá colher café”, disse com ironia à imprensa – com o avançar das investigações e a grande repercussão internacional, ele não teve outra saída a não ser afastar os principais envolvidos – 3 generais e outros 24 oficiais. O fato levou o comandante do Exército, Mario Montoya, a se demitir.

TROCAS SUSPENSAS

O episódio não é isolado. Reiterados e graves escândalos de crimes de Estado, perpetrados segundo a chamada Política de Segurança Democrática, posta em ação pelo governo colombiano a partir da aliança com os EUA, foram descobertos recentemente. Na prática, essa doutrina militar consiste no enfrentamento direto às guerrilhas comunistas, sem espaços para ne-

gociações, e, devido a ela, desde o primeiro ano do Plano Colômbia, as trocas humanitárias – intercâmbio entre guerrilheiros detidos e seqüestrados políticos – estão suspensas. Essa orientação deu continuidade à tática de eliminação física da oposição política e social, em vigor há muitas décadas pelos sucessivos governos de direita que consideram quaisquer opositores como “inimigos internos”.

Há estimativas de que os “falsos positivos” – como a imprensa local classificou as mortes dos inocentes – cheguem a quase 800 casos, embora somente cem crimes tenham sido confirmados. O fomento da delação generalizada a partir de promessas de recompensas parece ter servido de estímulo para o surgimento de grupos especializados nesses crimes, atividade que permite rápidos e polpudos ganhos. Segundo testemunho dado no início deste ano por um ex-suboficial da Segunda Divisão do Exército, “o governo premia os soldados com 2,5 mil dólares e oito dias de folga remunerada” em cada suposta baixa do inimigo. Investigações sobre recentes crimes políticos ocorridos nas localidades de Soacha (departamento de Cundinamarca) e Montería (Córdoba) evidenciam a existência de quadrilhas que trabalham para o Exército, encarregadas de recrutar jovens e encaminhá-los às emboscadas, onde são assassinados, têm seus corpos vestidos com uniformes militares e são, então, apresentados como guerrilheiros mortos em combate.

A política de intolância a qualquer oposição ganhou corpo nos anos 1980. Desde então, tanto líderes sociais quanto gente comum do povo, alheios ao conflito político, têm sido sistematicamente assas-

sinados em massacres e execuções seletivas perpetrados por setores do governo colombiano ou dos paramilitares – grupos mercenários de extrema-direita acusados de terem ligações diretas com o Exército. Os fatos se agravaram nos últimos dois anos. Segundo relatório da Comissão de Busca de Pessoas Desaparecidas, ocorreram nesse período 7.763 casos, dos quais 95 somente no mês de outubro passado. A denúncia afirma que “de cada mil desaparecidos, só dez são achados com vida”.

MÚLTIS E PARAMILITARES

Os elos dos paramilitares colombianos não se limitam a setores do governo. Estendem-se a multinacionais, como ficou explícito em março do ano passado, quando uma série de documentos datados de 1994 a 2002 foi publicada pelo Arquivo de Segurança Nacional dos EUA (NSA, na sigla em inglês), organização não-governamental que coleta e publica documentos que deixaram de ser confidenciais.

Entre os documentos divulgados, há um telegrama da Embaixada dos EUA na Colômbia, no qual um chefe da inteligência colombiana havia admitido que suas forças não agiam nas regiões do país sob controle das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, maior grupo paramilitar do país). Há também relatórios da CIA sobre ligações do Exército colombiano com os paramilitares, nos quais é demonstrado, por exemplo, o pouco empenho das Forças Armadas em combater esses grupos mercenários.

Pouco antes dessas divulgações, a multinacional estadunidense Chiquita Brands International, que atua no setor bananeiro, ad-

mitiu ter repassado 1,7 milhão de dólares entre 1997 e 2004 para as AUC. O processo movido pelo Departamento de Justiça dos EUA contra a empresa afirma que, pelo menos, 825 mil dólares foram enviados pela empresa à AUC após o grupo ter sido considerado, em 2001, formalmente uma organização terrorista internacional pelo Departamento de Estado. A multinacional foi multada em 25 milhões de dólares.

O próprio presidente Uribe, grande “aliado democrático” do presidente George W. Bush, integrou o narcotráfico e foi ligado a grupos paramilitares – conforme registrado pelo NSA. Segundo reportagem publicada pela revista *Newsweek* em 2004, o dirigente colombiano fez parte, no início dos anos 1990, do cartel de Medellín, liderado por Pablo Escobar, narcotraficante de quem era “amigo íntimo”.

Em 2002, Uribe, como que retomando antigos laços, desenvolveu o programa Justiça e Paz, de desmobilização das forças paramilitares, o qual prevê a redução drástica de penas aos líderes desses grupos criminosos que voluntariamente confessarem suas faltas. Esse programa de “reintegração social” propõe a anistia (leia-se impunidade) aos paramilitares – isto significa que vários autores de genocídios estão isentos

Uribe e Bush: com Obama será diferente?



ASSASSINATO COMO MÉTODO A ELIMINAÇÃO FÍSICA DOS OPOSITORES LIQUIDOU A UNIÃO PATRIÓTICA, PARTIDO QUE UNIA FORÇAS DE ESQUERDA

Há décadas, o assassinato seletivo da oposição é usado para a manutenção do poder nas mãos da aliança política formada pelos partidos Liberal e Conservador, no governo desde 1958.

O caso mais emblemático ocorreu nos anos 1980, quando representantes do governo de Belisário Betancur e as Farc assinaram acordos de trégua. Dentre os temas acordados, estipulou-se o compromisso do governo na promoção de reformas políticas, sociais e econômicas, enquanto as Farc se propunham a não realizar mais seqüestros políticos. Ficou definido ainda que, um ano após o início das negociações de paz, seriam oferecidas condições que permitissem ao grupo guerrilheiro “organizar-se política, econômica e socialmente”. Assim, em maio de 1985, nasceu, a partir das Farc e de outros setores da esquerda, o partido União Patriótica, que propôs mudanças na orientação dos investimentos sociais, bem como a elaboração de uma nova Constituição.

Meses após a apresentação pública do novo movimento, contudo, várias violações dos acordos conduziram a negociação ao fracasso. Em meados de 1985, começam os primeiros homicídios políticos com o objetivo de eliminar, sem vestígios, líderes da União Patriótica. Centenas de seus membros e simpatizantes foram assassinadas em massacres.

Em novembro de 1988, por exemplo, quarenta militantes foram executados publicamente na praça central de Segóvia, departamento de Antioquia. Esses assassinatos coletivos seriam seguidos por crimes individuais que visavam destruir comunidades e familiares de opositores. Em 2002, o partido formalmente deixou de existir.

de toda responsabilidade. É preciso salientar ainda que a comissão responsável por esse processo não está autorizada a investigar crimes de Estado ou ligações entre governo e paramilitares.

BELICISMO PERSISTE

Há pouco tempo, várias ONGs ligadas aos direitos humanos divulgaram estudo conjunto denunciando o governo como responsável por 75% das violações humanitárias na Colômbia. Surpreendentemente, até mesmo o relatório anual da organização Human Rights Watch, de orientação neoliberal, afirma que “o governo do presidente Álvaro Uribe tem colocado em risco as tentativas de se investigar e julgar os delitos cometidos por paramilitares e seus cúmplices”. A HRW considera que “as autoridades judiciais da Colômbia realizaram importantes avanços na investigação dos paramilitares e seus poderosos aliados”, mas ressalta que o governo “segue adotando medidas que podem sabotar este trabalho”. Atualmente, mais de 3,5 mil integrantes do Exército, da Polícia Nacional e da Polícia Judiciária (polícia política secreta) estão sendo processados por massacres, desaparecimentos, assassinatos seletivos e por apoiar ou proteger grupos paramilitares envol-

vidos com o narcotráfico. Entre esses crimes, contam-se inúmeros cometidos em nome das guerrilhas de esquerda, visando desmoralizá-las.

Em meio a um quadro tão escandaloso, o comandante do Exército, encerrado, saiu de cena. E, após a perda de um de seus principais homens, Uribe, isolado, viu-se forçado a tomar medidas, ainda que mínimas, no sentido de responsabilizar alguns dos culpados e satisfazer a opinião pública internacional. Esses gestos, entretanto, não atingem a essência do problema – a doutrina belicista que serve de suporte à corrupção e à guerra suja dentro das Forças Armadas.

Com medidas superficiais, Uribe espera evitar o fato quase certo de que o Congresso dos EUA deve reduzir drasticamente o financiamento do Plano Colômbia (já foram anunciados cortes de ajuda militar a três divisões do Exército colombiano comprometidas com violações de direitos humanos). Além disso, os parlamentares estadunidenses têm se mostrado bastante relutantes quanto ao prosseguimento de negociações para a aprovação do Tratado de Livre Comércio entre os dois países. As punições dos militares soam mais como uma maquiagem do problema do que propriamente uma mudança de hábitos. ■

ALÔ, REPÓRTER ESSO, ALÔ

Uma história do noticioso que se dizia “testemunha ocular da história” e que, por três décadas, trabalhou no Brasil pelos interesses dos EUA | Laurindo Leal

Ainda é comum, no Brasil, ouvir-se a expressão “deu no repórter”, como referência a uma notícia transmitida pelo rádio ou pela TV. Seria uma herança do velho *Repórter Esso*? Pode ser. Afinal, durante 29 anos, ele pairou nos ares brasileiros como símbolo da informação quente, confiável e dada em primeira mão. E os seus sucessores, embora com outros nomes, continuaram, para muita gente, sendo “o repórter”. Com o passar do tempo, após a sua extinção – do rádio, em 1968, e da TV, em 1970 –, criou-se uma imagem saudosista e afetiva em torno dele. Seria um componente dos “bons tempos, que não voltam mais”. Idealizações comuns a quem gosta de ver o passado com olhos seletivos, excludentes dos incômodos e das tensões de todas as épocas.

A última transmissão do *Repórter Esso* no rádio, realizada na noite de 31 de dezembro de 1968, repetida à exaustão em retrospectivas radiofônicas, traz a voz embargada pelo choro do locutor Roberto Figueiredo, que quase não consegue terminar o programa, reforçando o sentimentalismo tardio criado em torno daquele noticiário. Contribuem também as memórias particulares dos ouvintes mais velhos que, nas suas individualidades, associam o rufar dos tambores do prefixo do *Repórter Esso* às suas infâncias, geralmente mais felizes que a vida adulta, ou dessa forma idealizada. E, assim, fecha-se o cerco de proteção ideológico a uma das mais eficazes armas utilizadas pelo imperialismo estadunidense nas Américas, ouvida diária e regularmente em 15 países do continente, incluído o Brasil, entre a década de 1930 e o início da de 1970.

Um cerco que começa a ser transposto pelo jornalista e professor gaúcho Luciano Klöckner ao publicar o livro *O Repórter Esso – a síntese radiofônica mundial que fez história*. Sua leitura além de contribuir para romper a barreira do sentimentalismo nostálgico, aponta para a permanência nos dias de hoje

da mesma ação política desenvolvida pelo *Repórter Esso*. Um exemplo é a campanha, por ele assumida, contra a criação da Petrobras, nos anos 1950, e as investidas atuais dos noticiários, nervosos com a anunciada atuação soberana do Estado brasileiro na exploração das novas jazidas de óleo descobertas na camada do pré-sal.

Nada como ir às raízes históricas da dominação ideológica, sustentada por esses informativos, para compreender em sua amplitude no tempo e no espaço. A demonização dos líderes populares eleitos hoje na América Latina nada mais é do que uma continuidade do que já fazia, décadas atrás, o *Repórter Esso*. As vezes de maneira sutil, outras nem tanto, o noticiário se empenhava em divulgar informações reforçando a idéia de que a integração do continente deveria se dar sob a liderança absoluta dos Estados Unidos.

O *Repórter Esso*, é preciso reconhecer, fez isso de forma inovadora para o rádio. Criou uma nova linguagem, com textos escritos especialmente para serem lidos ao microfone, pondo fim à prática, até então comum, da reprodução direta das notícias publicadas pelos jornais impressos. Ganhou dessa forma a aura da competência jornalística, sustentada também pelo poder de síntese, pela contida redução do uso de adjetivos e pela pontualidade que permitia ao ouvinte acertar o relógio ao primeiro acorde da vinheta de abertura. E na época em que o rádio reinava como único meio instantâneo de comunicação de massa, a chamada inicial (“Alô, alô, *Repórter Esso*, alô”)

O REPÓRTE ESSO A síntese radiofônica mundial que fez história

Autor Luciano Klöckner
Editora Age/EdiPUCRS
Ano 2008
Páginas 317
Preço sugerido R\$ 40,00



Kalil Filho, um dos locutores: o *Repórter Esso*, que se destacava pelo anticomunismo, foi o *Jornal Nacional* de ontem

dava a sensação de que ele transmitia, em cima do fato, os mais importantes acontecimentos daquele momento. Para reforçar essa impressão, autodenominava-se “testemunha ocular da história”, alardeando uma onipresença inverossímil. Como agora, a embalagem sedutora servia de apoio à doutrinação ideológica. Sempre sob a aparência da imparcialidade, como lembra Klöckner logo no início do livro.

Hoje parece óbvia a impossibilidade de se esperar algum tipo de isenção num programa totalmente controlado por empresas dos EUA. Patrocinado pela Esso, produzido pela agência de publicidade McCann-Erickson, com noticiário fornecido pela *United Press International*, o programa era um instrumento de ponta da política oficial daquele país para a América Latina, denominada “política da boa vizinhança”. Na época, a mencionada eficiência jornalística do *Repórter Esso* ofuscava para o ouvinte a sua ação ideológica. Ainda mais que o radiojornal era apenas parte de uma estratégia de ação político-cultural muito mais ampla, como mostram Luis Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira, em *Rádio Nacional, o Brasil em sintonia* (Martins Fontes/Funarte, 1998), outra obra importante sobre o rádio brasileiro. Esses autores lembram o conjunto de ações iniciado em 1942 e rotulado de “pan-americanismo”: “bolsas de estudo para brasileiros, a criação do

Zé Carioca em *Alô Amigos* (filme de Walt Disney), o incentivo à carreira de Carmen Miranda e do Bando da Lua em Hollywood, Ari Barroso contratado para escrever música para o cinema, Orson Welles desembarcando no Rio de Janeiro com carta branca para filmar o sonho brasileiro em *It's all true* - até uma exibição da dançarina Eros Volúcia na Casa Branca, em 1942, por ocasião do aniversário de Roosevelt”. Em troca, afirmam os autores “o rádio brasileiro passou a assimilar técnicas americanas em sua linguagem: primeiro na publicidade e comercialização de programas, em seguida e especialmente no noticiário radiofônico”. Missão assumida com toda a desenvoltura e sucesso pelo *Repórter Esso*.

MISSÃO ANTICOMUNISTA

A missão maior, sem dúvida, era uma férrea campanha anticomunista. O livro dá vários exemplos. Eis dois deles:

“Washington. // Os recursos dos países latino-americanos têm de ser unidos da forma mais eficaz aos do resto do mundo na luta contra a agressão comunista. / Isto foi o que declarou hoje o senhor Charles Wilson, diretor da mobilização da defesa dos Estados Unidos, num relatório ao presidente Truman. / Acrescentou que cada nação livre na luta de vida ou morte contra o comunismo terá que contribuir com aquilo [de] que dis-

ponham, armas, materiais ou tropas. // (O *Repórter Esso*, 1952/53).”

“Castel Gandolfo, Itália. // Numa transmissão radiofônica em alemão, para o Congresso Eucarístico Suíço, reunido em Eiselden, o Papa Pio XII declarou hoje que devemos defender o cristianismo contra seu inimigo que deseja impor à humanidade normas de vida completamente divorciadas das preconizadas pelo cristianismo. / O santo padre não mencionou como inimigo o comunismo, mas era evidente que se referia aos vermelhos. // (O *Repórter Esso*, 1952/53).”

Informada apenas pelo rádio, a grande maioria da população não tinha muitas alternativas à linha editorial do *Repórter Esso*. Seu formato passava a idéia de equilíbrio e objetividade, embora isso não fosse consenso para toda a sociedade. Tanto que, em 1957, a Câmara dos Deputados instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as atividades dos grupos Esso e Shell no Brasil. Em um de seus pontos altos, o livro de Klöckner revela de forma clara a intromissão do programa radiofônico na política brasileira. Está dito que “ao depor na CPI, o presidente da McCann, Armando de Moraes Sarmento, admitiu que “o *Repórter Esso* no rádio e, hoje, na televisão, são veículos básicos para a propaganda da Esso”. E, obviamente, a propaganda não era apenas para vender gaso-

lina ou querosene para os fogões Jacaré, insistentemente anunciados no programa. Era, acima de tudo, para evitar que se instituisse no Brasil o monopólio estatal sobre o petróleo. O segundo governo do presidente Getúlio Vargas, apesar dessas pressões, criou a Petrobras, mas, curiosamente, lembra o autor, seu primeiro presidente foi Juraci Magalhães, “considerado o inimigo número um da recém-nascida empresa”.

A CPI revelou também que a agência McCann só distribuía publicidade no Brasil para veículos alinhados com os interesses da Esso, sua principal cliente. A revista *Novos Rumos*, citada no livro, conta que quando chamados a depor na CPI, os presidentes da agência de publicidade e da empresa de petróleo “viram-se atrapalhados para explicar a distribuição da publicidade da Esso dirigida apenas aos órgãos de imprensa contrários ao monopólio estatal de petróleo, suborno e corrupção que, gaguejantes e confusos, acabaram por confessar”.

NOVA REFERÊNCIA

A lembrança dessa CPI pelo livro é mais que oportuna. Quando se descrevem as mazelas das relações entre Estado e meios de comunicação no Brasil, é sempre mencionada outra CPI, a que apurou o acordo Globo-Time Life na década de 1960. A que envolve o *Repórter Esso* é sua precursora e, com a análise feita por Klöckner, torna-se referência para os estudos na área. Pode-se afirmar que ela já indica a trajetória que seria seguida pelos interesses estadunidenses com relação à mídia brasileira. Primeiro, controlando um produto informativo, o *Repórter Esso*. Depois, buscando o domínio sobre todo o processo, por meio dos aportes ilegais de capital do grupo Time-Life nas Organizações Globo (sobre o caso, veja *A história secreta da Rede Globo*, de Daniel Herz, Editora Tchê, 1991).

Sem dúvida esse segundo passo foi mais ousado. Mesmo desfeito, o acordo Globo-Time Life não só serviu para alavancar economicamente a empresa brasileira como reforçou nela as linhas editoriais antinacionalistas jamais abandonadas. As sementes plantadas pelo *Repórter Esso* deram frutos. Basta lembrar uma reunião de pauta do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, acompanhada por professores da Universidade de São Paulo, em 2005. Nela, o editor-chefe do telejornal de maior audiência

no Brasil descarta, em segundos, a oferta feita pela sucursal de Nova York, de uma matéria mostrando o oferecimento pelo governo venezuelano de óleo para calefação, a preços subsidiados, para famílias de baixa renda dos EUA. Sem dúvida, se veiculada, a reportagem daria destaque a um ato humanitário do presidente Hugo Chávez, principal adversário do governo estadunidense na América Latina.

No livro, Klöckner lembra que os debates travados na CPI dos anos 1950 e suas conclusões não apareceram na imprensa tradicional e nem no *Repórter Esso*. Era um “não-assunto”, assim como a oferta do óleo venezuelano no início do século 21. Aqui é necessário ressaltar, como faz o autor ao citar Sérgio Caparelli, a contribuição para todo esse processo dos controladores da mídia brasileira. A ideologia carregada pelo noticiário patrocinado pela Esso coincidia com os interesses e aspirações da maioria dos donos de jornais e dos concessionários dos canais de rádio e TV, muitas vezes as mesmas pessoas ou as mesmas famílias. Diz Caparelli que “o mais importante é que a ideologia dos empresários da imprensa tradicional está muito próxima, ou se confunde com os valores, os interesses e compor-

tamentos dos grupos que dominam a economia. A verdade é que, tanto um quanto outro, pertencem à mesma classe dominante, que usa a imprensa ou a publicidade para reproduzir as condições de sua situação hegemônica. Quando um meio de comunicação procura iluminar um pouco mais os mecanismos desse poder, através da crítica ou da denúncia, passa a não receber publicidade”.

APÓS 64, ESGOTAMENTO

Mas, além da ação política explícita, o *Repórter Esso* era também portador de influências culturais dos EUA, em particular, e do capitalismo, em geral. Elas “estavam presentes nas edições diárias do noticiário”, lembra o autor. “As notícias eram, em verdade, mercadoria, pois embora redigidas em agência de notícias, tinham a supervisão de uma agência de publicidade. Era assim que a estrutura estava montada na matriz, os EUA, onde o *Repórter Esso* constituía via natural de informações para os ouvintes daquele País. Em nível externo, ele serviu para consolidar o *american way of life*, um estilo de vida, uma forma de pensar e agir”.

Luciano Klöckner sustenta que a tomada do poder no Brasil por uma ditadura ali-

O Jornal Nacional, da Globo: sofisticação visual deixou o concorrente para trás



Carol Feichas/Folha

nhada com os interesses do governo estadunidense praticamente esgotou o papel político do *Repórter Esso*. Para o autor, os objetivos do empreendimento haviam sido conquistados. Ele lembra ainda que, paradoxalmente, a ditadura, ao impor uma censura rigorosa aos noticiários de rádio e TV, muito os empobreceu, tirando-lhes a credibilidade e a audiência.

A SUPERIORIDADE DO JN

Outros fatores talvez possam ser acrescentados para explicar o fim do *Repórter Esso*. Se, de um lado, ele definhava, de outro, o seu concorrente direto na TV crescia de forma exuberante. Os capitais estadunidenses, ao investirem na Rede Globo, impulsionaram a audiência do *Jornal Nacional* de várias formas. A principal foi, sem dúvida, ensanduichá-lo entre duas novelas, donas de públicos cada vez mais fiéis. Além de dotar o telejornal da Rede Globo de recursos capazes de dar a ele uma roupagem moderna para a época, reproduzindo formatos já consagrados no telejornalismo dos EUA. Nos dois anos em que ambos concorreram (de 1968 a 1970), o *Jornal Nacional* deixou evidente a sua superioridade tecnológica e artística.

E mais, a linha editorial do *Repórter Esso* não permitia que ele se diferenciasse do *Jornal Nacional* por meio do conteúdo. Cabia a ele apenas dizer as mesmas coisas que o concorrente, mas numa linguagem visual empobrecida, muito menos sedutora para o público. No entanto, outros programas jornalísticos, ainda que timidamente, procuravam ousar, testando muitas vezes os limites da censura. Com isso, ampliavam suas audiências. Basta lembrar o *Jornal de Vanguarda*, de Fernando Barbosa Lima, na TV Excelsior. E mais tarde *O Trabuço*, de Vicente Leporace, na Rádio Bandeirantes, o *Jornal da Band*, na Rede Bandeirantes, e mesmo os telejornais da TV Cultura, em São Paulo, entre 1972 e 1976.

Ao trazer à tona os elementos constituintes do *Repórter Esso*, o livro recupera a visão crítica necessária para situar o programa no contexto cultural e político vivido pelo Brasil e pelo mundo em meados do século passado. Promove o desencantamento de uma nostalgia acrílica que cerca aquilo que se convencionou chamar de “era de ouro” do rádio brasileiro, na qual o *Repórter Esso* ocupava a centralidade informativa. E mais, estimula que pesquisas atuais tratem

dos “repórteres Esso” de hoje com mais distanciamento. Afinal, eles estão por aí, mais sofisticados sem dúvida, mas, nem por isso, menos alinhados com os interesses políticos e comerciais dos centros de poder globalizados. Não se dizem “porta-vozes dos revendedores Esso”, como despidoradamente fazia o *Repórter Esso*, o que não quer dizer que não sigam sendo porta-vozes de grupos poderosos.

Resultado da junção de dois trabalhos de pesquisa acadêmica, o livro não poderia deixar de estar munido de análises teóricas que podem parecer supérfluas para o leitor interessado apenas no papel político do *Repórter Esso*. No entanto, são elas que aprofundam a investigação e dão concretude às conclusões a que chega o autor. Para isso, ele realiza um cuidadoso estudo do texto do noticiário a partir da utilização de categorias como notícia, estereótipo, cultura, imaginário, discurso e globalização. Apenas como exemplo dessa análise, estão na categoria estereótipos formulações como “poderosas” forças, “vigorosas” lutas, “histórica” resistência quando se trata de ações dos Aliados na segunda guerra mundial e “sanguinário” fascismo, “tragicômico” Duce, quando as notícias se referem aos inimigos.

São preciosas, também, as transcrições dos *scripts* do programa obtidos pelo autor e toda uma encorpada seção de anexos em que estão reproduzidos textos publicados pela imprensa, em forma de notícias ou de anúncios, sobre o programa. Um rico material capaz de estimular novas pesquisas sobre o tema.

A lamentar apenas a parte final da conclusão de Klöckner. Sem nenhum dado empírico, o autor afirma que diferentemente do que ocorria com o *Repórter Esso*, hoje o cidadão comum também é “fonte oficial da informação” (sic). E que “as empresas de comunicação, levando esse item em consideração, têm montado setores específicos para o atendimento de ouvintes, telespectadores e leitores. O serviço não se prende única e exclusivamente à reclamação por um erro detectado ou produto não entregue. Sobretudo, o objetivo é, de alguma forma, interagir com o público, dando voz ao ‘cidadão comum’”. Cabe perguntar onde isso ocorre? Que veículos dão voz ao cidadão comum? O texto carece dessas informações.

A relação da televisão comercial com o público atualmente se resume aos índices

de audiência, mera sanção do mercado, como assinala com precisão Pierre Bourdieu em *Sobre a televisão* (Jorge Zahar Editor, 1997). O que interessa não é a opinião do telespectador, e sim se ele está assistindo ou não ao telejornal. Críticas raramente são respondidas, especialmente quando vindas do tal “cidadão comum”. Ouvidores, só nas emissoras públicas, a TV Cultura de São Paulo e a Empresa Brasil de Comunicação. E, nos jornais impressos, apenas dois em todo o país contam com esse tipo de serviço: *Folha de S. Paulo* e *O Povo*, de Fortaleza. Nas seções de cartas, as mensagens publicadas são aquelas selecionadas de acordo com a linha editorial do veículo.

PRUDÊNCIA EXAGERADA

A situação de arrogância e distanciamento das emissoras chega a situações absurdas, como a ocorrida há alguns anos quando um deputado federal apresentou projeto obrigando a que todas as emissoras de TV – concessionárias de um serviço público – tivessem um ouvidor. A reação das empresas foi avassaladora e o seu *lobby* na Câmara dos Deputados rapidamente derubou a proposição, alegando se tratar de uma forma de censura. Na verdade, o parlamentar queria apenas criar um canal efetivo para as demandas do público. Diante disso, soa no mínimo estranho dizer que as empresas dão voz ao “cidadão comum”.

A prudência exagerada de Klöckner nas linhas finais do trabalho colide com os dados por ele coletados, analisados e interpretados. Infelizmente, sua conclusão acaba ressoando a nostalgia acrílica apontada no início desta resenha. Diz que “permanece admirando o noticiário que seus pais, seus tios e seus avós ouviam com atenção”. E vai mais adiante, ao afirmar que o “*Repórter Esso* não foi herói nem anti-herói. Ele cumpriu sua missão num momento histórico decisivo, em que os programas radiofônicos foram utilizados como arma de guerra pelos governantes”.

Restou dizer, e aí haveria coerência com tudo que o livro revela, que essa arma de guerra alvejou, durante quase 30 anos, a soberania e a independência do Brasil. ■

Laurindo Lalo Leal Filho é jornalista e professor da USP e da Faculdade Cásper Líbero. É autor de A TV sob controle – a resposta da sociedade ao poder da televisão (Summus Editorial, 2006) e Vozes de Londres – memórias brasileiras da BBC (Edusp, 2008), entre outros.

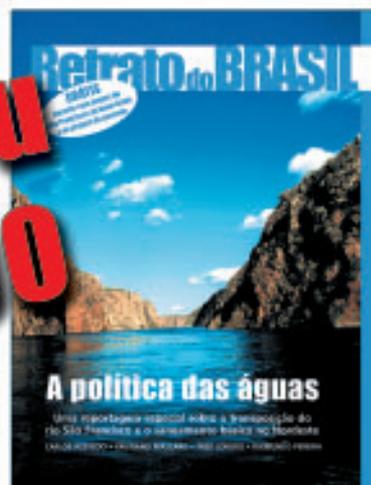
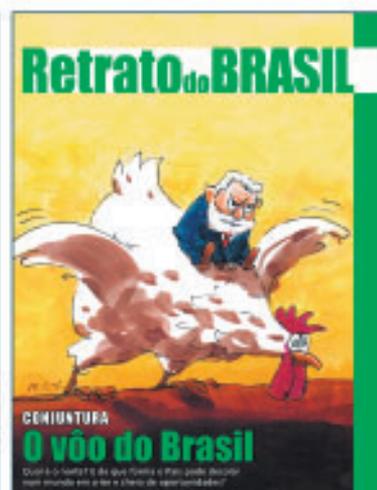
retrato doBRASIL

A cada mês, temas de grande relevância analisados com profundidade

agora com novo projeto gráfico e mais páginas

assinatura anual por apenas

**R\$ 86,00 OU
2X R\$ 43,00**



Faça já a sua assinatura

www.retratodobrasil.com

[11] 3032-1204 / 3037-7316

vendas@retratodobrasil.com

Pesquisa espacial:

UM GRANDE PASSO...

...para a humanidade descalça.
É como se pode interpretar
o feito da Índia, uma nação
pobre, que se tornou o quarto
país a pousar uma nave na

Lua | Flávio Dieguez

O vôo do foguete indiano Chandrayaan-1 até a Lua foi uma impressionante demonstração de domínio da tecnologia e da navegação espacial. Os indianos esbanjaram habilidade ao incluir, de última hora, uma série de manobras para que a nave passasse mais longe da superfície lunar do que havia sido previsto. Depois, acionando dez vezes seus motores, levaram-na para a órbita definitiva, apenas 100 quilômetros acima do solo lunar em seu ponto mais baixo. E, em seguida, os técnicos e cientistas responsáveis pela condução da nave despacharam para a superfície da Lua a MIP, uma pequena sonda de observação com uma bandeira indiana pintada na fuselagem. A MIP chegou ao solo lunar exatamente no dia 14 de novembro, aniversário de nascimento do líder nacionalista indiano Pandit Nehru (1889-1964), como previsto.

A capacidade técnica, embora admirável e essencial, não é tão importante quanto à determinação política e econômica que a Índia vem demonstrando no campo espacial. Embora tenha iniciado seu programa espacial há apenas 20 anos, os indianos atualmente lideram o negócio bilionário de mapeamento de recursos naturais por satélite. Eles têm uma das maiores constelações de satélites civis do mundo, a qual inclui sua própria frota voltada para o atendimento às telecomunicações de rádio e TV. E devem ocupar fatia cada vez maior do mercado de lançamento de satélites. Paralelamente, criaram e desenvolveram um setor industrial de peso em torno do programa espacial, graças a uma política persistente de associar o desenvolvimento científico e tecnológico ao desenvolvimento econômico e social.

O programa espacial é parcialmente responsável pelo crescimento da produção econômica acima de 7% ao ano – a taxa mínima estabelecida no planejamento econômico indiano de longo prazo. O programa é parte dessa meta e deve se orientar no sentido de ajudar a cumpri-la.

Reuters

É uma postura polêmica, que o governo precisa defender permanentemente das críticas e das pressões políticas internas e externas. A crítica mais comum e ponderável é que um país pobre não deve gastar o pouco dinheiro que tem financiando um setor econômico que exige grande volume de capital, demora a dar retorno e envolve riscos consideráveis. Quanto à pobreza, a Índia consegue ser pior que o Brasil: tem a 136ª pior renda do mundo, na avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mais da metade de sua população ainda vive diretamente da produção agrícola e um quarto está abaixo da linha de pobreza. A taxa de analfabetismo (39%) é mais de três vezes a do Brasil (12%) e 12 vezes maior que a da Argentina (2,8%).

ESPAÇO E PLANEJAMENTO

A resposta indiana é que, justamente por isso, considera necessário apostar no espaço, porque, apesar das dificuldades, é um investimento na melhoria das condições de vida da população. Abre perspectivas importantes de crescimento econômico, que depende, crucialmente, do desenvolvimento industrial. Explicando que evitar a importação de produtos de alto valor agregado é uma das metas do programa espacial indiano, o pesquisador Murthi diz que um aspecto importante do programa espacial indiano é que ele segue o planejamento de longo prazo do governo, chamado perfil decenal. Murthi, além de pesquisador, é alto dirigente da Organização de Pesquisas Espaciais Indiana, conhecida pela sigla Isro, em inglês. “Desde o início, o programa segue metas de longo prazo para o desenvolvimento tecnológico e de investimentos do país”, explica. “Especificamente, apóia iniciativas que buscam desenvolver, localmente, produtos ou sistemas que a Índia, de outra forma, teria de importar”.

A indústria indiana, segundo ele, fornece combustíveis, carcaças e outras partes estruturais de satélites, sistemas elétricos para satélites, materiais variados para os sistemas de lançamento de foguetes e outros itens. E há um esforço para estimular a parte mais frágil da indústria indiana, o setor eletrônico, ainda muito dependente do exterior. Em vista disso, boa parte do orçamento espacial indiano (35%, no último exercício) é aplicada nas próprias indústrias indianas. A idéia é convencê-las a fabricar peças e componentes para o programa espacial ou

desenvolver produtos com base nas tecnologias geradas pelo programa. A prova de que essa política integrada funciona, diz, é que o orçamento cresce ano a ano a taxas acima de 10%.

Os recursos investidos no espaço, no fim das contas, estariam longe de ser um problema financeiro para a Índia, argumenta Krishnaswamy, ex-diretor do centro de satélites da Isro, atualmente dirigente do Instituto Nacional de Estudos Avançados. Com a decisão de ampliar o programa espacial para a investigação de planetas, ele publicou um estudo em 2006 dizendo que o orçamento espacial foi de apenas 450 milhões de dólares nesse ano, o equivalente a aproximadamente 0,1% do PIB da Índia. Com recursos dessa ordem – menos de um trigésimo dos gastos americanos –, a Índia montou um sistema próprio de telecomunicações, composto por nove satélites, que, segundo Kasturirangan, é o maior sistema doméstico do mundo e poupa o país dos preços salgados cobrados internacionalmente pelo uso de *transponders* (repetidores e amplificadores dos sinais de TV, telefone e internet, principalmente).

Mais importante ainda, avalia o pesquisador, a Índia montou um sistema de sensoriamento remoto, composto por sete satélites, que é hoje uma ferramenta indis-

pensável para a administração dos recursos naturais, controle ambiental, planejamento e obras de infra-estrutura pesada e outras aplicações. A questão dos recursos naturais é crítica para a Índia, como de resto, para o Brasil. Ambos são países de grande extensão territorial e com recursos abundantes. Não podem depender de satélites de outras nações para avaliá-los com precisão – precisam utilizar as informações fornecidas pelos satélites de maneira autônoma, de acordo com os interesses nacionais.

“TRATORES” SIDERAIS

Kasturirangan defende também o desenvolvimento de lançadores para os satélites desses sistemas. A Índia desenvolveu dois grandes e robustos foguetes com capacidade para cargas de até 1,4 tonelada, no caso dos satélites de sensoriamento, e de até 2,5 toneladas, para telecomunicações. Esses dois “tratores” do espaço já colocaram em órbita 37 satélites (destes, apenas seis falharam), entre os quais, desde 2003, se contam cinco lançados por encomenda de outros países (dois alemães, um sul-coreano, um belga e um italiano, em abril do ano passado). Avançar sobre o mercado internacional de lançamento de satélites é uma meta imediata da Índia, algo que ela demonstrou, também de maneira espeta-

O BRASIL, DEVAGAR O PAÍS USA SATÉLITES FEITOS COM A CHINA E OUTROS ALUGADOS. MAS NÃO FOI CAPAZ DE LANÇAR NENHUM DELES

O Brasil dispõe hoje de um conjunto de satélites dentre os quais se destacam os Cbers, construídos em parceria com a China, cuja função é de sensoriamento remoto: fotografar do espaço o território nacional para apontar desde desmatamentos e queimadas até situação de colheitas ou a possível existência de riquezas minerais no subsolo. O País já tem dois Cbers e deve construir mais dois, brevemente ampliando sua capacidade de monitoramento do território.

Existe uma parceria com a Alemanha para fabricar um satélite que processa imagens por meio de radar (e não de luz ou de calor, como os Cbers) chamado Mapsar. Ainda está em projeto. Também são importantes os satélites SCD 1 e 2, usados na meteorologia: eles recebem dados coletados em plataformas instaladas no solo por todo o País e os retransmitem para bancos de dados, para serem analisados.

Na área de telecomunicações, há quatro satélites Brsilsats, comprados do exterior. Três prestam serviços comerciais, como transmissão de TV e telefone, e um é utilizado pelo governo em funções variadas, inclusive retransmitir o sinal de rádios e TVs públicas. Estão ainda em estudo três aparelhos: o Equars (para monitorar a atmosfera na região do Equador), o Mirax (para estudar grandes estrelas e outros objetos celestes de alta energia) e o SGB, para uso estratégico do governo no campo das telecomunicações.

Para lançar seus satélites (e talvez os de outros países), o Brasil desenvolveu um foguete, o SLV, para cargas de peso médio (1,5 tonelada), que ainda não voou. Houve falhas em todos os testes já feitos. O Brasil tem lançado seus satélites com foguetes alheios: americanos, europeus e chineses.

cular, em abril passado, ao lançar 11 satélites de uma vez só e depois posicioná-los, um a um, nas órbitas requeridas.

O Chandrayaan-1 já estendeu o alcance indiano ao chamado espaço profundo, ou seja, deu-lhe o meio de chegar a outros planetas. Tanto que o país, de acordo com a publicação americana *Christian Science Monitor*, anunciou a intenção de enviar uma nave até Marte, possivelmente em 2013.

Para Kasturirangan, o retorno dos investimentos públicos no setor espacial ocorre de inúmeras maneiras, muitas delas intangíveis, difíceis de avaliar em números, a despeito do valor inestimável que possuem. Ele menciona, por exemplo, as possibilidades que os satélites de telecomunicações abrem de levar escolas virtuais, por meio da internet, a parcelas crescentes da população, inclusive em áreas remotas. Potencial semelhante se abre para a telemedicina e outros campos, em que o casamento das comunicações com a informática deverá ter efeito avassalador no futuro imediato – benefício que terão somente os países que dominarem essas tecnologias.

Do ponto de vista estritamente financeiro, o produto mais lucrativo da Índia são as imagens de sensoriamento remoto. Calcula-se que o país detenha de 15% a 20% do mercado mundial de mapeamento de recursos terrestres, graças à qualidade das imagens geradas por seus satélites. A renda anual nesse quesito é da ordem de 70 milhões de dólares, segundo números recentes das associações internacionais do setor. A venda das imagens é coordenada pela Antrix, empresa estatal criada ao mesmo tempo em que a Isro, como seu braço comercial. O espaço é monopólio estatal na Índia, mas isso não significa a exclusão do setor privado nacional. Recentemente, a Antrix passou a buscar acordos comerciais com empresas estrangeiras: está negociando alugar parte das operações com *transponders* à Intelsat, consórcio de empresas e governos dos países ricos, a maior multinacional do setor.

Ou seja, por ser detentora da tecnologia e ter o controle do negócio, a Índia pode gerar receita nas relações comerciais com o setor privado de outros países – enquanto os países dependentes de tecnologia alheia e sem iniciativa própria importam esse tipo de serviço, geralmente os mais caros da economia internacional. Kasturirangan, em vista disso, chega a sugerir que o desenvolvi-

mento dos serviços de satélite pelos países pobres tem um efeito estabilizador sobre a economia internacional, mencionando que as imagens indianas podem ter preço 30% inferior aos de mercado.

Mas a grande diferença que o programa espacial soberano parece ter ajudado a produzir na Índia é mesmo o estímulo ao crescimento econômico, que vem se mantendo há muitos anos na faixa dos 7%, o mínimo necessário ao desenvolvimento efetivo de um país pobre.

MINERAÇÃO INTERPLANETÁRIA?

Seria preciso acumular dados de mais longo prazo para avaliar com precisão o efeito das políticas de industrialização sobre o crescimento indiano. Mas a percepção de que tiveram um impacto forte foi reforçada em outubro último por dados sobre a evolução da renda média indiana, que teria crescido nada menos que 174%, desde 1978. Em comparação, a renda média brasileira cresceu apenas 35% no mesmo período. O estudo foi feito no Brasil, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipea), que comparou a situação de onze países: Brasil, Rússia, Índia, China, Finlândia, Espanha, Alemanha, México e Argentina. O crescimento da renda indiana só perde para o da China, que teria sido da ordem de 1.000%, segundo o Ipea. A China também aposta pesado no desenvolvimento econômico e da indústria espacial: chegou à Lua no fim de 2007 e, embora não tenha descido nem a nave principal nem alguma sonda como a MIP, mostrou que também domina o espaço profundo, ao lado da Rússia, EUA, Japão e, agora, Índia.

Não é possível avaliar com precisão o interesse desses países – entre os quais se sobressai a ausência dos europeus, inclusive – na pesquisa dos planetas vizinhos. Uma possibilidade evidente é a prospecção de recursos naturais. Parece delirante sonhar com o transporte de minerais por uma distância da ordem de 400 mil quilômetros pelo vácuo. O fato, porém, é que todas as naves orbitais enviadas à Lua nos últimos vinte anos se concentram fortemente na prospecção mineral. O governo japonês admitiu explicitamente a perspectiva de explorar a crosta lunar economicamente, apontando a relativa abundância do ferro na crosta, embora menor do que a da crosta terrestre.

Os indianos declaram que a nave lunar tem apenas objetivos primários, como ex-

pandir o conhecimento científico sobre a Lua e a capacidade tecnológica da Índia. Mas os vários instrumentos empacotados a bordo do Chandrayaan-1 são de altíssima precisão e devem fornecer um mapa detalhado da composição química da superfície lunar. Nesse mapa, devem se destacar, ao menos, alguns alvos de interesse econômico, como o próprio ferro, o urânio e o hélio-3, combustível para reatores de fusão nuclear. O jornal britânico *The Guardian*, na reportagem sobre o foguete indiano, citou o hélio-3 como uma riqueza lunar viável, tendo em vista que a fusão nuclear vem ganhando força nos últimos anos, quanto ao investimento em reatores experimentais desse tipo. Apesar de ainda não se conseguir extrair energia desse processo, pode-se ter uma idéia de seu poder, lembrando que é a fusão nuclear que faz o Sol brilhar.

O *Guardian* argumenta que a Terra teria apenas 15 toneladas desse elemento e a Lua pode ter até cinco milhões de toneladas de hélio-3. Não é pouco: daria para suprir a demanda de energia da humanidade por 8 mil anos. O jornal cita, nesse contexto, uma frase dos dirigentes chineses no ano passado, segunda a qual três viagens à Lua por ano poderiam trazer hélio-3 suficiente para suprir a demanda de energia permanentemente.

Por enquanto, são apenas especulações, mas elas apontam para a importância crescente da economia espacial e das decisões que ela tende a colocar diante dos países com relação ao futuro. Que são decisões prementes constata-se pelo fato de o presidente eleito dos EUA, Barack Obama, ter aproveitado seu discurso de saudação aos indianos para sacudir a hesitante política espacial de seu país. Ela empacou especialmente no setor de lançamento de satélites, que, desde os anos 1990, procura repassar à iniciativa privada sem grande efeito, aparentemente. Tanto que, no âmbito global, o negócio é atualmente dominado pelos russos e ambicionado por um número crescente de países (como a Ucrânia, que já tem lançador, ou a Coreia do Sul, que se prepara para estreitar o seu).

Com exceção do Japão, que é um rico emergente nos assuntos espaciais, muitos dos novos membros do clube espacial são países mais ou menos pobres – desconfiados de que, em setores estratégicos, têm que dar os passos com as próprias pernas para continuar descalços eternamente. ■

DESENVOLVIMENTO. É ISSO QUE O PETRÓLEO E O GÁS NATURAL SOMAM À VIDA DE TODOS OS BRASILEIROS.

Mais empregos, mais renda, mais recursos para o País, para os estados e para centenas de municípios. Enfim, mais qualidade de vida para todos. É isso que o Brasil promove com as rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. As rodadas garantem os investimentos no setor, ampliam o conhecimento do potencial petrolífero brasileiro e fazem aumentar os volumes de reservas e de produção de óleo e gás. A 10ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução nº 10/2008 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vai oferecer 70 mil Km², em 130 blocos, localizados em bacias sedimentares de novas fronteiras e em bacias maduras, todas terrestres. O objetivo é aumentar a pesquisa de hidrocarbonetos em áreas pouco exploradas e dar oportunidade a pequenas e médias empresas. Ganha o Brasil, ganham os brasileiros.



Brasil 10ª Rodada
Licitações de Petróleo e Gás

18 e 19.12.08
Rio de Janeiro/RJ - Brasil
www.anp.gov.br



Ministério de
Minas e Energia



**PÓLO DA INDÚSTRIA NAVAL. CINCO BILHÕES EM
INVESTIMENTOS, 10 MIL EMPREGOS DIRETOS
E DESENVOLVIMENTO PARA TODA A BAHIA.**



**COM OUSADIA, PARCERIAS, INCENTIVOS E MUITO TRABALHO, O GOVERNO DA BAHIA
ESTÁ TRANSFORMANDO A CRISE MUNDIAL EM OPORTUNIDADES.**

É criando oportunidades que o Governo da Bahia, em parceria com o Governo Federal, Petrobras, municípios do Recôncavo e iniciativa privada, está encarando a crise mundial. O Pólo da Indústria Naval ainda nem começou a funcionar e já está produzindo notícia boa. Serão cinco bilhões em investimentos e dez mil empregos diretos. Um projeto estruturante para o desenvolvimento de todo o estado e que vai recolocar o Recôncavo na rota do crescimento, resgatando a dívida histórica com a região. Além disso, os serviços públicos e a infra-estrutura das cidades serão requalificados. Tudo isso preservando o meio ambiente e as tradições culturais e investindo na mão-de-obra local. As demandas nacionais por plataformas de petróleo, navios de apoio, sondas de perfuração e petroleiros garantem desde já o sucesso desse empreendimento. Com a reativação da indústria naval, o Governo está criando uma nova frente de desenvolvimento e preparando a Bahia para crescer de maneira consistente e com capacidade para transformar os desafios globais em oportunidades.

